MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 175/2026 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia – Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP **,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.002751.2026-49, e as deliberações na 78º Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 19 de outubro de 2026,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004;

CONSIDERANDO Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação, autorização e o funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia – Campus Laranjal do Jari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso aprovado por esta Resolução deverá observar a legislação educacional vigente e as normas institucionais aplicáveis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Neilson Oliveira da Silva**, **Presidente em Exercício do Conselho Superior do Instituto Federal do Amapá (CONSUP/IFAP) - PRES. CONSCD01 - CONSUP** , em 29/10/2026 21:54:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 198618
Código de Autenticação: d6a026da66

Projeto Pedagógico de Curso

Licenciatura em Pedagogia

INSTITUTO FEDERAL
Amapá

CAMPUS LARANJAL DO JARI – AP

2026

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá tem como:

MISSÃO

Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada

VISÃO

Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica

VALORES

Excelência acadêmica;
Inclusão e diversidade;
Transparência e gestão democrática;
Eficiência governamental;
Integridade e ética;
Desenvolvimento sustentável;
Responsabilidade social;
Cultura e clima organizacional e Conservação da biodiversidade.

ROMARO ANTÔNIO SILVA
REITOR

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

TELMA ADRIANA SOUZA LOBATO
DIRETORA DE ENSINO

ADRIANA LUCENA DE SALES
COORDENADOR DE GRADUAÇÃO

LUCILENE DE SOUSA MELO
DIRETORA GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI

ROBSON TREVISAN
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO – CAMPUS LARANJAL DO JARI

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

(**PORTARIA Nº 32/2020 - DIGERAL/LRJ/IFAP)** e suas alterações - PORTARIA Nº 31/2022 - SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 65/2024 - SEC-GAB- LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 79/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL- LRJ/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 90/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 168/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO 7
2 APRESENTAÇÃO 11
2.1 Histórico da instituição e do campus 12
2.2 Relevância institucional e regional 14
2.3 Concepção do curso 15
2.4 Justificativa da oferta do curso 16
2.5 Demanda regional e mercado de trabalho 17
2.6 Infraestrutura e Capacidade Institucional 18
2.7 Alinhamento com Políticas Públicas e Diretrizes Educacionais 18
2.8 Perspectivas de Verticalização e Desenvolvimento Acadêmico 19
3 OBJETIVOS DO CURSO 20
3.1 Geral 20
3.2 Específicos 20
4 PERFIL DO CURSO 21
4.1 Requisitos de acesso (SISU, matrículas especiais): 22
4.2 Perfil profissional do egresso/saídas profissionais 24
4.3 Competências do Egresso 26
4.3.1 Competências gerais: 26
4.3.2 Competências comuns ao eixo educacional 26
4.3.3 Competências específicas da habilitação em Pedagogia 26
4.3.4 Saídas Profissionais 27
4.3.5 Dimensões do Perfil Profissional 27
5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ORGANIZAÇÃO 28
5.1 Normas Internas do IFAP 28
5.2 Normas Externas e Diretrizes Nacionais 30
5.3 Outros Documentos Orientadores 31
6 ESTRUTURA CURRICULAR 32
6.1 Núcleos formativos e organização curricular 32
6.2 Núcleo de Optativas 36
6.3 Princípios formativos e metodológicos 36
6.4 Integração Ensino–Pesquisa–Extensão 38
6.5 Componentes Curriculares 38

6.5.1 Abordagens Temáticas Obrigatórias 40
6.5.2 Bibliografia e Acervo 41
6.6 Componentes Curriculares Optativas 42
6.7 Matriz Curricular por semestre 42
6.8 Representação gráfica do perfil de formação 46
6.9 Possibilidades Acadêmicas 47
6.10 Consolidação da matriz curricular 49
7 METODOLOGIA **56**
7.1 Abordagem Ativa e Reflexiva 56
7.2 Integração entre Disciplinas e Prática Pedagógica 56
7.3 Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado 56
7.4 Pesquisa e Extensão como Elementos Formativos 56
7.5 Avaliação Processual e Formativa 57
8 PRÁTICA PROFISSIONAL **57**
8.1 Estágio supervisionado não obrigatório 58
8.2 Estágio curricular supervisionado obrigatório 59
8.2.1 Atribuições do Professor-Orientador de Estágio: 60
8.2.2 Atribuições do Estagiário: 60
9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES **61**
10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO **61**
10.1 Modalidades de TCC 62
10.2 Procedimentos Técnicos Admitidos 62
10.2.1 Observância às Normas Institucionais **63**
10.3 Procedimentos e Critérios de Avaliação do TCC 63
11 SEMANA ACADÊMICA **65**
12 VISITAS TÉCNICAS **65**
13 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO **66**
13.1 Ensino: programas e projetos 67
13.2 Pesquisa: programas e projetos 70
13.3 Extensão: curricularização, programas e projetos 72
14 APOIO DISCENTE **72**
15 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO **73**
15.1 Autoavaliação institucional e autoavaliação do curso 74
15.2 Avaliação do curso 74

15.3 Avaliação do desempenho acadêmico 75
15.4 Acompanhamento de Egressos 76
15.5 Ambiente virtual de ensino e aprendizagem 77
15.6 Material didático 78
15.7 Calendário letivo 79
15.8 Período letivo especial 79
16 APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO **79**
17 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO **80**
18 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO INTEGRADAS A SAÚDE **81**
19 ATIVIDADE PRÁTICAS DE ENSINO PARA AS LICENCIATURAS **81**
20 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS **82**
21 DEPENDÊNCIA **82**
22 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO – VISÃO GERAL **82**
22.1 Avaliação da qualidade do curso 83
22.2 AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES 83
22.3 Organização do período avaliativo 84
22.3.1 Componentes curriculares semestrais 84
22.3.2 Unidades de Ensino 84
22.3.3 Estrutura da Avaliação nas Etapas 84
22.3.4 Divulgação dos Resultados e Revisão 85
22.3.5 Etapa Final (Recuperação) 85
22.3.6 Princípios Gerais da Avaliação 85
22.4 Critérios de avaliação da aprendizagem 86
22.5 Recuperação da aprendizagem 87
22.6 Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores 87
22.7 Avaliação da permanência dos estudantes 87
23 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL **88**
23.1 Acessibilidade 89
23.2 Ações inclusivas 89
23.3 Ações de permanência e êxito 90
23.4 Mobilidade acadêmica 91
23.5 Regime especial de aprendizagem domiciliar (READ) 91
23.5.1 Condições de Solicitação 93
23.5.2 Procedimentos para Concessão 93

23.5.3 Organização das Atividades Acadêmicas 93
23.5.4 Atribuições da Coordenação de Curso 94
23.5.5 Atividades não abrangidas pelo READ 94
24 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 95
24.1 Composição do NDE 95
24.1.1 Mandato e Renovação 96
24.2 Funcionamento 96
24.3 Atribuições do NDE 97
24.4 Atribuições da Presidência do NDE 98
25 DIPLOMAS 100
26 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO 101
26.1 Regime de Trabalho do coordenador do curso 101
27 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 102
27.1 Corpo docente 103
27.2 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) 106
28 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE 108
29 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 109
30 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR 111
31 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO 112
32 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA 113
33 EQUIPE TÉCNICA LIGADA AO CURSO 113
34 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 115
35 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR DO CURSO 116
36 INFRAESTRUTURA 116
36.1 Equipamentos específicos para o curso de Pedagogia 119
37 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA 121
37.1 Acesso dos alunos a equipamentos de informática 122
37.2 Laboratórios didáticos de formação básica 122
37.3 Laboratórios didáticos de formação de professores 123
38 NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, INDÍGENAS, POVOS DA FLORESTA, COMUNIDADE LGBTQIA+ E IDENTIDADES – NEABI+ 124
38.1 Finalidade e fundamentação legal 124
38.2 Objetivos institucionais 124
38.3 Composição e organização 125

38.4 Articulação com o curso de Pedagogia 125
39 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS – NAPNE **126**
40 BIBLIOTECA **127**
40.1 As instalações e os ambientes disponíveis ao curso **128**
40.2 A descrição do acervo físico e digital pertinente à área **128**
40.3 A localização da biblioteca no campus **128**
40.4 A caracterização do espaço físico destinado ao estudo individual e em grupo **128**
41 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA **129**
REFERÊNCIAS **130**
APÊNDICE A – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES **132**
ANEXO A – REGISTRO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 206

1 IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
CNPJ: 10820882/0003-57
Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Nome Fantasia: IFAP
Esfera Administrativa: Federal
Unidade de Ensino: *Campus* Laranjal do Jari
Endereço: Rua Nilo Peçanha, n° 1.263 - Bairro Cajari. CEP: 68.909-398
Cidade/UF: Laranjal do Jari/AP
Telefone(s): +55 (96) 3621-1631
E-mail de contato: Coordenação de Ensino cogen.jari@ifap.edu.br Direção de Ensino: den.jari@ifap.edu.br
Site institucional: www.ifap.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Denominação do curso: Licenciatura em Pedagogia	
Habilitação: Licenciado em Pedagogia	
Modalidade de ensino e turno de funcionamento: Presencial – Vespertino e Noturno	
Tempo de integralização:	**Mínimo:** 4 anos ou 8 períodos/semestres
	Máximo: 5 anos ou 10 períodos/semestres
Número de vagas oferecidas por processo seletivo: 40 vagas	
Bases Legais: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** (LDBEN), Brasília: DF, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).** Brasília: DF, 2024. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Conselho Superior**.** Resolução nº 108/2024 – CONSUP/RE/IFAP, de 14 de outubro de 2024. **Aprova a Política Didático-Pedagógica para os Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** Macapá: IFAP, 2024. Disponível em: Portal do IFAP. Acesso em: 19 set. 2026. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Ensino. Coordenação de Graduação**.** Parecer Técnico nº 102/2025 – COGRAD-PROEN/DIRENPROEN/PROEN/GAB/RE/IFAP, de 29 de dezembro de 2025. **Processo**	

eletrônico nº 23228.002875.2025-43: estudo de viabilidade para implantação do curso superior de Licenciatura em Pedagogia no Campus Laranjal do Jari. Interessados: Comissão responsável pelo Estudo de Viabilidade e Direção-Geral do Campus Laranjal do Jari. Macapá: IFAP, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Conselho Superior. Resolução nº 08/2019 – CONSUP/IFAP, de 9 de janeiro de 2019**. Aprova a atualização da Resolução Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** Macapá: IFAP, 2019. Disponível em: Portal do IFAP

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Ensino. Coordenação de Graduação**.** Parecer. Técnico nº 55/2026 – COGRAD-PROEN/DIRENPROEN/PROEN/GAB/RE/IFAP, de 24 de agosto de 2026. **Reanálise do estudo de viabilidade para implantação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do Campus Laranjal do Jari, constante no Processo Eletrônico nº 23228.002875.2025-43.** Macapá: IFAP, 2026.

Quadro 1 — Descrição da carga horária do curso

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	Hora/ relógio (60 minutos)	Hora/aula (50 minutos)
Carga horária do Núcleo I - Estudos de Formação Geral	900	1.080
Carga horária do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional	1.600	1.920
Carga horária do Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão	332	400
Carga horária do Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado	400	480

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 2 — Descrição da quantidade de componentes curriculares do curso

NÚMERO DE COMPONENTES CURRICULARES				
Núcleo I	**Núcleo II**	**Núcleo III**	**Núcleo IV**	
18	32	8	6	
Total de Componentes Curriculares:		**Optativos ofertados**	**Não Obrigatórios**	**Obrigatórios**
		4 (integralizar 2)	0	48

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 3 — Resumo de distribuição da carga horária total do curso (em horas/60 min)

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				
Componentes Obrigatórios	**Componentes Optativos**	**Componentes Eletivos**	**Seminários**	**Prática Profissional**

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				
3.100h	100h	00h	00h	400h
Atividades de Extensão	**Prática como Atividade Curricular**	**Atividades Complementares**	**Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento**	**Visita Técnica / Aula de Campo**
332 h	00h	200h	00h	200h

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 4 — Histórico de Criação do PPC curso

Versão	Data	Histórico de Criação e Reformulação do Curso	Aprovação
1ª versão	10/2026	Implantação do Curso	_

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 5 — Comissão responsável pela implantação do PPC

Ato	Portaria	Comissão
Comissão responsável pela criação do PPC do curso (1ª versão)	**(PORTARIA Nº 32/2020 - DIGERAL/LRJ/IFAP)** e suas alterações - PORTARIA Nº 31/2022 - SEC-GAB/DIGERAL/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 65/2024 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 79/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 90/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP - PORTARIA Nº 168/2025 - SEC-GAB-LRJ/DIGERAL-LRJ/LRJ/IFAP	**- Reinaldo da Costa Sacramento (Presidente)** - Manoel Raimundo dos Santos, SIAPE n° 1384329; - Franciscleyton dos Santos da Silva, SIAPE n° 1177238; - Leide Pantoja Pureza, SIAPE n° 2330592; - Lucilene de Sousa Melo, SIAPE n° 2873269; - Mabia Nunes Toscano, SIAPE n° 3007309; - Suany Rodrigues da Cunha, SIAPE n° 1421299; - Vera Lúcia Silva de Souza Nobre, SIAPE n° 2252455; - Antonina Soares Oliveira, CPF nº 577.918.302-30;

Ato	Portaria	Comissão
		- Tatiana dos Santos Costa, SIAPE nº 1126207; - Deziane Costa da Silva, SIAPE n° 2329445; - Efigenia das Neves Barbosa Rodrigues, SIAPE n° 1469067; - Erislane Padilha Santana, SIAPE n° 188972; - Iris Costa da Silva, SIAPE n° 3440166; - Marcia Cristina Tavora do Nascimento, SIAPE n° 1953738; - Pedro Clei Sanches Macedo, SIAPE n° 2252455; - Maryele Ferreira Cantuária, SIAPE n° 2871859; - Arthur Willian Matias Gonçalves, SIAPE n° 1339652; - Edilany Mendonça Vales, SIAPE n° 1148820; - Elielson Borges da Rocha, SIAPE n° 3429587; - José Henrique Mendes Crizóstomo, SIAPE n° 3421162; - José Pereira do Vale Filho, SIAPE n° 3422961; - Kátia Meireles Monteiro dos Santos, SIAPE n° 1333010; - Robson Trevisan, SIAPE n° 3421078; - Sidney Henrique Campelo de Santana, SIAPE n° 1946360; - Thais Pereira Feitosa, SIAPE n° 3471486; - Tiago Teixeira da Silva, SIAPE n° 1086429; - Waldemar Henrique Viana Alvares, SIAPE n° 1360286.

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

2 APRESENTAÇÃO

A criação de cursos de Licenciatura no âmbito do Instituto Federal do Amapá insere-se em um movimento mais amplo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa rede, com trajetória centenária, em 2024, apresentava 685 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II. Com mais de 600 campi, mais de 1 milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (CONIF, 2018), a Rede Federal caracteriza-se pelo potencial inclusivo, pelas políticas consistentes de fomento à pesquisa aplicada e pela sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país, especialmente em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

No contexto local, a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), em 2007, e sua posterior transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), em 2008, representou um marco para a educação pública do estado. Com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica, o IFAP passou a atuar como instituição multicampi, pluricurricular e descentralizada, ofertando cursos técnicos, tecnológicos, de licenciatura, bacharelado e pós-graduação. Desde o início de suas atividades, em 2010, a instituição tem buscado atender às demandas regionais de formação profissional e docente, dialogando com os arranjos produtivos locais e com as especificidades socioeconômicas do Amapá.

A oferta de cursos de licenciatura ocupa um papel estratégico nesse processo. Ao formar professores para a educação básica, o IFAP assume um compromisso fundamental com a qualidade do ensino e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. As licenciaturas ofertadas estão amparadas nos Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), assegurando que a formação docente seja crítica, ética e comprometida com a transformação social.

A proposta de implantação do curso superior de Licenciatura em Pedagogia, no campus Laranjal do Jari, insere-se diretamente nesse cenário. Trata-se de um compromisso social, educacional e político da instituição com o fortalecimento da educação básica no estado do Amapá, especialmente na região do Vale do Jari, que historicamente, enfrenta desafios relacionados ao acesso à educação superior. A criação do curso contribui para o processo de interiorização da educação pública, gratuita e de qualidade, ampliando as oportunidades de

formação superior docente e respondendo às demandas históricas da população local.

Mais do que ampliar a oferta de vagas, o curso de Pedagogia consolida o papel do IFAP como instituição formadora de professores, fortalecendo a educação básica e formando profissionais capacitados para atuarem nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Assim, o curso contribui não apenas para suprir a carência de docentes qualificados, mas também para valorizar a carreira do magistério e promover a permanência de profissionais da educação na própria região, estimulando o desenvolvimento educacional e social do Vale do Jari.

A proposta pedagógica do curso está alinhada às diretrizes institucionais do IFAP. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) define como missão promover educação profissional pública de excelência em todos os níveis e modalidades, integrando ensino, pesquisa e extensão, com vistas à construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e sustentável. E, por sua vez, orienta a formação voltada para a cidadania, a inclusão social e a sustentabilidade, princípios que são traduzidos nos valores, como a transparência, a ética, a responsabilidade social e a excelência acadêmica. Nesse sentido, o curso de Pedagogia reafirma o alinhamento do IFAP à sua missão, visão e valores, e fortalece o compromisso da instituição com o desenvolvimento educacional e social do Amapá.

Além disso, a proposta dialoga diretamente com os compromissos estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), em especial no que se refere à valorização da formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Também atende às demandas previstas nas políticas de interiorização da educação superior, ampliando o acesso e reduzindo as desigualdades regionais no estado do Amapá.

Assim, a criação do curso de Licenciatura em Pedagogia no campus Laranjal do Jari consolida-se como uma iniciativa estratégica para o IFAP. Ao mesmo tempo em que corrobora a presença institucional na região do Vale do Jari, responde a um projeto mais amplo de democratização do ensino superior, de valorização da docência e de contribuição efetiva para a melhoria da qualidade da educação básica. Dessa forma, reafirma-se a função social do IFAP como instituição pública de ensino, ciência e tecnologia, comprometida com o desenvolvimento humano integral e com a transformação da realidade local, regional e nacional.

2.1 Histórico da instituição e do campus

O Instituto Federal do Amapá surgiu a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534/2007 e implantada sob a coordenação do CEFET/PA. Em 2008, com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(Lei nº 11.892/2008), a ETFAP foi transformada em Instituto Federal, passando a ter autonomia administrativa, pedagógica, patrimonial e financeira, sob vínculo com o Ministério da Educação. Essa transformação marcou o início de uma trajetória de expansão e consolidação do IFAP como instituição estratégica para a educação profissional e tecnológica no estado, atuando de forma integrada nos níveis técnico, tecnológico e superior.

Desde sua criação, o IFAP tem ampliado progressivamente sua presença territorial, estabelecendo campi nos municípios de Macapá, Santana, Porto Grande, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e, em processo de implantação, Tartarugalzinho. Essa expansão atende a um planejamento estratégico de interiorização da educação pública, permitindo que regiões historicamente distantes dos grandes centros urbanos tenham acesso à formação profissional e superior de qualidade, em consonância com as políticas nacionais de educação inclusiva e democratização do ensino.

O Campus Laranjal do Jari, um dos primeiros a ser implantados, iniciou suas atividades em setembro de 2010, atendendo inicialmente 280 alunos em cursos técnicos subsequentes de Informática, Secretariado e Secretariado Escolar. Instalado na Rua Nilo Peçanha, nº 1263, no bairro Cajari, o campus consolidou-se rapidamente como referência educacional no Vale do Jari, região marcada por sua importância socioeconômica e pela necessidade histórica de instituições públicas de ensino superior e técnico. Desde sua implantação, o campus desempenha papel estratégico na promoção da inclusão social, democratização do acesso à educação e qualificação da mão de obra local.

Ao longo de seus 15 anos de funcionamento, o Campus Laranjal do Jari expandiu significativamente sua oferta formativa. De três cursos técnicos iniciais, passou a disponibilizar cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de licenciatura e tecnológicos, além de modalidades a distância (EaD). Em 2014, foi implantado o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, marcando o início da formação de professores para a educação básica e reforçando a missão institucional do IFAP de promover a verticalização do ensino e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, o campus atende uma comunidade acadêmica em constante crescimento, com mais de mil estudantes matriculados nos diferentes níveis e modalidades. Sua atuação vai além da oferta de cursos: realiza audiências públicas, projetos de extensão e ações comunitárias, alinhando a formação profissional às necessidades do Vale do Jari e promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da região. Essa integração com a sociedade fortalece o papel do IFAP como agente transformador, contribuindo para a sustentabilidade local e para a capacitação de cidadãos críticos e atuantes.

O campus também se destaca pelo compromisso com a formação docente, reforçado pela proposta de implantação do curso de Licenciatura em Pedagogia, que se soma à oferta consolidada de Ciências Biológicas. Essas ações estão em plena consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028), que prevê a interiorização e expansão da formação de professores como estratégia essencial para o fortalecimento da educação básica e a redução das desigualdades regionais.

Ao longo de sua trajetória, o Campus Laranjal do Jari consolidou-se como um espaço de referência em educação pública, gratuita e de qualidade, cumprindo sua missão de contribuir para o desenvolvimento humano integral, democratização do acesso ao ensino superior e transformação socioeconômica da região. Sua atuação estratégica reafirma o IFAP como instituição comprometida com a inclusão social, a excelência acadêmica e a promoção de oportunidades de desenvolvimento local, regional e nacional.

2.2 Relevância institucional e regional

A criação do curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá responde a uma necessidade concreta da região: a formação de professores qualificados para a Educação Básica, com foco especial na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estudos institucionais sobre a viabilidade do curso, apontam para um déficit significativo de profissionais licenciados em pedagogia nas redes públicas do sul do estado, evidenciando a importância de políticas de formação docente localizadas e estratégicas. Além disso, a implementação do curso reflete o compromisso do IFAP de promover a educação de qualidade, gratuita e inclusiva, fortalecendo sua missão institucional.

O curso se alinha à Resolução CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)", à Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e aos compromissos estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, a proposta reforça a missão institucional do IFAP de oferecer uma educação de qualidade, voltada para o desenvolvimento integral do cidadão, a inclusão social e a valorização da diversidade sociocultural da Amazônia.

O cenário educacional do Vale do Jari exige profissionais com perspectivas pedagógicas que respeite a diversidade na Educação Básica, e a formação em Pedagogia responde a essa

demanda ao consolidar docentes capazes de promover a formação integral dos estudantes, desenvolvendo suas competências cognitivas, sociais e emocionais, favorecendo a cidadania, o pensamento crítico e a qualificação profissional futura. Os pedagogos formados poderão atuar não apenas em escolas públicas e privadas, mas também em espaços não escolares, como projetos sociais, centros comunitários e programas governamentais, ampliando a presença de profissionais qualificados em diversos contextos educacionais da região. Além disso, o curso oferece formação especializada, capacitando os futuros professores a enfrentar os desafios contemporâneos da educação e a atender às demandas regionais específicas, assegurando que os egressos estejam preparados para atuar em diferentes redes de ensino e contribuir para a valorização do magistério.

A oferta do curso atende a diversas demandas regionais, proporcionando ampliação do acesso à formação docente ao oferecer oportunidades de educação superior no interior do estado, reduzindo a necessidade de deslocamentos e promovendo a inclusão educacional. Além disso, contribui para o fortalecimento do desenvolvimento regional, uma vez que a presença do IFAP em Laranjal do Jari contribui para melhorias na infraestrutura local e na qualidade da educação, estimulando o desenvolvimento social e econômico da região. Ao mesmo tempo, valoriza o magistério ao formar profissionais com competências específicas para atuar na Educação Básica e em contextos não escolares, preparando-os para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir com políticas públicas de valorização do ensino.

A implantação do curso reafirma o compromisso do IFAP com o desenvolvimento humano, social e educacional da região, formando professores capacitados para atuar com excelência na Educação Básica e promovendo impactos positivos na qualidade do ensino e na equidade educacional do Vale do Jari. Essa interiorização amplia o acesso à educação superior, reduz desigualdades e fortalece o desenvolvimento regional, valorizando a carreira do magistério e qualificando profissionais para enfrentar desafios contemporâneos da educação.

2.3 Concepção do curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP, Campus Laranjal do Jari, foi concebido com base em princípios éticos, democráticos e inclusivos, considerando a diversidade sociocultural, ambiental e econômica da Amazônia amapaense. Tem como eixo estruturante a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com os desafios educacionais contemporâneos, capazes de atuar de forma sensível às especificidades da região, respeitando a pluralidade cultural, as tradições locais e a realidade socioambiental do Vale do Jari.

A estrutura pedagógica assegura a formação sólida e contextualizada, capacitando o egresso a atuar em múltiplos espaços educativos, formais e não formais, com domínio teórico-metodológico, sensibilidade social e compromisso ético com o processo de ensino-aprendizagem. A ênfase no uso de tecnologias educacionais favorece práticas inovadoras e sensíveis à diversidade ao mesmo tempo em que promove a educação midiática. Dessa forma, os futuros professores desenvolvem perspectivas para interpretar, produzir e avaliar informações de forma crítica, indo além do uso meramente instrumental das tecnologias; são preparados para estimular estudantes a participar de maneira consciente, reflexiva e responsável de ambientes digitais e midiáticos.

O curso também valoriza a integração entre ensino, pesquisa e extensão, propiciando experiências práticas por meio de estágios supervisionados, projetos de intervenção pedagógica e atividades extensionistas junto às escolas e comunidades. Essa abordagem promove o vínculo entre a instituição e a região, permitindo que os futuros professores atuem de maneira crítica, reflexiva e ética, contribuindo para a transformação social e o fortalecimento da educação pública local.

A concepção do curso está plenamente integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP, reforçando o papel da instituição como agente de transformação social e educacional. Ao formar profissionais qualificados e engajados, o curso reafirma o compromisso do IFAP com a educação de qualidade, a equidade social e o fortalecimento da educação pública no Vale do Jari.

O curso de Pedagogia no Campus Laranjal do Jari formará docentes capacitados para atuar com excelência em diferentes ambientes educativos, promovendo a transformação social, a valorização da educação e o desenvolvimento integral de estudantes e comunidades da região.

2.4 Justificativa da oferta do curso

A implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari justifica-se por sua relevância social, educacional e institucional, considerando as demandas regionais de formação docente e as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação básica. O curso responde às necessidades do Vale do Jari, região que abrange os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no Estado do Amapá, e Almeirim, no Estado do Pará — localidades caracterizadas por desigualdades sociais, baixos indicadores educacionais e déficit de profissionais qualificados para o magistério.

2.5 Demanda regional e mercado de trabalho

O cenário educacional do Vale do Jari revela uma carência significativa de professores licenciados para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dados de levantamentos realizados pelo IFAP, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, apontam que parte considerável dos docentes que atuam nas redes públicas ainda não possui formação específica em Pedagogia.

Essa carência reflete diretamente na qualidade dos indicadores educacionais, como evidenciam os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que permanecem abaixo da média nacional nos municípios da região. Em Laranjal do Jari, por exemplo, as metas projetadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental ainda não foram plenamente alcançadas, o que demonstra a necessidade de formação docente sólida e continuada.

Gráfico 1 — Composição do Índice de desenvolvimento da Educação Básica



Fonte: Saeb/Ideb, Inep - 2023.

Os indicadores do Ideb 2023 referentes ao município de Laranjal do Jari evidenciam um quadro preocupante no que tange à qualidade da educação básica. Embora os anos iniciais do Ensino Fundamental apresentem índice de 4,8, há um declínio acentuado nos anos finais (3,6) e no Ensino Médio (3,7), revelando dificuldades progressivas na consolidação de aprendizagens essenciais em Matemática e Língua Portuguesa, bem como fragilidades nos processos de permanência e aprovação escolar. Esses resultados sinalizam não apenas desafios pedagógicos, mas também estruturais, que se relacionam à insuficiência de políticas educacionais efetivas, à carência de profissionais devidamente formados e às condições de trabalho docente.

Pesquisa institucional realizada pelo IFAP em 2024 constatou que 98,5% dos respondentes manifestaram interesse na oferta do curso de Pedagogia presencial em Laranjal do Jari. O crescimento da procura pelo curso de Pedagogia ofertado na modalidade a distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/IFAP) também confirma a forte demanda local por formação superior na área da Educação.

Esses elementos evidenciam que o curso de Pedagogia no IFAP – Campus Laranjal do Jari atenderá a uma demanda social e profissional concreta, contribuindo para a valorização do magistério e para a melhoria da qualidade do ensino básico na região do Vale do Jari.

2.6 Infraestrutura e Capacidade Institucional

O Instituto Federal do Amapá, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dispõe de estrutura física, administrativa e pedagógica adequada para a oferta do curso. O Campus Laranjal do Jari possui salas de aula climatizadas, laboratórios de informática, biblioteca física e digital, recursos tecnológicos e ambientes pedagógicos que favorecem práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

A instituição também conta com um corpo docente qualificado, composto majoritariamente por mestres e doutores com experiência nas áreas da Educação, das Ciências Humanas e da Linguagem. Ademais, a infraestrutura será gradualmente ampliada com a criação de laboratórios pedagógicos, como o Laboratório de Práticas Educativas e Recursos Didáticos, e a expansão do acervo bibliográfico específico da área de Educação, assegurando condições plenas para a implementação e consolidação do curso.

2.7 Alinhamento com Políticas Públicas e Diretrizes Educacionais

A criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP – Campus Laranjal do Jari está alinhada à Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e define como finalidade dos Institutos Federais a oferta de cursos de licenciatura, com vistas à formação de professores para a Educação Básica.

A proposta também está fundamentada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece a formação de profissionais da educação como requisito para o exercício do magistério. Além disso, dialoga diretamente com as metas 15 a 18 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que tratam da

formação inicial e continuada, valorização e carreira dos profissionais da educação.

Em nível estadual, o curso atende ao Plano Estadual de Educação do Amapá (Lei nº 2.133/2017), especialmente às metas que tratam da expansão da oferta de licenciaturas e do fortalecimento da formação docente nos municípios do interior.

No campo normativo, o curso fundamenta-se na RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)",

Em âmbito institucional, o curso observa as normas do IFAP, em especial a Resolução nº 74/2023 – CONSUP/RE/IFAP, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação e orienta a estrutura curricular, o estágio supervisionado, as práticas de extensão e os procedimentos de avaliação da aprendizagem.

2.8 Perspectivas de Verticalização e Desenvolvimento Acadêmico

A implantação do curso de Pedagogia no Campus Laranjal do Jari reforça a política de interiorização e verticalização da formação desenvolvida pelo IFAP. A proposta permite a articulação entre os cursos técnicos integrados ao ensino médio, os cursos superiores de licenciatura e, futuramente, os programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Essa perspectiva de continuidade formativa potencializa a produção científica e tecnológica voltada às realidades amazônicas, incentiva o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão na área educacional e contribui para a fixação de profissionais qualificados na região.

O curso, portanto, se insere na estratégia institucional de promover educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, voltada ao desenvolvimento humano, social e econômico sustentável do Vale do Jari.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP – Campus Laranjal do Jari constitui-se em uma ação estratégica de fortalecimento da formação docente e de promoção da equidade educacional na Amazônia. Sua implantação representa um compromisso do IFAP com a transformação social e com o cumprimento das metas nacionais e regionais de educação, por meio da formação de professores críticos, éticos e comprometidos com a melhoria da qualidade da educação básica.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Geral

Formar professores licenciados em Pedagogia com sólida formação técnica, científica, ética e humana, preparados para atuarem na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na gestão de processos educativos e em outros contextos escolares e não escolares.

3.2 Específicos

1. Formar professores capazes de atuar com competência, sensibilidade e compromisso ético na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica no Vale do Jari.
2. Desenvolver competências pedagógicas e didáticas que possibilitem a compreensão crítica dos processos de ensino e aprendizagem, articulando teoria e prática nas diferentes áreas do conhecimento.
3. Capacitar os futuros pedagogos para planejar, executar e avaliar práticas educativas inclusivas, democráticas e contextualizadas, considerando as especificidades socioculturais e ambientais da região amazônica. Promover a formação científica e investigativa dos estudantes, estimulando o pensamento crítico, a pesquisa educacional e a produção de conhecimentos voltados à realidade local e regional.
4. Fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando ações que integrem o IFAP às escolas e comunidades do Vale do Jari, contribuindo para o desenvolvimento social e educacional da região.
5. Aprofundar o domínio teórico e metodológico sobre os fundamentos da educação, da gestão escolar e da prática pedagógica, assegurando uma atuação profissional pautada na ética, na responsabilidade social e na valorização da diversidade.
6. Capacitar os estudantes para compreender e intervir de forma crítica nos contextos educativos, identificando desafios e propondo soluções inovadoras para o fortalecimento das políticas públicas de educação.
7. Estimular a valorização da docência e da identidade profissional do pedagogo, promovendo o compromisso com a transformação social, a defesa da escola pública e o desenvolvimento sustentável do território amazônico.
8. Fomentar a formação continuada e a verticalização do ensino, preparando os

egressos para prosseguir em cursos de especialização, pesquisa e pós-graduação, consolidando uma trajetória acadêmica comprometida com a excelência educacional.

4 PERFIL DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá tem como identidade a formação de professores comprometidos com a Educação Básica, especialmente voltados para a atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como em processos de gestão escolar e práticas educativas em espaços formais e não formais. Alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e à legislação educacional vigente, o curso visa formar profissionais reflexivos, críticos e éticos, preparados para enfrentar os desafios educacionais do contexto amazônico.

Nessa continuidade, o perfil do curso de Pedagogia do IFAP, Campus Laranjal do Jari visa formar profissionais da educação capazes de atuar nas diversas áreas da educação**,** contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade do ensino na região. Dessa forma, o profissional formado no curso desenvolverá habilidades para pesquisar, analisar e compreender os diferentes contextos educacionais**,** com especial atenção às singularidades do processo de ensino e aprendizagem no Vale do Jari**,** reconhecendo suas especificidades culturais, sociais e ambientais.

O campo de atuação se dará com a habilitação para atuar como professor na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assim como em outras áreas da organização do trabalho pedagógico: gestão escolar, coordenação pedagógica, orientação educacional e elaboração de materiais didáticos. Também poderá atuar em espaços educativos não escolares, como ONGs, movimentos sociais, projetos educativos comunitários e instituições de formação de professores, conforme prevê a legislação educacional brasileira.

Os princípios formativos baseiam-se em valorizar a articulação entre teoria e prática, o compromisso com a inclusão, a equidade e a justiça social, e a valorização da diversidade cultural e ambiental, especialmente no contexto da Amazônia. São eixos fundamentais do perfil profissional:

- Domínio dos conteúdos específicos das áreas do conhecimento que compõem a base da Educação Básica;
- Compreensão dos fundamentos da educação, da psicologia da aprendizagem e da didática;

- Práticas pedagógicas críticas e inovadoras, com ênfase na mediação dos processos de ensino e aprendizagem;
- Compromisso ético, político e social com a formação cidadã, a valorização da escola pública e a transformação da realidade local e regional;
- Educação inclusiva, que respeita as diferenças e reconhece as especificidades socioculturais do Vale do Jari e da região amazônica;
- Formação investigativa e crítica, que estimula o protagonismo acadêmico, a pesquisa educacional e a produção de conhecimento relevante para o contexto.

O perfil do curso atende integralmente à RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)"; à BNC-Formação (Resolução CNE/CP nº 1/2020) e demais marcos legais que regem a formação docente no Brasil. Além disso, está alinhado com os princípios institucionais do IFAP e com os compromissos de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade.

Assim, o curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP busca consolidar um projeto formativo que integre ensino, pesquisa e extensão, com foco na prática docente, na gestão democrática da escola e no desenvolvimento profissional contínuo, comprometido com o fortalecimento da Educação Básica e o desenvolvimento sustentável do território amazônico.

4.1 Requisitos de acesso (SISU, matrículas especiais):

O ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá – IFAP ocorrerá em conformidade com o disposto no artigo 33 da Resolução nº 08/2019/CONSU/IFAP, bem como demais normativas institucionais, legislação educacional vigente e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Tal normativo estabelece que o acesso aos cursos superiores deve ser realizado por meio de processo seletivo público, garantindo a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da transparência e da equidade, assegurando oportunidades justas e democráticas de ingresso à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Constitui requisito mínimo e indispensável ao ingresso no curso a conclusão do Ensino Médio ou equivalente, devidamente comprovada por meio de documentação oficial, a ser

apresentada no ato da matrícula. Essa exigência atende às normas gerais da educação nacional e assegura que o candidato possua a formação básica necessária para o acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas no curso de Pedagogia, sobretudo considerando a complexidade dos conteúdos teóricos, práticos e metodológicos que compõem a formação do futuro pedagogo.

O processo seletivo para ingresso poderá ocorrer por diferentes modalidades, a serem definidas em edital específico, publicado pela instituição, de acordo com sua autonomia administrativa, pedagógica e didático-científica. Entre essas modalidades, poderão ser adotados: vestibular próprio do IFAP, utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), processos de seleção mista ou outras formas legalmente instituídas e regulamentadas pela instituição, observando-se sempre a legislação educacional em vigor. Em qualquer uma dessas modalidades, serão assegurados critérios objetivos de seleção, com ampla divulgação dos procedimentos, cronograma e número de vagas ofertadas.

Em consonância com as políticas públicas educacionais e com o compromisso institucional do IFAP com a democratização do ensino superior, poderão ser adotadas ações afirmativas e políticas de inclusão, com reserva de vagas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas com deficiência, candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), quilombolas, bem como a outros grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica ou educacional, conforme previsto em legislação específica e regulamentações institucionais. Tais medidas integram o esforço de redução das desigualdades sociais, regionais e étnico-raciais e contribuem para a promoção de maior diversidade no ambiente acadêmico, em consonância com os princípios de justiça social e equidade que orientam o presente Projeto Pedagógico de Curso.

Além dos critérios acadêmicos e legais, o ingresso no Curso de Pedagogia poderá considerar, quando previsto em edital próprio, aspectos relacionados ao perfil do candidato tais como o interesse pela área educacional, o compromisso ético e social com a educação pública e a disposição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, inclusivas e comprometidas com a transformação social.

Ainda que tais aspectos não se configurem como critérios eliminatórios, poderão ser considerados no âmbito de entrevistas, redações, cartas de intenção ou outros instrumentos avaliativos eventualmente adotados pela instituição, de forma complementar, respeitando-se sempre os princípios de transparência e isonomia entre os candidatos.

No ato da matrícula, o(a) candidato(a) aprovado(a) no processo seletivo deverá

apresentar toda a documentação exigida pela legislação educacional e pelas normas internas do IFAP, incluindo, mas não se limitando a: documento oficial de identificação com foto, CPF, comprovante de quitação com as obrigações eleitorais e militares (quando aplicável), histórico escolar do Ensino Médio, certificado ou diploma de conclusão do Ensino Médio ou equivalente, além de outras documentações eventualmente solicitadas em edital. A não apresentação dos documentos dentro dos prazos estabelecidos poderá implicar na perda do direito à vaga, sendo convocado o próximo candidato classificado, conforme critérios estabelecidos no edital de seleção.

O IFAP poderá, ainda, estabelecer procedimentos específicos para matrícula em casos de estudantes transferidos de outras instituições de ensino superior, portadores de diploma de curso superior ou reingressantes, desde que observadas as normas previstas em seus regulamentos acadêmicos e a existência de vagas, respeitando-se a compatibilidade curricular e as exigências legais. Tais possibilidades reforçam a flexibilidade institucional e ampliam as oportunidades de acesso à formação superior, sem prejuízo da qualidade acadêmica e do cumprimento das diretrizes curriculares do curso.

Ressalta-se que todas as etapas do processo de ingresso serão conduzidas em conformidade com critérios éticos, pedagógicos e administrativos, assegurando transparência, publicidade e igualdade de condições a todos os candidatos. Além disso, o IFAP compromete-se a oferecer atendimento especializado aos candidatos com deficiência ou necessidades educacionais específicas, garantindo acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional durante o processo seletivo e ao longo da vida acadêmica do estudante, em alinhamento com a legislação inclusiva e com a política institucional de educação inclusiva.

Por fim, entende-se que o ingresso no Curso de Pedagogia não representa apenas o acesso a uma formação acadêmica, mas a inserção em um projeto ético-político de formação humana, social e profissional. Nesse sentido, o(a) estudante ingressante é convidado(a) a assumir, desde o início de sua trajetória acadêmica, um compromisso com a educação pública de qualidade, com a valorização da diversidade, com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, em consonância com os princípios que norteiam este Projeto Pedagógico de Curso e a missão institucional do Instituto Federal do Amapá.

4.2 Perfil profissional do egresso/saídas profissionais

O Curso de Pedagogia fundamenta-se nos princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando a formação de profissionais do magistério para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso público do Estado e direito social inalienável. Nesse sentido, a proposta formativa orienta-se pela garantia de parâmetros de qualidade acadêmica, científica, ética e técnica, em consonância com os marcos legais e documentos orientadores da educação nacional, promovendo uma sólida articulação entre teoria e prática e reconhecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A inserção dos estudantes em contextos reais da Educação Básica, aliada à valorização das escolas como espaços formadores e das experiências pedagógicas concretas como núcleo da práxis docente, constitui eixo estruturante do projeto, reafirmando a importância da socialização profissional desde a formação inicial.

O PPC também se ancora na promoção da equidade, na valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, cultural e social e na construção de uma educação democrática, inclusiva, laica e socialmente comprometida. Reconhecendo o/a pedagogo/a como agente transformador das identidades, das sociabilidades e dos repertórios culturais dos educandos, o curso assume o compromisso com a justiça social, com a superação de desigualdades e com a formação cidadã e sustentável, incorporando temáticas contemporâneas como direitos humanos, sustentabilidade, pluralidade cultural e liberdade de pensamento. Dessa forma, busca-se formar profissionais críticos, reflexivos e emancipados, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e com o fortalecimento da educação pública como instrumento de transformação social.

O egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari é um profissional da educação com formação sólida, crítica e reflexiva, comprometido com os princípios éticos, políticos, estéticos e sociais que fundamentam a educação pública, democrática, inclusiva e de qualidade social. Atua de forma consciente e responsável na promoção da aprendizagem, na valorização da diversidade e na transformação das realidades educacionais e sociais do contexto amazônico e brasileiro.

O professor egresso é capaz de planejar, desenvolver, mediar e avaliar processos pedagógicos voltados à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, à Educação de Jovens e Adultos e à gestão de espaços educativos formais e não formais. Com base à Resolução CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para A formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)", o egresso atua com autonomia intelectual, domínio teórico

e metodológico, articulando ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da formação integral do educando.

Sua identidade profissional se caracteriza pela capacidade de compreender criticamente a realidade social e educacional, propor soluções criativas para os desafios da prática docente e utilizar metodologias inovadoras que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural dos alunos. O pedagogo formado pelo IFAP reconhece a importância da educação como instrumento de emancipação humana e transformação social, fundamentando sua ação em princípios de equidade, ética e respeito à diversidade.

4.3 Competências do Egresso

4.3.1 Competências gerais:

O egresso demonstra competências relacionadas à comunicação, ao trabalho em equipe, à responsabilidade socioambiental e à resolução de problemas de forma ética, criativa e colaborativa. É capaz de utilizar tecnologias digitais, compreender a complexidade das relações sociais e atuar de maneira crítica no mundo do trabalho e na sociedade.

4.3.2 Competências comuns ao eixo educacional

O pedagogo domina os fundamentos teórico-metodológicos da educação, a gestão dos processos de ensino e aprendizagem, e a organização do trabalho pedagógico. Atua na construção e implementação do projeto político-pedagógico, na coordenação de práticas educativas e na promoção de ambientes de aprendizagem inclusivos, participativos e contextualizados.

4.3.3 Competências específicas da habilitação em Pedagogia

O egresso elabora e aplica metodologias adequadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; desenvolve e avalia materiais e recursos didáticos; conduz processos de alfabetização e letramento; articula saberes pedagógicos e científicos à prática docente; realiza pesquisa educacional e extensão com foco na melhoria da qualidade do ensino e na valorização da cultura local e regional. Além disso, atua na gestão escolar, em funções de coordenação pedagógica, orientação educacional e formação continuada de professores, bem

como em instituições e projetos educativos não escolares.

4.3.4 Saídas Profissionais

O egresso pode atuar como:

- Professor na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em escolas públicas e privadas;
- Docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Coordenador pedagógico ou gestor escolar, participando do planejamento, execução e avaliação de políticas educacionais;
- Formador de professores em programas e projetos de formação inicial e continuada;
- Pesquisador e produtor de materiais pedagógicos, voltados à inovação educacional e ao desenvolvimento regional;
- Profissional da educação não escolar, em espaços como ONGs, projetos sociais, culturais e comunitários.

Assim, o egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP é um educador crítico, ético e socialmente comprometido, preparado para atuar com excelência pedagógica e sensibilidade humana, contribuindo para a construção de uma educação emancipadora e para o fortalecimento das políticas públicas educacionais no Vale do Jari, no estado do Amapá e no país.

4.3.5 Dimensões do Perfil Profissional

Para descrever o perfil profissional do egresso, considerar três dimensões principais:

➔ Competências gerais: Conhecimentos fundamentais para o mundo do trabalho, independentes da área de formação.

➔ Competências comuns ao eixo tecnológico: Habilidades compartilhadas entre cursos de uma mesma área de conhecimento.

➔ Competências específicas da habilitação profissional: Diferenciais do curso que garantem a identidade profissional do egresso.

Essa abordagem permitirá que o perfil profissional do egresso reflita de maneira clara e objetiva as competências adquiridas e suas aplicações no campo de trabalho, garantindo

coerência com a organização curricular e a legislação vigente.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ORGANIZAÇÃO

A Fundamentação Legal do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá constitui o conjunto de marcos normativos e diretrizes que orientam sua concepção, organização curricular, gestão acadêmica e práticas pedagógicas.

Essa base jurídica assegura que o curso se desenvolva em consonância com os princípios da educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social, promovendo a formação de professores comprometidos com o desenvolvimento humano, científico e social da região amazônica e do país.

O curso insere-se no contexto das políticas nacionais de formação docente e das diretrizes institucionais do IFAP, articulando-se com as demandas educacionais do Estado do Amapá e com os desafios da educação básica no Brasil. Dessa forma, a estrutura curricular, os objetivos e o perfil do egresso estão plenamente ancorados nas normas internas e externas que garantem legitimidade, coerência pedagógica e alinhamento com as políticas públicas de educação superior e formação de professores.

5.1 Normas Internas do IFAP

A oferta e o funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP estão embasados em um conjunto de resoluções, regulamentos e documentos institucionais que norteiam o desenvolvimento dos cursos de graduação. Dentre os principais instrumentos normativos internos, destacam-se:

- Resolução nº 74/2023 – CONSUP/RE/IFAP – Estabelece as normas e procedimentos para a elaboração, reformulação e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação do Instituto Federal do Amapá, assegurando a padronização e o alinhamento institucional entre as unidades acadêmicas.
- Resolução nº 108/2024 – CONSUP/RE/IFAP – Aprova a Política Didático-Pedagógica para os Cursos de Licenciatura do IFAP, que define os fundamentos teóricos e metodológicos da formação docente, os princípios éticos e políticos da prática educativa e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Essa resolução consolida o compromisso institucional com a formação de professores críticos, reflexivos e capazes de atuar de modo transformador na realidade educacional.

- Estatuto e Regimento Geral do IFAP – Regulamentam a organização administrativa e pedagógica da instituição, fixando as competências, deveres e direitos da comunidade acadêmica e garantindo o cumprimento da missão institucional de promover educação pública e inclusiva, orientada para o desenvolvimento regional e nacional.
- Regulamento da Organização Didático-Pedagógica (ODP) dos Cursos de Graduação do IFAP – Define as diretrizes que orientam o funcionamento dos cursos, abrangendo aspectos como estrutura curricular, carga horária, avaliação da aprendizagem, integralização de estudos e atividades complementares.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, que orienta o planejamento estratégico do IFAP, definindo metas, diretrizes e políticas institucionais para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. No que se refere à formação docente, o PDI reforça o compromisso com a ampliação da oferta de licenciaturas, a consolidação da formação inicial e continuada de professores e a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.
- Resolução nº 08/2019 – CONSUP/IFAP, de 09 de janeiro de 2019, que aprova a atualização da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP;
- Resolução nº 106/2023 – CONSUP/RE/IFAP, que aprova a reformulação da regulamentação de estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP;
- Resolução nº 93/2024 – CONSUP/RE/IFAP, que homologa a Resolução nº 39/2024/CONSUP/RE/IFAP, ad referendum de 09 de abril de 2024, a qual aprovou a reformulação da Resolução nº 107/2022/CONSUP/RE/IFAP, referente à Curricularização da Extensão nos Cursos Superiores do IFAP;
- Instrução Normativa nº 07/2025 – PROEN/GAB/RE/IFAP, que estabelece as orientações, os procedimentos e o cronograma para a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), no âmbito do IFAP, no ano de 2025;
- Resolução nº 102/2025 – CONSUP/RE/IFAP, que aprova a regulamentação que estabelece a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem no âmbito do Instituto Federal do Amapá – IFAP.

Esses instrumentos asseguram a coerência entre o planejamento pedagógico e a execução acadêmica do curso, fortalecendo a identidade institucional do IFAP enquanto

formador de educadores comprometidos com a transformação social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

5.2 Normas Externas e Diretrizes Nacionais

O Curso de Licenciatura em Pedagogia também se fundamenta nas legislações e diretrizes nacionais que regulam a educação superior e a formação de professores no Brasil, em especial:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) – Estabelece os princípios e diretrizes que regem a educação nacional, fixando a base normativa para os níveis e modalidades de ensino e destacando, em seus artigos 61 a 67, a formação dos profissionais da educação.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define sua natureza jurídica, objetivos e finalidades, com ênfase na verticalização do ensino e na integração entre formação técnica, tecnológica e superior.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, estabelecendo o perfil do egresso, os princípios formativos, a base teórica da docência e os campos de atuação do pedagogo, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
- Parecer CNE/CP nº 5/2005 – Fundamenta as DCNs do Curso de Pedagogia e explicita a centralidade da docência como eixo formativo, reafirmando o compromisso com a formação de educadores críticos, reflexivos e eticamente responsáveis.
- Resolução CNE/CP n° 4, de maio de 2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).
- à RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)".

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que regula os processos de avaliação
- institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes, assegurando a qualidade da educação superior.
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e cursos de educação superior, organizando o processo de credenciamento, recredenciamento e reconhecimento dos cursos.
- Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Define metas e estratégias para a elevação da qualidade e universalização da educação, com destaque para as metas 15 a 18, que tratam especificamente da valorização, formação e carreira dos profissionais da educação.

Essas normas asseguram que o curso de Pedagogia do IFAP esteja em sintonia com as políticas públicas de formação docente e com os marcos regulatórios que orientam a qualidade e a relevância social da educação superior no país.

5.3 Outros Documentos Orientadores

Além das legislações mencionadas, o curso fundamenta-se em documentos orientadores complementares, que contribuem para a coerência e a atualização de sua proposta pedagógica:

- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Documento de referência obrigatória para a Educação Básica, que orienta os currículos escolares e, por consequência, a formação inicial dos professores, assegurando a integração entre as competências docentes e as aprendizagens essenciais dos estudantes.
- Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Define diretrizes e programas voltados à formação inicial e continuada de docentes, priorizando a valorização profissional, o desenvolvimento de competências pedagógicas e a melhoria da qualidade da educação pública.
- Documentos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- - Diretrizes que orientam o papel dos Institutos Federais na formação de professores, destacando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, bem como o compromisso social com o desenvolvimento regional.

A Fundamentação Legal do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP demonstra que sua concepção e implementação estão alicerçadas em uma base normativa sólida e atualizada, que assegura legitimidade acadêmica, rigor científico e relevância social.

A articulação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/CP) e as diretrizes institucionais do IFAP, especialmente aquelas aprovadas pelas Resoluções nº 74/2023, nº 108/2024 e nº 105/2024 do CONSUP/RE/IFAP, garante que o curso se desenvolva em conformidade com as políticas de formação docente e com a missão institucional de formar professores críticos, éticos, competentes e socialmente comprometidos com a transformação da realidade educacional brasileira, especialmente no contexto amazônico.

6 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá foi concebida à luz dos princípios formativos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/CP) para os cursos de licenciatura, da Resolução nº 108/2024 – CONSUP/IFAP, que aprova a Política Didático-Pedagógica para os Cursos de Licenciatura. Essa organização busca assegurar uma formação docente sólida, crítica e comprometida com a realidade educacional amazônica e com os desafios da Educação Básica, garantindo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A proposta curricular ancora-se em uma perspectiva interdisciplinar, integradora e reflexiva, que reconhece o estudante como sujeito ativo de seu processo formativo e o professor como mediador da aprendizagem e agente de transformação social.

A filosofia que fundamenta a estrutura curricular do curso orienta-se pelo compromisso com a formação de professores capazes de compreender, problematizar e intervir na realidade educacional em suas múltiplas dimensões. Assim, o currículo é concebido como um espaço dinâmico de construção de saberes, em constante diálogo entre teoria e prática, articulando diferentes campos do conhecimento pedagógico e científico. O curso adota o regime semestral presencial, conforme previsto nas normativas institucionais e nas diretrizes do Ministério da Educação.

6.1 Núcleos formativos e organização curricular

O curso está estruturado em quatro núcleos formativos interdependentes — Formação Geral, Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos, Atividades Acadêmicas

de Extensão e Estágio Curricular Supervisionado — além do Núcleo de Disciplinas Optativas, que amplia as possibilidades formativas e permite ao estudante construir uma trajetória acadêmica mais alinhada aos seus interesses e contextos de atuação.

Essa organização curricular está ancorada em eixos formativos articulados, que integram os fundamentos da educação, o domínio dos conteúdos específicos, a prática pedagógica, a pesquisa e a extensão. Tal estrutura assegura a progressão dos saberes e favorece o desenvolvimento das competências essenciais ao perfil do egresso, especialmente no que diz respeito à atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na gestão escolar e em outras modalidades da Educação Básica.

A correlação entre os componentes curriculares e as competências docentes é um princípio norteador do curso. Cada disciplina contribui de forma intencional para a formação integral do pedagogo, promovendo a articulação entre teoria e prática, bem como entre saberes acadêmicos e experiências do contexto escolar. A matriz curricular foi cuidadosamente concebida para garantir essa coerência, assegurando uma formação sólida, contínua e interdisciplinar. A distribuição da carga horária entre atividades teóricas, práticas e extensionistas, com ênfase nas práticas como componente curricular e no estágio supervisionado, potencializa a vivência concreta dos saberes pedagógicos em contextos reais de ensino-aprendizagem.

O **Núcleo I – Estudos de Formação Geral (EFG)** constitui a base comum da licenciatura e visa fornecer aos licenciandos o arcabouço teórico, metodológico e reflexivo necessário à compreensão do fenômeno educativo e de sua inserção na sociedade. Esse núcleo abrange os conhecimentos científicos, filosóficos, históricos, psicológicos, sociológicos e políticos da educação, possibilitando a análise das relações entre educação, sociedade e cultura, bem como o entendimento do papel social da escola na contemporaneidade.

Esse núcleo contempla ainda conteúdos relativos à política e gestão educacional, aos fundamentos da didática e à abordagem das relações étnico-raciais, de gênero, diversidade e inclusão. Os componentes curriculares iniciam-se no primeiro semestre do curso, com o intuito de estabelecer as bases conceituais para o desenvolvimento dos demais núcleos formativos e contribuir para a construção da identidade docente. As disciplinas desse eixo dialogam com a prática educativa e os contextos escolares da região amazônica, valorizando a cultura local e promovendo uma formação cidadã crítica e comprometida com a transformação social.

O **Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (ACCE)** tem como propósito articular o domínio dos

conteúdos curriculares da Educação Básica com o domínio pedagógico necessário à sua transposição didática. Nesse eixo, promove-se o estudo aprofundado dos conteúdos específicos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, abrangendo as áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, em consonância com os referenciais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O núcleo aborda as metodologias de ensino dessas diferentes áreas, possibilitando ao futuro pedagogo planejar, desenvolver e avaliar práticas educativas contextualizadas, significativas e integradoras. Ao articular saberes disciplinares e pedagógicos, busca-se assegurar que o licenciando compreenda tanto o conteúdo escolar quanto as estratégias e recursos didáticos adequados ao seu ensino.

Além disso, o Núcleo II favorece a integração entre teorias da aprendizagem, práticas pedagógicas e uso de tecnologias educacionais, contribuindo para uma formação docente sólida e contextualizada. O trabalho pedagógico interdisciplinar é fortemente incentivado, promovendo o desenvolvimento de competências que permitam ao futuro professor criar situações de aprendizagem que estimulem a curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos.

O **Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)** integra o processo formativo à realidade social, promovendo a interação entre o Instituto Federal do Amapá e a comunidade por meio de ações extensionistas que articulam ensino, pesquisa e extensão. Em conformidade com a Resolução nº 93/2024 – CONSUP/RE/IFAP, que regulamenta a curricularização da extensão, o núcleo assegura que no mínimo 10% da carga horária total do curso seja destinada a atividades de extensão, consolidando o compromisso institucional com a formação integral, a cidadania e a responsabilidade social do futuro pedagogo.

A extensão é concebida como uma dimensão formativa essencial, que possibilita ao estudante vivenciar experiências educativas vinculadas às demandas sociais, culturais e ambientais das comunidades locais e regionais. Por meio dessa vivência, o licenciando amplia sua compreensão sobre a realidade social, fortalecendo a capacidade de atuar de forma crítica, ética e transformadora.

As Atividades Acadêmicas de Extensão contribuem para o fortalecimento do compromisso social da educação superior, ao estimular o desenvolvimento de projetos, programas, cursos, oficinas, eventos e ações colaborativas junto a escolas da rede pública, movimentos sociais e organizações comunitárias. Tais ações são planejadas e executadas de forma articulada ao projeto pedagógico do curso, de modo a garantir a indissociabilidade entre

teoria e prática, e promover a melhoria das condições culturais, educacionais, e sociais do Vale do Jari e de outras regiões do Amapá.

O **Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado (ECS)** constitui um espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática, sendo um dos pilares da formação docente. Tem como finalidade proporcionar ao licenciando experiências reais de atuação profissional na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na gestão escolar, permitindo a integração dos conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos construídos ao longo do curso.

O estágio é um componente curricular obrigatório, desenvolvido de forma progressiva e orientada, em instituições de Educação Básica. Suas atividades envolvem observação, participação e regência supervisionada, possibilitando ao estudante compreender a dinâmica da escola, refletir criticamente sobre os desafios da prática pedagógica e desenvolver competências profissionais essenciais, como o domínio dos conteúdos escolares, o planejamento e a execução de práticas educativas, a avaliação da aprendizagem e o uso de metodologias inovadoras.

Essa vivência contribui para a consolidação da identidade docente e o fortalecimento do compromisso ético, político e social do futuro professor com a transformação da realidade educacional. O acompanhamento é realizado por professores- orientadores do curso e supervisores das escolas-campo, assegurando a coerência entre os objetivos formativos do curso e as necessidades concretas da Educação Básica, em consonância com os princípios da formação integral, crítica e reflexiva que orientam o curso de Licenciatura em Pedagogia. Segue as estruturas de divisão dos eixos, realizadas no PPC:

Quadro 6 — Divisão de carga horária por eixo

SOMATÓRIA DOS NÚCLEOS I A IV: 3.232 HORAS-RELÓGIO	
I - Núcleo I – Estudos de Formação Geral	900
II - Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional	1.600
III - Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão	332
IV - Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Complementares	200
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.432 HORAS-RELÓGIO	
SOMATÓRIA DOS NÚCLEOS I A IV: 3.880 HORAS-AULA	
I - Núcleo I - Estudos de Formação Geral	1.080
II - Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional	1.920
III - Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão	400
IV - Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado	480
Atividades Complementares	200

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 4.080 HORAS-AULA

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (PPC), 2024.

6.2 Núcleo de Optativas

O Núcleo de Componentes Optativos complementa a formação do licenciando, oferecendo oportunidades para ampliar, aprofundar e diversificar os conhecimentos construídos ao longo do curso. Esse núcleo contempla disciplinas que abordam temáticas emergentes e contemporâneas no campo educacional, promovendo a atualização teórico-prática e o desenvolvimento de competências em áreas específicas de interesse acadêmico e profissional.

As disciplinas optativas abrangem conteúdos relacionados a tecnologias digitais na educação, educação ambiental e sustentabilidade, educação especial e inclusiva, ludicidade e práticas culturais, literatura infantil, e cultura regional, entre outros temas relevantes. Por meio delas, o estudante tem a possibilidade de construir itinerários formativos flexíveis, coerentes com suas expectativas pessoais, aspirações profissionais e com as demandas atuais da educação e da sociedade.

Assim, o Núcleo de Componentes Optativos contribui para uma formação plural, crítica e contextualizada, fortalecendo a autonomia intelectual e o compromisso do futuro pedagogo com a inovação e a transformação social.

O estudante deverá integralizar 100 horas-relógio em componentes curriculares optativos, correspondentes a dois componentes de 50 horas-relógio (60 horas-aula) escolhidos entre as quatro opções constantes em rol próprio: Literatura Amapaense; Educação e Saberes Amazônicos; Infâncias e Educação na Amazônia; e Culturas Digitais, Mídias e Educação.

6.3 Princípios formativos e metodológicos

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP fundamenta-se em princípios orientadores que asseguram a formação integral, crítica e humanizadora do futuro pedagogo. Entre esses princípios destacam-se a flexibilidade, interdisciplinaridade, a contextualização, e a integração entre teoria e prática, compreendidas como dimensões indissociáveis do processo educativo. Tais princípios visam superar a fragmentação do conhecimento e promover a unidade entre os diferentes campos de saberes que constituem a formação docente.

A proposta pedagógica valoriza metodologias de ensino e aprendizagem centradas na participação ativa dos estudantes, tais como a aprendizagem baseada em projetos, a problematização freireana, o estudo de casos, as práticas de pesquisa e as atividades de campo**.** Essas estratégias favorecem o desenvolvimento da autonomia intelectual, o protagonismo discente e a construção coletiva do conhecimento, estimulando a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a proposição de soluções para os desafios da educação brasileira.

A metodologia adotada parte da concepção de que o conhecimento se constrói na interação e na reflexão crítica sobre a realidade, exigindo do licenciando uma postura investigativa, criativa e colaborativa. Nesse contexto, as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) são utilizadas como recursos mediadores, tanto no ensino presencial quanto em atividades complementares, ampliando as possibilidades de aprendizagem e inovação didática. O corpo docente é estimulado a empregar metodologias ativas e inovadoras, capazes de integrar saberes, fortalecer a autonomia e promover o engajamento dos estudantes no processo formativo.

O curso enfatiza, ainda, a educação inclusiva e o reconhecimento da diversidade como eixos estruturantes da formação docente, assegurando que o futuro pedagogo compreenda as especificidades culturais, sociais e cognitivas dos sujeitos da educação.

Essa perspectiva está em consonância com as políticas públicas de inclusão e com os marcos legais que orientam o respeito à diferença, à equidade e aos direitos humanos no ambiente escolar.

A estrutura curricular também assegura a integração entre ensino, pesquisa e extensão, eixo central da formação docente e da missão institucional do IFAP. As práticas pedagógicas articulam-se à produção de conhecimento e à vivência social, possibilitando ao estudante compreender a complexidade da escola e do processo educativo. As atividades de iniciação científica, os projetos de pesquisa aplicada e as ações de extensão desenvolvidas ao longo do curso contribuem para a formação de professores reflexivos, críticos e comprometidos com a transformação social. Essa coerência entre os três pilares da educação superior garante que o curso não apenas transmita conteúdos, mas forme profissionais capazes de produzir conhecimento, inovar e intervir eticamente na realidade educacional.

Por fim, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP materializa o compromisso institucional com a qualidade da formação docente e com a valorização da educação pública. Sua organização promove uma formação plural, inclusiva democrática, e transformadora, voltada para as necessidades educacionais do Amapá e do Brasil, reafirmando

o papel social da escola e o compromisso do pedagogo com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

6.4 Integração Ensino–Pesquisa–Extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um dos pilares do projeto pedagógico do curso. Essa integração se materializa por meio da participação dos estudantes em grupos de pesquisa, programas de iniciação científica, projetos de extensão e atividades formativas voltadas à comunidade. O curso busca consolidar uma prática educativa investigativa, que possibilite ao futuro professor compreender a escola como objeto de estudo e intervenção, ampliando sua consciência crítica e seu compromisso com a transformação social.

Inspirada em Paulo Freire (1996), que entende a educação como ato político e libertador, e em Libâneo (2010), que enfatiza o papel da mediação pedagógica, esta proposta curricular reafirma que formar professores é formar sujeitos que pensam criticamente, intervêm no mundo e transformam realidades por meio da prática educativa.

A extensão universitária, enquanto processo educativo e dialógico, permite que o curso mantenha vínculo permanente com a sociedade, respondendo às demandas locais e regionais e contribuindo para a consolidação de uma educação contextualizada, inclusiva e emancipatória.

A proposta curricular do curso de Pedagogia do IFAP – Campus Laranjal do Jari reafirma o compromisso da instituição com o desenvolvimento regional e com a valorização da Amazônia. O curso busca formar educadores sensíveis às realidades sociais, culturais e ambientais do território amapaense, capazes de atuar de forma crítica e criativa diante dos desafios da educação na região.

Dessa forma, a Licenciatura em Pedagogia consolida-se como um espaço de formação comprometido com a justiça social, a sustentabilidade, a diversidade e a democratização do conhecimento, fortalecendo o papel do IFAP como instituição formadora de educadores engajados na construção de uma sociedade mais humana, solidária e equitativa.

6.5 Componentes Curriculares

A proposta curricular do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia fundamenta-se em uma perspectiva de (re)construção dos saberes educacionais e sociais, orientada pelo desenvolvimento de competências e habilidades que integrem os conhecimentos teórico-práticos da área educacional. Essa integração ocorre por meio dos núcleos específico,

complementar, didático-pedagógico e das atividades acadêmicas de extensão, assegurando uma formação ampla, crítica e comprometida com a transformação social por meio da educação.

O núcleo específico tem como objetivo possibilitar ao licenciando a compreensão dos fundamentos teóricos, filosóficos, psicológicos, históricos e sociológicos que sustentam a prática educativa, promovendo uma visão crítica sobre o fenômeno educativo e suas múltiplas dimensões. O núcleo complementar busca ampliar essa base de conhecimentos, oferecendo subsídios para o entendimento das políticas públicas, da gestão escolar, da diversidade cultural e das práticas inclusivas.

O núcleo didático-pedagógico, por sua vez, fornece os referenciais teóricos e metodológicos necessários ao exercício da docência, articulando teoria e prática em consonância com as demandas contemporâneas da Educação Básica. Em diálogo com as atividades acadêmicas de extensão, esse núcleo propicia experiências formativas que fortalecem o compromisso social, ético e político do futuro educador, por meio de ações que integram ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere à estrutura curricular, os componentes curriculares foram organizados de modo a assegurar uma progressão coerente do aprendizado, considerando a complexidade crescente dos conteúdos e das práticas pedagógicas. Assim, determinados componentes exigem conhecimentos prévios como pré-requisitos, garantindo o desenvolvimento contínuo e consistente das competências profissionais.

O profissional egresso do curso de Pedagogia deverá possuir uma sólida formação teórico-metodológica e didático-pedagógica, que o capacite a compreender criticamente o contexto educacional, social, político, econômico e cultural em que atua. Deverá, ainda, estar apto a planejar, executar e avaliar práticas educativas comprometidas com a educação inclusiva, democrática e emancipadora, habilitando-se a intervir de forma ética e transformadora na realidade das instituições escolares e não escolares, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP – Campus Laranjal do Jari – foram organizados de modo a garantir uma formação sólida, crítica e integrada, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de licenciatura e aos Referenciais Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. A matriz contempla disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, todas com carga horária definida, período de oferta, ementa, objetivos, conteúdos programáticos e bibliografia básica e complementar.

Essa estrutura busca assegurar a formação de professores qualificados para atuar na Educação Básica, em especial na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ampliando as possibilidades de atuação em espaços escolares e não escolares, projetos educativos e ações de extensão. O currículo também promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme a Política de Curricularização da Extensão (Resolução nº 93/2024 – CONSUP/RE/IFAP), assegurando que ao menos 10% da carga horária total do curso seja dedicada a atividades extensionistas que articulem teoria, prática e compromisso social.

A estrutura curricular foi desenvolvida de forma a integrar dimensões teóricas e práticas, respeitando a progressão pedagógica do estudante e contemplando o desenvolvimento das competências necessárias ao perfil do egresso. Além disso, incorpora abordagens interdisciplinares e metodologias ativas, que favorecem o protagonismo discente, a reflexão crítica e o diálogo entre saberes.

Conforme a legislação vigente, o currículo do curso incorpora temáticas transversais obrigatórias, de forma interdisciplinar ou em disciplinas específicas, garantindo uma formação docente integral e alinhada às políticas públicas educacionais.

6.5.1 Abordagens Temáticas Obrigatórias

- Educação para as Relações Étnico-Raciais e História da Cultura Afro- Brasileira e Indígena, conforme a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, abordada em componentes como Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação e Relações Étnico- Raciais.
- Educação em Direitos Humanos, presente em componentes como Educação em Direitos Humanos e transversalmente nas práticas pedagógicas e de estágio.
- Educação Ambiental, incorporada aos conteúdos de Educação Ambiental, Educação do Campo e nas práticas interdisciplinares do curso, de acordo com a Lei nº 9. 795/1999 e a Resolução CNE/CP nº 2/2012.
- Política Nacional sobre Drogas (PNAD), que orienta ações de promoção da saúde, prevenção e redução de danos sociais em contextos escolares e comunitários.
- Princípios da Proteção e Defesa Civil, trabalhados de forma transversal, especialmente nos componentes voltados à gestão escolar, à segurança e ao planejamento educacional.

Essas temáticas são tratadas em consonância com os princípios da Educação Inclusiva, Democrática e Emancipadora, promovendo o respeito à diversidade, aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

6.5.2 Bibliografia e Acervo

A bibliografia básica e complementar dos componentes curriculares foi organizada de acordo com as diretrizes da Biblioteca do IFAP, garantindo atualização, acessibilidade e adequação aos conteúdos das disciplinas. Cada unidade curricular apresenta, no mínimo, três títulos de bibliografia básica e cinco de bibliografia complementar, conforme as exigências institucionais.

A bibliografia básica é composta por títulos físicos disponíveis no acervo da biblioteca do campus, sendo assegurada a proporção de um exemplar para cada quatro estudantes matriculados. Já a bibliografia complementar poderá incluir livros físicos e digitais, garantindo a proporção mínima de um exemplar para cada dois alunos, de modo a atender plenamente à demanda de consulta e pesquisa.

O acervo físico encontra-se tombado e informatizado, e o acervo digital conta com contratos de acesso contínuo registrados em nome do IFAP, assegurando disponibilidade permanente aos usuários. As instalações da biblioteca dispõem de recursos tecnológicos que permitem o acesso a materiais digitais, inclusive com ferramentas de acessibilidade e soluções de apoio à leitura e aprendizagem.

Os títulos selecionados estão em conformidade com as políticas de aquisição do IFAP, privilegiando obras publicadas nos últimos cinco anos no Brasil, com ampla relevância acadêmica e aderência aos objetivos de cada disciplina. Não são incluídos trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, artigos), publicações de eventos ou materiais produzidos por instituições públicas fora dos processos de aquisição institucional, conforme as normas da biblioteca.

A biblioteca do campus também mantém assinaturas de acesso virtual a periódicos especializados, ampliando as possibilidades de consulta e pesquisa para estudantes e docentes. O gerenciamento do acervo é contínuo e conta com um plano de atualização periódica, assegurando a reposição e ampliação de títulos conforme a evolução das demandas formativas.

A adequação da bibliografia de cada componente curricular é validada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), por meio de relatório técnico que confirma a compatibilidade entre o acervo e os conteúdos descritos no PPC, considerando o número de vagas autorizadas e

a utilização compartilhada de títulos entre cursos do campus. O relatório de adequação é documento obrigatório e permanece arquivado junto à Coordenação do Curso e à Biblioteca.

6.6 Componentes Curriculares Optativas

As disciplinas optativas integram o projeto pedagógico como um espaço de ampliação da formação docente, permitindo ao estudante construir percursos formativos específicos de acordo com seus interesses acadêmicos e profissionais. Essas disciplinas abordam temáticas complementares à formação do pedagogo, incentivando o aprofundamento em áreas como educação inclusiva, tecnologias digitais, arte e cultura, educação ambiental, educação nas infâncias e práticas de letramento.

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é obrigatória para todos os cursos de licenciatura, sendo ofertada de forma regular no currículo da Pedagogia. As demais optativas serão disponibilizadas conforme oferta institucional, garantindo diversidade de temáticas e coerência com o perfil do egresso.

As optativas complementam a formação geral, específica e profissional do licenciando, estimulando o protagonismo na construção do percurso acadêmico e fortalecendo a identidade do futuro professor enquanto sujeito reflexivo, crítico e socialmente engajado.

6.7 Matriz Curricular por semestre

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP – Campus Laranjal do Jari – foi organizada de forma a garantir uma formação sólida, crítica e integrada, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura e às especificidades da formação docente para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A estrutura curricular está organizada com base no regime de créditos, com matrícula por disciplinas semestrais, observando-se os pré-requisitos estabelecidos e o desenvolvimento gradual das competências que compõem o perfil do egresso. Assim, a matriz contempla a articulação entre teoria e prática, pesquisa e extensão, garantindo a formação integral do futuro pedagogia. A seguir, apresenta-se a prévia da matriz curricular organizada por semestre, conforme quadro 7:

Quadro 7 — Matriz curricular por semestre

1° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
Filosofia da Educação I	60	50	-
Psicologia da Educação I	60	50	-
Fundamentos Socioantropológico	60	50	-
História da Educação	60	50	-
Metodologia Científica	60	50	-
Pedagogia em Ambientes não Escolares	60	50	-
Estágio Supervisionado I	60	50	-
Práticas de Extensão I - Ambientação ao espaço escolar	40	33	-
Total	460	383	-
2° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
Filosofia da Educação II	60	50	Filosofia da Educação I
Psicologia da Educação II	60	50	Psicologia da Educação I
Didática I	60	50	-
Sociologia da Educação	60	50	-
Pesquisa em educação	60	50	-
História da Educação Brasileira e da Amazônia	60	50	-
Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada à Educação	60	50	-
Práticas de Extensão II – Escolas da Amazônia	40	33	-
Total	460	383	-
3° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré requisito(s)**
Legislação e Políticas Públicas em Educação	60	50	-
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60	50	-
Didática II	60	50	Didática I
Literatura Infanto-juvenil	60	50	-
Fundamentos Teórico Metodológicos de Educação Infantil	60	50	-
Psicogênese da Leitura e Escrita	60	50	-
Planejamento educacional	60	50	-
Práticas de Extensão III – Ambientes Não Escolares	40	33	-
Total	460	383	-
4° SEMESTRE			

1° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
Currículo e Educação	60	50	-
Avaliação Educacional	60	50	-
Proposta Curricular de Educação Infantil	60	50	-
FTM de Alfabetização	60	50	-
FTM do Ensino de Arte	60	50	-
Corporeidade e Ludicidade na Educação Infantil e Anos Iniciais	60	50	-
Estágio Supervisionado II - Ambiente não Escolares	60	50	-
Práticas de Extensão IV – Práticas Inclusivas	40	33	-
Total	460	383	-
5° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
Libras	60	50	-
FTM do Ensino de Geografia	60	50	-
FTM do Ensino de História	60	50	-
FTM do Ensino de Língua Portuguesa	60	50	-
FTM do Ensino de Ciências	60	50	-
FTM do Ensino da Matemática	60	50	-
Estágio Supervisionado III - Creche e pré-escola	120	100	-
Práticas de Extensão V - Creche e Pré-escola	60	50	-
Total	540	450	-
6 ° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
Sistema Braille e suas Tecnologias	60	50	-
Educação Profissional e Tecnológica	60	50	-
FTM da Educação de Jovens e Adultos	60	50	-
Prática Pedagógica no Ens. Fund. Anos Iniciais e EJA nos Anos Iniciais do Fundamental	60	50	-
Organização do Trabalho Pedagógico	60	50	-
Estágio Supervisionado IV - Anos Iniciais doEnsino Fundamental	120	100	-
Práticas de Extensão VI - Educação Profissional e Tecnológica	60	50	-
Total	480	400	-

1° SEMESTRE			
7° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
TCC I	60	50	-
Educação e Relações Étnico Raciais	60	50	-
Educação do Campo	60	50	-
Educação Escolar Indígena	60	50	-
Gestão Educacional	60	50	-
Gestão Democrática	60	50	-
Componente Optativo I	60	50	-
Estágio Supervisionado V – EJA	60	50	-
Práticas de Extensão VII – EJA	60	50	-
Total	540	450	-
8° SEMESTRE			
Componentes Curriculares (CC)	**CH - Hora Aula (50 min)**	**CH - Hora relógio (60min)**	**Pré-requisito(s)**
TCC II	60	50	TCC I
Educação em Direitos Humanos	60	50	-
Educação Escolar Quilombola	60	50	-
Educação Ambiental	60	50	-
Fundamentos da Educação a Distância	60	50	-
Componente Optativo II	60	50	-
Estágio Supervisionado VI – Gestão e Coordenação Pedagógica	60	50	-
Práticas de Extensão VIII - Gestão e Coordenação pedagógica	60	50	-
Total	480	400	-

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

Quadro 8 — Componentes curriculares optativos

ROL DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS - NÚCLEO II (ACCE)				
Campo	**Componente disponível**	**Semestre de referência**	**Carga horária**	
Componente Optativo I	Literatura Amapaense Educação e Saberes Amazônicos	7º	60h aula	50h relógio
Componente Optativo II	Culturas Digitais, Mídias e Educação Infâncias e Educação na Amazônia	8º	60h aula	50h relógio

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

O curso de Licenciatura em Pedagogia possui carga horária total de 4.080 horas-aula (3.432 horas-relógio), incluindo a integralização obrigatória de dois componentes curriculares optativos, com 60 horas-aula e 50 horas-relógio cada. A ampliação do rol para quatro opções

assegura a possibilidade de escolha pelo estudante, sem alterar a carga horária total do curso de extensão, de estágio supervisionado e atividades complementares. Desse total, aproximadamente 2.500 horas-relógio correspondem às disciplinas teóricas e práticas, 332 horas-relógio são destinadas às atividades de extensão e 400 horas-relógio ao estágio supervisionado, que se caracteriza como componente curricular obrigatório.

Essa distribuição atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, garantindo a articulação entre teoria e prática, bem como a integração da formação acadêmica com a realidade educacional da região. Dessa forma, o curso assegura uma formação ampla e sólida, contemplando tanto à docência nos diferentes níveis da Educação Básica quanto a atuação em espaços não escolares, contribuindo para o desenvolvimento social, educacional e cultural do Vale do Jari.

6.8 Representação gráfica do perfil de formação

A representação gráfica do perfil de formação do Curso de Licenciatura em Pedagogia evidencia o percurso acadêmico do estudante ao longo de sua trajetória formativa, destacando as etapas de consolidação das competências docentes, os componentes curriculares, as atividades integradoras e as possibilidades acadêmicas que favorecem a construção da identidade profissional do educador.

Tal estrutura organiza-se em itinerários formativos, que articulam o eixo teórico, a prática pedagógica e as experiências extensionistas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006) e com as normativas institucionais do Instituto Federal do Amapá (IFAP). O percurso formativo propõe uma formação sólida, interdisciplinar e crítica, voltada à atuação do pedagogo como professor da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como à sua inserção em espaços educativos não escolares. Dessa forma, o itinerário favorece a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, consolidando a indissociabilidade desses pilares como princípio formativo e metodológico.

Quadro 9 — Itinerário Formativo

Itinerário Formativo		
Semestres	**Itinerário Formativo**	**Possibilidades acadêmicas ao longo do curso**
1° Semestre	Fundamentos da Educação, História da Educação, Psicologia da Educação, Leitura e Produção de Texto, Introdução à Pedagogia.	Atividades complementares, participação em oficinas pedagógicas, projetos de extensão e programas de Bolsa Formação.

2° Semestre	Didática, Sociologia da Educação, Alfabetização e Letramento, Metodologia Científica, Tecnologias Educacionais.	Atividades complementares, participação em grupos de estudo, projetos de iniciação científica e ações extensionistas.
3° Semestre	Currículo e Planejamento Educacional, Políticas Públicas da Educação, Avaliação da Aprendizagem, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa.	Participação em programas de estágio supervisionado inicial e eventos acadêmicos.
4° Semestre	Metodologia do Ensino de Matemática, Metodologia do Ensino de Ciências, Educação Infantil, Educação Inclusiva.	Iniciação Científica, mobilidade acadêmica e intercâmbio institucional.
5° Semestre	Gestão Escolar, Metodologia do Ensino de História e Geografia, Práticas de Ensino, Estágio Supervisionado I.	Desenvolvimento de projetos aplicados e participação em eventos científicos.
6° Semestre	Educação e Diversidade Cultural, Pesquisa em Educação, Estágio Supervisionado II.	Preparação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), participação em congressos e seminários.
7° Semestre	Educação e Movimentos Sociais, Educação de Jovens e Adultos, Estágio Supervisionado III, Optativas.	Conclusão de projetos de pesquisa e apresentação de artigos em eventos científicos.
8° Semestre	Seminário de TCC, Estágio Supervisionado IV, Atividades de Extensão e Formação Docente.	Defesa do TCC, finalização dos estágios e participação em eventos institucionais de socialização de saberes.

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

As possibilidades acadêmicas ao longo do curso complementam a formação do pedagogo, proporcionando vivências que fortalecem o desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Essas experiências são concebidas como parte integrante do processo formativo, favorecendo o exercício da autonomia intelectual, da criticidade e do compromisso ético com a transformação social.

É fundamental que os estudantes participem ativamente dessas oportunidades, consolidando sua identidade docente e ampliando sua inserção nos contextos educativos, comunitários e culturais do território onde o IFAP está inserido.

6.9 Possibilidades Acadêmicas

Atividades Complementares: configuram-se como experiências formativas extracurriculares que visam ampliar e diversificar os saberes construídos no âmbito das disciplinas obrigatórias. Incluem:

- Oficinas pedagógicas, cursos livres e eventos acadêmicos e culturais;
- Participação em projetos de extensão e em ações formativas junto à comunidade

escolar;

- Atividades de monitoria, visitas técnicas e programas institucionais de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Bolsa Formação: Os programas de Bolsa Formação são instrumentos de incentivo à permanência estudantil e formação integral, articulando apoio financeiro e oportunidades de aprendizado prático. Por meio deles, o estudante pode:

- Atuar em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao curso;
- Desenvolver competências de responsabilidade social e compromisso institucional;
- Integrar-se a ações institucionais voltadas ao fortalecimento da educação pública e inclusiva.

Iniciação Científica: constitui um eixo estruturante da formação docente, permitindo ao estudante:

- Desenvolver pesquisas sob a orientação de docentes pesquisadores;
- Participar de grupos de pesquisa reconhecidos institucionalmente;
- Produzir, publicar e socializar resultados em eventos científicos locais, regionais e nacionais.

Essa prática fortalece a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a capacidade investigativa, conforme preveem as DCNs da formação de professores.

Mobilidade Acadêmica: estimula a troca de saberes e a vivência em diferentes contextos institucionais, promovendo a integração entre culturas, práticas e realidades educacionais. O estudante pode:

- Participar de programas de intercâmbio com outras unidades do IFAP ou com instituições conveniadas nacionais e internacionais;
- Ampliar horizontes acadêmicos e culturais, desenvolvendo competências interculturais e colaborativas.

Estágios Supervisionados: obrigatórios e progressivos, são desenvolvidos ao longo dos quatro últimos semestres do curso, possibilitando:

- Vivência prática nos espaços escolares da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Inserção em realidades educativas diversificadas;
- Planejamento, execução e avaliação de práticas pedagógicas orientadas, consolidando a integração teoria-prática.

Participação em Eventos Científicos: constitui-se como um espaço privilegiado de socialização do conhecimento e de inserção no meio acadêmico. O estudante é estimulado a:

- Participar de congressos, seminários, colóquios e simpósios acadêmicos;
- Apresentar trabalhos, relatos de experiências e resultados de pesquisas;
- Ampliar redes de contato e fomentar o debate científico-pedagógico.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): representa a culminância do processo formativo, sendo compreendido como um exercício de autonomia e autoria acadêmica. Durante sua elaboração, o estudante:

- Desenvolve pesquisa ou intervenção pedagógica vinculada à área da Educação;
- Aplica conhecimentos teórico-metodológicos construídos ao longo do curso;
- Apresenta e defende publicamente seu trabalho perante banca examinadora, conforme regulamento institucional.

A estrutura aqui apresentada reafirma o compromisso do curso de Licenciatura em Pedagogia com a formação de profissionais reflexivos, críticos e comprometidos com a educação pública, democrática e inclusiva.

O percurso formativo e as possibilidades acadêmicas delineadas estão em plena consonância com:

- As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006);
- E o Projeto Institucional Pedagógico do IFAP, que enfatiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)".

Essa estrutura assegura ao futuro pedagogo não apenas a aquisição de saberes teóricos e práticos, mas também a construção de uma identidade docente consciente, ética e transformadora, em diálogo permanente com as demandas educacionais e sociais do contexto amazônico e brasileiro.

6.10 Consolidação da matriz curricular

A consolidação da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá reflete um projeto formativo comprometido com a qualidade da formação docente e com os princípios da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Sua estrutura foi elaborada em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006 e suas atualizações), bem como com a Resolução nº 108/2024 do Conselho Superior (CONSUP/IFAP), que aprova a Política Didático-Pedagógica para os cursos de Licenciatura da instituição.

A matriz curricular foi concebida para articular teoria e prática, contemplando as dimensões científica, técnica, ética, política e cultural que compõem o perfil do egresso. Busca-se formar profissionais capazes de compreender a complexidade dos processos educativos e de promover uma prática pedagógica crítica, reflexiva e transformadora.

Organizada em oito semestres, a matriz estrutura-se em cinco núcleos formativos:

- Núcleo I – Estudos de Formação Geral;
- Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional;
- Núcleo III – Atividades Acadêmicas de Extensão;
- Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado;
- Núcleo de Atividades Complementares.

Cada semestre foi planejado de modo a garantir a progressão das competências profissionais, respeitando uma ordem crescente de complexidade dos componentes curriculares. As disciplinas iniciais introduzem os fundamentos teóricos da educação, enquanto as etapas finais privilegiam a prática pedagógica, a pesquisa e a gestão escolar. Além dos núcleos formativos, a matriz curricular contempla componentes voltados à formação para a pesquisa e ao engajamento comunitário, assegurando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, destacam-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que desenvolve competências investigativas e reflexivas, e as Unidades Curriculares de Extensão, que fortalecem o compromisso social e formativo do curso, em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado, iniciadas a partir do primeiro ano do curso, possibilitam ao licenciando vivenciar diferentes contextos educativos, como creche, pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e gestão escolar. Essa vivência progressiva consolida a identidade docente e aprofunda a compreensão crítica do trabalho pedagógico.

A elaboração da matriz observou integralmente as determinações legais vigentes, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)" e as normas institucionais do IFAP. A carga horária total contempla atividades teóricas e práticas, estágios supervisionados, unidades curriculares de extensão e o TCC, atendendo às exigências do Ministério da Educação e aos princípios que norteiam a formação docente.

Assim, a matriz curricular garante uma formação sólida, crítica e contextualizada, pautada no compromisso ético, político e social do pedagogo e na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Mais do que um instrumento organizador do percurso acadêmico, ela expressa o compromisso institucional do IFAP com a formação de profissionais competentes, críticos e socialmente engajados, capazes de contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, especialmente nas realidades amazônicas em que o Instituto está inserido. A seguir a matriz curricular.

Quadro 10 — Matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia

Núcleos	Componente curricular	CH SEMANAL PRESENCIAL (EM AULAS)								CH SEMESTRAL (EM AULAS)					CH SEMESTRAL (EM HORAS)	
		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	Presencial	EaD	Total	TEÓRICA	PRÁTICA	PRÁTICA DE EXTENSÃO	TOTAL
Núcleo I - Estudos de Formação Geral – EFG	Filosofia da Educação I	3								60	-	60	60	-	-	50
	Psicologia da Educação I	3								60	-	60	60	-	-	50
	História da Educação	3								60	-	60	60	-	-	50
	Fundamentos Socioantropológico	3								60	-	60	60	-	-	50
	Metodologia Científica	3								60	-	60	40	20	-	50
	Filosofia da Educação II		3							60	-	60	60	-	-	50
	Psicologia da Educação II		3							60	-	60	60	-	-	50
	Didática I		3							60	-	60	60	-	-	50
	Sociologia da Educação		3							60	-	60	60	-	-	50
	Legislação e Políticas Públicas em Educação			3						60	-	60	60	-	-	50
	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva			3						60	-	60	60	-	-	50
	Didática II			3						60	-	60	60	-	-	50
	Currículo e Educação				3					60	-	60	60	-	-	50
	Avaliação Educacional				3					60	-	60	60	-	-	50
	Libras					3				60	-	60	40	20	-	50
	Sistema Braille e suas Tecnologias						3			60	-	60	40	20	-	50
	TCC I							3		60	-	60	40	20	-	50
	TCCII								3	60	-	60	40	20	-	50
CH NÚCLEO EFG (60 MINUTOS): 900h		**CH NÚCLEO EFG (50 MINUTOS): 1.080h**														
	Pedagogia em Ambientes não Escolares	3								60	-	60	60		-	50
	Pesquisa em educação		3							60	-	60	60		-	50
	História da Educação Brasileira e da Amazônia		3							60	-	60	60		-	50
	Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada à Educação		3							60	-	60	40	20	-	50
	Literatura Infanto-juvenil			3						60	-	60	60	-	-	50
	Fundamentos Teórico Metodológicos de Educação Infantil			3						60	-	60	60	-	-	50
	Psicogênese da Leitura e Escrita			3						60	-	60	60	-	-	50
	Planejamento educacional			3						60	-	60	60	-	-	50

Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (ACCE)	Proposta Curricular de Educação Infantil				3					60	-	60	60	-	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico de Alfabetização				3					60	-	60	40	20	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico do Ensino de Arte				3					60	-	60	40	20	-	50
	Corporeidade e Ludicidade na Educação Infantil e Anos Iniciais				3					60	-	60	40	20	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico do Ensino de Geografia					3				60	-	60	40	20	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico do Ensino de História					3				60	-	60	40	20	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico do Ensino de Língua Portuguesa					3				60	-	60	40	20	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico do Ensino de Ciências					3				60	-	60	40	20	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico do Ensino de Matemática					3				60	-	60	40	20	-	50
	Educação Profissional e Tecnológica						3			60	-	60	60	-	-	50
	Fundamentos Teórico e Metodológico da Educação de Jovens e Adultos						3			60	-	60	40	20	-	50
	Prática Pedagógica no Ens. Fund. Anos Iniciais e EJA nos Anos Iniciais do Fundamental						3			60	-	60	40	20	-	50
	Organização do Trabalho Pedagógico						3			60	-	60	60	-	-	50
	Educação e Relações Étnico Raciais							3		60	-	60	60	-	-	50
	Educação do Campo							3		60	-	60	60	-	-	50
	Educação Escolar Indígena							3		60	-	60	60	-	-	50
	Gestão Educacional							3		60	-	60	60	-	-	50
	Gestão Democrática							3		60	-	60	60	-	-	50
	Educação em Direitos Humanos								3	60	-	60	60	-	-	50
	Educação Escolar Quilombola								3	60	-	60	60	-	-	50
	Educação Ambiental								3	60	-	60	60	-	-	50
	Fundamentos da Educação a Distância								3	60	-	60	60	-	-	50
CH NÚCLEO ACCE (60 MINUTOS): 1.600 h		**CH NÚCLEO ACCE (50 MINUTOS): 1.920 h**														
	Práticas de Extensão I - Ambientação ao espaço escolar	2								40	-	40	20	20	33	33
	Práticas de Extensão II – Escolas da Amazônia		2							40	-	40	20	20	33	33
	Práticas de Extensão III – Ambientes Não Escolares			2						40	-	40	20	20	33	33

Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE	Práticas de Extensão IV– Práticas Inclusivas				2					40	-	40	20	20	33	33
	Práticas de Extensão V - Creche e Pré-escola					3				60	-	60	30	30	50	50
	Práticas de Extensão VI - Educação Profissional e Tecnológica						3			60	-	60	30	30	50	50
	Práticas de Extensão VII - EJA							3		60	-	60	30	30	50	50
	Práticas de Extensão VIII - Gestão e Coordenação pedagógica								3	60	-	60	30	30	50	50
CH NÚCLEO AAE (60 MINUTOS): 332h		**CH NÚCLEO AAE (50 MINUTOS): 400h**														
Núcleo IV - Estágio Curricular	Estágio Supervisionado I	3								60	-	60	30	30	-	50
	Estágio Supervisionado II - Ambiente não Escolares		-	-	3					60	-	60	30	30	-	50
	Estágio Supervisionado III - Creche e Pré escola					6				120	-	120	40	80	-	100
	Estágio Supervisionado IV - Anos iniciais do Ensino Fundamental						6			120	-	120	40	80	-	100
	Estágio Supervisionado V - EJA							3		60	-	60	30	30	-	50
	Estágio Supervisionado VI - Gestão e coordenação pedagógica								3	60	-	60	30	30	-	50
CH NÚCLEO ECS (60 MINUTOS): 400 h		**CH NÚCLEO ECS (50 MINUTOS): 480h**														
Núcleo das optativas	Literatura Amapaense (Optativa)							3		60	-	60	60	-	-	50
	Educação e Saberes Amazônicos (Optativa)							3		60	-	60	60	-	-	50
	Culturas Digitais, Mídias e Educação (Optativa)								3	60	-	60	60	-	-	50
	Infâncias e Educação na Amazônia (Optativa)								3	60	-	60	60	-	-	50
COMPONENTES OPTATIVOS OFERTADOS NO NÚCLEO II - ACCE: 4. INTEGRALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA: 2 COMPONENTES, TOTALIZANDO 100 HORAS-RELÓGIO / 120 HORAS-AULA																

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (PPC), 2026.

1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE		4º SEMESTRE		5º SEMESTRE		6º SEMESTRE		7º SEMESTRE		8º SEMESTRE	
Filosofia da Educação I		Filosofia da Educação II		Legislação e Políticas Públicas em Educação		Currículo e Educação		Libras		Sistema Braille e suas Tecnológicas		TCC I		TCC II (60h)	
CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
Psicologia da Educação I		Psicologia da Educação II		Educação Especial na Perspectiva Inclusiva		Avaliação Educacional		FTM do Ensino da Geografia		Educação Profissional e Tecnológica		Educação e Relações Étnico Raciais		Educação em Direitos Humanos	
CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
História da Educação		Didática I		Didática II		Proposta Curricular de Educação Infantil		FTM do Ensino de História		FTM de Educação de Jovens e Adultos		Educação do Campo		Educação Escolar Quilombola	
CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
Fundamentos Socioantropológico		Sociologia da Educação		Literatura Infanto-Juvenil		FTM de Alfabetização		FTM do Ensino de Língua Portuguesa		Prática Pedagógica no Ens. Fund. Anos Iniciais e EJA		Educação Escolar Indígena		Educação Ambiental	
CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
Metodologia Científica		Pesquisa em Educação		Fundamentos Teórico Metodológicas de Educação Infantil		FTM do Ensino de Artes		FTM do Ensino de Ciências		Organização do Trabalho Pedagógico		Gestão Educacional		Fundamentos da Educação à Distância	
CH/A: 60	CH/R: 50											CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
		CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	Optativa I Literatura Amapaense e Educação e Saberes Amazônicos		Optativa II Culturas Digitais, Mídias e Educação e Infâncias e Educação na Amazônia	
												CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
Estágio Supervisionado I		Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada à Educação		Planejamento educacional		Estágio Supervisionado II - Ambientes não Escolares		Estágio Supervisionado III - Creche e Pré-escola		Estágio Supervisionado IV - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Estágio Supervisionado V - EJA		Estágio Supervisionado VI - Gestão e Coordenação Pedagógica	
CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 120	CH/R: 100	CH/A: 120	CH/R: 100	CH/A: 60	CH/R: 50	CH/A: 60	CH/R: 50
Práticas de Extensão I - Ambientação ao espaço escolar		Práticas de Extensão II - Escolas da Amazônia		Práticas de Extensão III - Ambientes não escolares		Práticas de Extensão IV - Práticas Inclusivas		Práticas de Extensão V - Creche e Pré-escola		Práticas de Extensão VI - Educação Profissional e Tecnológica		Práticas de Extensão VII - EJA		Práticas de Extensão VIII - Gestão e Coordenação Pedagógica	
CH/A: 40	CH/R: 33	CH/A: 40	CH/R: 33	CH/A: 40	CH/R: 33	CH/A: 40	CH/R: 33	CH/A:60	CH/R:50	CH/A:60	CH/R:50	CH/A:60	CH/R:50	CH/A: 60	CH/R:50
CH/A: 460	CH/R: 383	CH/A:460	CH/R: 383	CH/A: 460	CH/R:383	CH/A: 460	CH/R: 383	CH/A: 540	CH/R: 450	CH/A: 480	CH/R: 400	CH/A: 540	CH/R: 450	CH/A: 480	CH/R: 400

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (PPC), 2026.

7 METODOLOGIA

A metodologia adotada no curso de Licenciatura em Pedagogia no IFAP/Laranjal do Jari fundamenta-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, prática reflexiva e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O processo formativo visa preparar professores para atuar na Educação Básica, garantindo uma formação que integre conhecimento teórico, competências pedagógicas e experiência prática.

7.1 Abordagem Ativa e Reflexiva

O curso privilegia metodologias ativas de ensino, como aprendizagem baseada em projetos, estudo de caso, sala de aula invertida e metodologias colaborativas, promovendo um aprendizado crítico e contextualizado. O uso de tecnologias educacionais amplia a interação dos estudantes com ferramentas digitais e recursos didáticos inovadores.

7.2 Integração entre Disciplinas e Prática Pedagógica

Desde os primeiros semestres, há articulação entre disciplinas teóricas e experiências práticas, permitindo que os estudantes apliquem os conteúdos estudados em atividades de observação, simulações didáticas e ensino supervisionado. Os componentes curriculares são organizados de forma a garantir uma progressão na formação docente, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para Licenciaturas.

7.3 Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado obrigatório proporciona a imersão dos licenciandos no ambiente escolar, permitindo a vivência real da docência, a adaptação a diferentes contextos educacionais e a reflexão sobre os desafios da profissão. Além disso, as disciplinas de prática pedagógica são desenvolvidas ao longo do curso, preparando os estudantes para a atuação profissional antes da fase do estágio.

7.4 Pesquisa e Extensão como Elementos Formativos

A pesquisa e a extensão são incentivadas como elementos formativos essenciais. Os estudantes são estimulados a participar de iniciação científica, projetos de pesquisa e extensão, promovendo a produção de conhecimento sobre educação e práticas pedagógicas. A extensão é curricularizada, garantindo que pelo menos 10% da carga horária total do curso seja dedicada a atividades que fortaleçam a interação entre os licenciandos e as comunidades escolares.

7.5 Avaliação Processual e Formativa

Conforme estabelecido pela Resolução nº 102/2025 do Conselho Superior (CONSUP/IFAP), que aprova a Regulamentação da Sistemática de Avaliação da Aprendizagem no âmbito do Instituto Federal do Amapá (IFAP), a avaliação do aprendizado é contínua e processual. Para isso, são utilizados instrumentos diversificados, tais como portfólios reflexivos, relatórios de observação, elaboração de sequências didáticas e práticas pedagógicas em sala de aula. O desempenho dos estudantes é analisado considerando o desenvolvimento de competências pedagógicas, a apropriação do conhecimento teórico e a capacidade de aplicá-lo em contextos reais de ensino.

8 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá constitui-se como um eixo articulador da formação docente, integrando os conhecimentos teóricos e metodológicos aos contextos reais de atuação educacional. Essa integração visa à consolidação de uma formação sólida, reflexiva e comprometida com a transformação social, permitindo que o licenciando compreenda o campo educacional em sua totalidade e desenvolva competências que o habilitem a intervir de forma crítica e ética nos diferentes espaços de aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006), a prática deve permear todo o processo formativo, não se restringindo às disciplinas específicas de estágio supervisionado. Assim, a prática profissional no curso é compreendida como um conjunto de vivências formativas que ocorrem ao longo de toda a trajetória acadêmica, integrando-se ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A organização das práticas profissionais no curso está alicerçada nas Resoluções nº 108/2024 e nº 105/2024 do CONSUP/IFAP, que estabelecem a política didático- pedagógica e

as diretrizes institucionais para os cursos de Licenciatura. Essas normativas asseguram que o desenvolvimento das práticas esteja em conformidade com os princípios da interdisciplinaridade, da indissociabilidade entre teoria e prática e do compromisso com a educação pública de qualidade.

As atividades de prática profissional contemplam diferentes dimensões da docência e da gestão educacional, sendo distribuídas ao longo dos semestres de modo progressivo. Nos períodos iniciais, privilegiam-se as observações e análises dos espaços educativos, bem como o estudo das políticas e fundamentos da educação. À medida que o estudante avança no curso, as práticas tornam-se mais complexas, envolvendo o planejamento, a intervenção pedagógica, a avaliação e a gestão de processos educativos.

As Práticas são desenvolvidas em articulação com as disciplinas do curso e com as atividades de estágio supervisionado. Essas experiências permitem ao futuro pedagogo o contato direto com a realidade das escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de possibilitar sua inserção em contextos educativos não escolares, como espaços culturais, sociais e comunitários.

A prática profissional, portanto, assume um papel estratégico na consolidação do perfil do egresso, garantindo que o licenciado em Pedagogia desenvolva competências pedagógicas, investigativas e socioeducacionais compatíveis com as demandas da contemporaneidade. Além disso, promove o desenvolvimento de atitudes éticas, de autonomia intelectual e de compromisso social, preparando o futuro docente para atuar de forma competente e sensível às diversidades culturais, regionais e humanas.

A definição da prática profissional neste curso observa rigorosamente a legislação educacional vigente, os referenciais curriculares nacionais da área da Educação e as diretrizes institucionais do IFAP, assegurando que a formação do pedagogo responda às demandas reais do setor educacional. Essa integração entre os fundamentos científicos, metodológicos e práticos reafirma o compromisso do curso com a excelência acadêmica e com a formação de profissionais críticos, inovadores e comprometidos com a transformação social.

8.1 Estágio supervisionado não obrigatório

Os estudantes deste curso poderão realizar estágio curricular não obrigatório como atividade complementar à sua formação. Essa modalidade de estágio ocorre fora da carga horária mínima exigida para a integralização do curso, sendo voluntária e supervisionada. Para sua efetivação, é necessário o estabelecimento de convênios e termos de compromisso entre o

IFAP e as instituições concedentes, conforme regulamentações internas. Todas as atividades devem ser compatíveis com a área de formação previamente autorizadas pela coordenação do curso, com acompanhamento por docente responsável.

8.2 Estágio curricular supervisionado obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um componente essencial da formação docente no Curso de Licenciatura em Pedagogia, constituindo-se como momento privilegiado de articulação entre teoria e prática. Previsto e regulamentado institucionalmente pelo Regulamento de Estágio do IFAP, o estágio é requisito indispensável para a integralização da carga horária total do curso, devendo ser desenvolvido com acompanhamento sistemático de um professor orientador.

A proposta do estágio visa proporcionar ao licenciando experiências concretas de docência em instituições de Educação Básica, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, campos prioritários de atuação do pedagogo. Essas vivências permitem ao estudante compreender as múltiplas dimensões do trabalho docente — planejamento, execução, avaliação e gestão pedagógica — bem como analisar criticamente as práticas educativas e os contextos socioculturais nos quais elas se inserem. Durante o desenvolvimento do estágio, o licenciando é estimulado a articular os conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos ao longo da formação com as situações reais de ensino, ampliando sua capacidade reflexiva, investigativa e propositiva. Essa integração fortalece a identidade profissional do futuro pedagogo, consolidando as competências necessárias para uma atuação ética, crítica, inovadora e socialmente comprometida com a qualidade da educação pública.

O estágio supervisionado ocorre de forma progressiva, conforme o avanço do estudante na matriz curricular. Nos primeiros momentos, privilegia-se a observação e análise do ambiente escolar, as práticas de gestão e os processos pedagógicos. Em seguida, o foco se amplia para o planejamento e a execução de atividades de ensino, culminando com a intervenção direta em sala de aula e a elaboração de projetos pedagógicos integrados. A organização e execução do estágio seguem o que dispõe o Regulamento de Estágio do IFAP, que estabelece diretrizes quanto:

- à elaboração e entrega de relatórios;
- ao número mínimo de horas e sua distribuição por campo de atuação;
- à organização das turmas e à orientação acadêmica;

- à avaliação do desempenho discente;
- e às responsabilidades das instituições concedentes.

Para garantir o acompanhamento sistemático das atividades, o curso prevê a existência de componentes curriculares específicos para a orientação de estágio supervisionado, nos quais o estudante recebe suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de suas práticas e relatórios.

O estágio curricular obrigatório constitui componente formativo essencial, desenvolvido sob supervisão docente e diretamente vinculado às competências da formação docente. Já o estágio não obrigatório é uma atividade complementar, de caráter facultativo e adicional à carga horária mínima do curso, voltada à ampliação da experiência profissional e à integração com diferentes contextos educacionais.

8.2.1 Atribuições do Professor-Orientador de Estágio:

- Supervisionar e orientar o estagiário, assegurando a coerência das atividades desenvolvidas com os objetivos do curso e com o projeto pedagógico da instituição.
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do estudante durante o estágio, por meio de relatórios, encontros de orientação e observações de campo.
- Intermediar a relação entre o IFAP e as instituições concedentes, garantindo o cumprimento das normas institucionais e a qualidade formativa das atividades.
- Promover momentos de reflexão coletiva, contribuindo para a consolidação da identidade docente e o fortalecimento da prática pedagógica.

8.2.2 Atribuições do Estagiário:

- Cumprir integralmente a carga horária prevista no plano de estágio e realizar as atividades de acordo com as orientações do professor supervisor e das instituições parceiras;
- Elaborar relatórios parciais e finais que sistematizem as experiências vivenciadas, refletindo criticamente sobre os processos de ensino e aprendizagem observados e vividos.
- Respeitar as normas da instituição concedente e adotar postura ética, comprometida e responsável durante todo o período de estágio.

- Participar ativamente das reuniões de orientação e demais momentos de acompanhamento, contribuindo com o desenvolvimento coletivo e colaborativo das práticas educativas.

O Estágio Curricular Supervisionado, portanto, consolida-se como um instrumento pedagógico de síntese e integração formativa, promovendo a vivência plena da docência e preparando o licenciando para atuar com competência, sensibilidade e compromisso social nas diferentes realidades educacionais.

9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares deste curso são componentes curriculares institucionais que visam ampliar e diversificar a formação acadêmica, cultural e profissional dos estudantes, assegurando a flexibilidade e a autonomia no percurso formativo.

A carga horária das Atividades Complementares está definida na matriz curricular e sua execução obedece às normas estabelecidas pelo IFAP. As atividades podem incluir participação em eventos acadêmicos, cursos de extensão, produção científica, iniciação à docência, monitoria, atividades de pesquisa e projetos sociais, entre outros.

A regulamentação, avaliação e validação das Atividades Complementares são realizadas por meio de mecanismos institucionais eficientes e inovadores, garantindo a coerência com o perfil do egresso e os objetivos do curso.

10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório, voltado à consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação. Seu desenvolvimento proporciona ao estudante a oportunidade de investigar, sistematizar e apresentar uma produção acadêmica com base em fundamentos científicos e pedagógicos.

A carga horária do TCC está prevista na matriz curricular do curso. O processo de orientação é conduzido por docente da área, conforme critérios definidos pelo curso, com acompanhamento contínuo, entrega de etapas e avaliação final por banca examinadora.

Os critérios de elaboração, desenvolvimento e avaliação do TCC seguem a regulamentação didático-pedagógica do IFAP e demais legislações vigentes. O Trabalho de Conclusão de Curso constitui componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP, integrando a formação acadêmica por meio de uma produção científico-

acadêmica que articula teoria e prática. Sua realização e avaliação seguem integralmente as determinações da **Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015**, que regulamenta o TCC dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

➔ **Natureza e Finalidades**

O TCC tem como finalidades:

I. Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridos ao longo do curso;
II. Estimular a capacidade de planejamento e resolução de problemas nas áreas de formação específica;
III. Favorecer o espírito investigativo e a execução de projetos que contribuam para o desenvolvimento de produtos, processos ou conhecimentos;
IV. Promover o desenvolvimento integral do acadêmico, articulando práticas, fundamentos teóricos e demandas reais da sociedade;
V. Incentivar a construção do conhecimento científico e coletivo, em conformidade com os princípios da pesquisa acadêmica.

10.1 Modalidades de TCC

Conforme regulamentação institucional vigente, especialmente a Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, são consideradas modalidades de TCC:

I. **Pesquisa científica básica**, envolvendo estudos que busquem a produção de novos conhecimentos de caráter universal, sem aplicação prática imediata;
II. **Artigo científico**, elaborado de acordo com as normas acadêmicas e científicas;
III. **Monografia**, desenvolvida individualmente e apresentada em conformidade com os critérios previstos na regulamentação do IFAP;
IV. **Outras modalidades** previstas na legislação institucional atualizada, desde que aprovadas pelos colegiados competentes.

No caso específico da monografia, esta deverá ser desenvolvida individualmente, respeitando as orientações normativas, metodológicas e formais estabelecidas pela Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP e demais documentos complementares.

10.2 Procedimentos Técnicos Admitidos

Com base na modalidade escolhida, o estudante poderá adotar um ou mais dos seguintes procedimentos técnico-metodológicos:

I. **Pesquisa Bibliográfica**: fundamentada em materiais já publicados e devidamente referenciados;
II. **Pesquisa Documental**: realizada a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico
III. **Pesquisa Experimental**: com manipulação de variáveis em ambiente controlado ou semiexperimental;
IV. **Levantamento**: envolvendo a coleta direta de informações junto a sujeitos ou grupos, por meio de instrumentos como entrevistas e questionários;
V. **Estudo de Caso**: análise aprofundada de um caso singular, mediante metodologia e fundamentação teórica específicas;
VI. **Pesquisa Ex-post Facto**: investigação de fatos já ocorridos, sem controle prévio das variáveis envolvidas;
VII. **Pesquisa-Ação**: desenvolvida de forma colaborativa, envolvendo pesquisadores e participantes em processo de intervenção;
VIII. **Pesquisa Participante**: realizada a partir da interação entre pesquisadores e sujeitos envolvidos na realidade estudada.

10.2.1 Observância às Normas Institucionais

Todo o processo de elaboração, desenvolvimento, acompanhamento, orientação, avaliação e apresentação do TCC **deverá atender, obrigatoriamente**, aos requisitos estabelecidos na: **RESOLUÇÃO Nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015 – Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação do IFAP.**

As orientações específicas sobre procedimentos, critérios de avaliação, prazos, responsabilidades, composição de bancas e demais disposições seguirão o regulamento institucional vigente, devendo estar claramente descritas em documento próprio do colegiado do curso.

10.3 Procedimentos e Critérios de Avaliação do TCC

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso obedecerá integralmente ao disposto na Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP, de 20 de maio de 2015, que regulamenta o TCC no âmbito do Instituto Federal do Amapá. Conforme estabelece a normativa, a avaliação final do TCC compreende dois momentos distintos: a apresentação escrita **e a** defesa oral perante banca avaliadora, em sessão pública, excetuando-se os casos de sigilo industrial ou restrições relacionadas a patentes.

Após a apresentação e arguições, a banca examinadora se reunirá em caráter sigiloso para atribuição do conceito final, de acordo com os critérios institucionais. Nos casos em que o TCC for desenvolvido em grupo, respeitando-se o §3º do Art. 3º da Resolução, a avaliação será realizada individualmente**,** assegurando o mérito e desempenho de cada discente.

O discente que não entregar o trabalho nos prazos definidos pela Coordenação do Curso ou pelo professor responsável, ou que deixar de comparecer à apresentação oral sem justificativa amparada pela legislação vigente, será automaticamente **reprovado** no componente curricular de TCC. Todas as atividades referentes ao TCC devem ser concluídas até o término do semestre letivo de matrícula.

Cabe ao professor-orientador garantir a qualidade e a adequação técnica do trabalho, liberando-o para avaliação somente quando atender aos requisitos mínimos e estiver em consonância com as orientações da Resolução nº 30/2015/CONSUP/IFAP. A avaliação seguirá critérios específicos, conforme Apêndice G da normativa, abrangendo:

I. Parte escrita: coesão e coerência, clareza e objetividade, fundamentação teórica e bibliografia, procedimentos metodológicos, desenvolvimento e conclusões;
II. Apresentação oral: domínio do tema, postura, clareza expositiva e capacidade de responder aos questionamentos da banca.

Cada membro da banca atribuirá nota composta por:

I. 0,0 a 6,0 pontos para a parte escrita;
II. 0,0 a 4,0 pontos para a apresentação oral.

A nota final do discente corresponderá à média aritmética das notas dos avaliadores, sendo aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), conforme as normativas didático-pedagógicas do IFAP.

A aprovação poderá ocorrer com ressalvas, caso em que o discente deverá apresentar a versão corrigida no prazo máximo de 30 dias úteis, atendendo às recomendações da banca. A não entrega do trabalho corrigido ou a ausência na defesa, sem motivo que se enquadre nas justificativas legais, acarretará reprovação automática.

Nos casos de reprovação ou impedimento de defesa, não será permitido ao discente apresentar novo TCC no mesmo semestre letivo. A normativa também estabelece que não há recuperação da nota atribuída ao TCC.

Se constatado emprego de meios ilícitos, plágio ou qualquer forma de fraude na elaboração ou apresentação do trabalho, o discente receberá nota 0 (zero) e será reprovado, devendo os fatos ser registrados em ata e na ficha de avaliação, podendo ainda responder civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

O resultado final da avaliação deverá constar em ata específica, assinada por todos os membros da banca e pelo discente, sendo entregue uma via ao aluno e outra ao coordenador do curso, permanecendo arquivada na Coordenação de Curso. Todos os documentos do processo avaliativo serão encaminhados à Coordenação de Registro Acadêmico para registro, divulgação e arquivamento institucional.

11 SEMANA ACADÊMICA

A Semana Acadêmica deste curso é uma atividade institucional prevista no calendário do campus, com o objetivo de proporcionar um ambiente de formação ampla, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Durante esse período, as aulas regulares são substituídas por atividades como palestras, oficinas, workshops, mesas-redondas, apresentações culturais, exposições e rodas de conversa, promovendo a interação entre estudantes, docentes e comunidade externa.

As atividades da Semana Acadêmica são planejadas de forma a dialogar com os objetivos do curso, enriquecendo a formação acadêmica dos estudantes e incentivando a produção e socialização do conhecimento.

12 VISITAS TÉCNICAS

As visitas técnicas constituem uma estratégia pedagógica essencial para o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, possibilitando aos estudantes a vivência de experiências formativas em contextos reais de atuação profissional. No Curso de Licenciatura em Pedagogia, essas atividades assumem um papel significativo na ampliação do repertório cultural, científico e pedagógico dos licenciandos, ao promover o contato direto com instituições e práticas relacionadas à Educação e às políticas públicas educacionais.

Planejadas e executadas sob a orientação de professores responsáveis pelos componentes curriculares, as visitas técnicas têm como objetivo complementar o aprendizado teórico desenvolvido em sala de aula, proporcionando aos estudantes a oportunidade de observar, analisar e refletir criticamente sobre os espaços e processos educativos. Essas experiências contribuem para a compreensão das múltiplas dimensões da realidade escolar e comunitária, incluindo aspectos pedagógicos, administrativos, sociais e culturais que influenciam o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com as normas institucionais do IFAP, as visitas técnicas devem estar devidamente previstas nos planos de ensino e relacionadas aos objetivos de aprendizagem do componente curricular. Quando envolverem toda a turma vinculada à disciplina, poderão ser computadas como aula regular, respeitando-se o planejamento pedagógico e o registro acadêmico correspondente. Essas atividades podem ocorrer em ambientes escolares e não escolares, como:

- Escolas públicas e privadas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Secretarias Municipais e Estaduais de Educação;
- Centros de formação de professores;
- Museus, espaços culturais e bibliotecas públicas;
- Projetos sociais, ONGs e instituições de atendimento à infância e juventude;
- Órgãos públicos e conselhos vinculados à gestão educacional.

As visitas também podem ser realizadas aos finais de semana, desde que devidamente autorizadas pelo órgão máximo do campus, com registro prévio no plano de atividades do curso e observância das normas de segurança e logística institucional.

As visitas técnicas no curso de Pedagogia fortalecem a formação docente ao aproximar o estudante das realidades concretas da prática educacional. Constituem momentos de aprendizagem significativa, que estimulam a observação crítica, o diálogo interdisciplinar e a valorização das experiências vividas em diferentes contextos sociais e culturais.

Por meio dessas experiências, o futuro pedagogo amplia sua compreensão sobre a complexidade do campo educacional, desenvolvendo competências profissionais que o capacitam para atuar com sensibilidade, responsabilidade e compromisso ético diante dos desafios contemporâneos da educação brasileira.

13 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Este curso integra a extensão universitária como componente formativo essencial, fundamentada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação está alinhada à Política Nacional de Extensão Universitária, que compreende a extensão como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, capaz de promover uma interação transformadora entre o IFAP e a sociedade.

De acordo com essa política, a extensão universitária segue cinco diretrizes fundamentais:

- Impacto na formação do estudante;
- Interação dialógica com a sociedade;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Impacto e transformação social;
- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

A extensão propicia vivências práticas, trocas de saberes e experiências com as comunidades, promovendo reflexão crítica e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

Conforme a Resolução nº 93/2024 – CONSUP/RE/IFAP, as ações de extensão neste curso são estruturadas nas seguintes modalidades:

- Programas
- Projetos
- Cursos e Oficinas
- Eventos
- Prestação de Serviços

As atividades de extensão estão inseridas na matriz curricular como componentes curriculares específicos e/ou não específicos, de forma integrada e distribuída ao longo do curso. Estão previstas oito (8) disciplinas Práticas de Extensão, com carga horária definida e avaliação baseada em planos de ação, publicação de resultados e estratégias de impacto social, garantindo a curricularização da extensão com no mínimo 10% da carga horária total do curso.

13.1 Ensino: programas e projetos

O eixo do ensino constitui a base estruturante da formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari, articulando-se de forma indissociável com a pesquisa e a extensão. Sua finalidade é garantir uma formação sólida, crítica

e comprometida com a qualidade da educação básica, pautada nos princípios éticos, humanísticos e científicos que norteiam o fazer docente.

O ensino, neste curso, é compreendido como um processo dinâmico de construção do conhecimento, que vai além da mera transmissão de conteúdos, favorecendo o desenvolvimento das competências pedagógicas, cognitivas, técnicas e socioemocionais dos licenciandos. A prática pedagógica é, portanto, concebida como um espaço de reflexão, experimentação e transformação da realidade educacional, fortalecendo o compromisso social e político da docência.

A implementação dos Programas e Projetos de Ensino busca consolidar o processo formativo dos futuros pedagogos, criando oportunidades de vivências acadêmicas que ampliem o repertório profissional, estimulem a inovação pedagógica e assegurem a integração entre teoria e prática.

Os Programas de Ensino configuram-se como ações institucionais de caráter estruturante, compostas por um conjunto articulado de projetos e atividades educativas, de natureza interdisciplinar e integradora. Estão vinculados diretamente à formação docente e às políticas de ensino do IFAP, obedecendo às diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Tais programas visam fortalecer a permanência e o êxito dos estudantes, promover a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, incentivar a formação continuada e consolidar práticas inovadoras no contexto da educação básica.

Entre os principais programas institucionais vinculados ao eixo do ensino, destacam-se:

- **Programa de Monitoria Acadêmica**: voltado ao apoio pedagógico dos estudantes, fortalecendo a aprendizagem por meio do protagonismo discente e da tutoria entre pares.
- **Programa de Nivelamento**: destinado à superação de defasagens de aprendizagem e ao desenvolvimento de competências básicas em leitura, escrita, raciocínio lógico e tecnologias educacionais.
- **Programa de Formação Docente e Continuada:** voltado à atualização e ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, com enfoque nas metodologias ativas e na integração curricular.
- **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID):** ação de caráter nacional que integra o estudante de licenciatura à realidade das escolas públicas, promovendo experiências de docência supervisionada desde o início da formação.

- **Residência Pedagógica:** programa de imersão docente que proporciona vivências práticas nas instituições de educação básica, articulando teoria, pesquisa e prática pedagógica.

Esses programas asseguram que a formação no curso de Pedagogia mantenha coerência com RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)", garantindo o desenvolvimento das competências exigidas para a atuação docente nos diferentes contextos educacionais.

Os Projetos de Ensino são concebidos como conjuntos de atividades processuais e contínuas, planejadas e executadas por docentes e discentes, com o propósito de enriquecer o processo formativo e fomentar a prática pedagógica inovadora.

Podem ter natureza pedagógica, artística, cultural, tecnológica ou social, e são desenvolvidos de forma interdisciplinar, vinculados a um programa institucional ou elaborados de forma independente, conforme as demandas formativas do curso e da comunidade.

Entre os projetos de ensino com relevância para o curso, destacam-se:

- Projeto Pré-ENEM Popular: voltado ao fortalecimento da inclusão social e da democratização do acesso ao ensino superior, com participação ativa de alunos e professores do curso.
- Projeto Leitura e Escrita na Formação Docente: que estimula práticas de letramento, produção textual e reflexão crítica sobre o papel da linguagem na educação.
- Projeto Educação e Diversidade: que discute e promove ações voltadas à inclusão, à equidade e ao respeito à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e territorial.
- Projeto de Práticas Inovadoras em Alfabetização: destinado à criação e experimentação de metodologias de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.

Esses projetos consolidam-se como espaços de aprendizagem colaborativa, em que o estudante de Pedagogia atua como protagonista do processo educativo, vivenciando situações reais que articulam teoria e prática e fortalecem a sua identidade docente.

Os Programas e Projetos de Ensino do curso seguem as resoluções e normativas internas do IFAP, como o Regulamento das Atividades de Ensino, o Regulamento das Atividades Complementares e as políticas definidas pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). São elaborados e executados de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI), observando os princípios da integração curricular, da inclusão e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O planejamento e acompanhamento dessas ações ocorrem sob a coordenação do colegiado do curso, com a participação dos docentes e discentes, de modo a garantir que cada atividade atenda às necessidades pedagógicas e contribua para a consolidação das competências profissionais do egresso.

Os Programas e Projetos de Ensino representam instrumentos essenciais de articulação entre os eixos formativos do curso, fortalecendo o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão. Ao promoverem a participação ativa dos estudantes, essas ações ampliam o alcance social da instituição, consolidam a prática docente crítica e reflexiva e estimulam a aplicação prática do conhecimento acadêmico em contextos reais de atuação profissional.

13.2 Pesquisa: programas e projetos

A pesquisa constitui um dos pilares fundamentais da formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari, integrando-se de forma indissociável ao ensino e à extensão. Essa dimensão formativa visa promover a construção do conhecimento científico, crítico e transformador, articulado às realidades educacionais locais e regionais, especialmente no contexto amazônico e amapaense.

A pesquisa, no âmbito do curso, é concebida como princípio educativo e metodológico, orientada pela reflexão sistemática sobre a prática e pela busca de soluções inovadoras para os desafios da educação básica. Dessa forma, a formação docente assume

um caráter investigativo permanente, estimulando o desenvolvimento de competências voltadas à observação, problematização, análise e intervenção pedagógica fundamentada em evidências científicas.

Os Programas e Projetos de Pesquisa têm papel essencial na consolidação dessa perspectiva formativa, fortalecendo a cultura investigativa entre docentes e discentes, promovendo a integração com a comunidade e incentivando o protagonismo acadêmico dos estudantes.

Os Programas de Pesquisa constituem-se como um conjunto articulado de projetos e ações investigativas, de natureza interdisciplinar, vinculados ao ensino e à extensão. Têm caráter institucional, duração definida e objetivos convergentes voltados à produção e à socialização do conhecimento científico.

O Campus consolida um ecossistema de pesquisa interdisciplinar voltado à realidade amazônica, articulando biodiversidade, tecnologias digitais, inovação social e formação docente para promover desenvolvimento regional com sustentabilidade, inclusão e qualidade educacional. As ações estruturam-se em programas e projetos que sustentam o PPC de Pedagogia, destacando investigação aplicada, cultura maker e alfabetização científica crítica, em diálogo contínuo com escolas, comunidades ribeirinhas e povos tradicionais do Vale do Jari. Essa identidade institucional se materializa em trilhas formativas que conectam sala de aula, laboratórios e territórios educativos, potencializando estágios, TCCs e residências pedagógicas.

No eixo de Biodiversidade e Manejo Amazônico, o campus conduz inventários florísticos, dendrocronologia e estudos de estrutura, sucessão e fitogeografia em sítios de árvores gigantes na RDS do Rio Iratapuru e no Sul do Amapá, subsidiando conservação e educação ambiental. Em ecologia aquática, monitoramentos de macrófitas, fitoplâncton e sazonalidade do baixo curso do rio Jari geram indicadores para práticas de ensino e gestão de bacias, enquanto iniciativas de digitalização de acervos (xiloteca, carpoteca e Museu da Jari) ampliam o acesso ao patrimônio científico e cultural. Complementarmente, linhas sobre saúde ambiental e biossegurança abordam bioinseticidas amazônicos, etnofarmacologia, vetores e resíduos, integrando vigilância participativa e cidadania científica.

Nos sistemas produtivos e na restauração ecológica, destacam-se projetos em SAFs, hidroponia, compostagem e biochar com reaproveitamento de resíduos da castanha, articulando saberes tradicionais e inovação para escolas do campo e comunidades extrativistas. Ensaios de biotecnologia, nanobiotecnologia e automação em castanheira e cultivos mistos oferecem soluções de baixo impacto para áreas degradadas e formam competências técnicas contextualizadas. Em paralelo, a cultura maker e as tecnologias digitais integram IA, prototipagem, kits experimentais, QR-codes e realidade virtual em trilhas ecológicas e projetos interdisciplinares, além de aplicativos e sistemas (licenciamento ambiental, SORA) e jogos com tecnologias assistivas.

Por fim, pesquisas em educação básica, gestão escolar, letramento acadêmico e inclusão (LIBRAS, TDAH, acessibilidade) aproximam o curso de Pedagogia das redes locais e qualificam práticas docentes. Estudos em políticas públicas de saneamento, governança e vulnerabilidades urbanas orientam projetos integradores e formação para resolução de problemas públicos, enquanto iniciativas de empreendedorismo e sustentabilidade (BioInsect Jari, RibeirArt, Kit Solar Castanheiro, UI GreenMetric) fortalecem cadeias produtivas e a governança ambiental do campus. Os resultados esperados incluem materiais didáticos abertos, repositórios digitais, protocolos de investigação escolar, participação discente em feiras e

olimpíadas, e impactos mensuráveis em aprendizagem, permanência e transferência de tecnologias sociais para escolas e comunidades do Jari.

13.3 Extensão: curricularização, programas e projetos

A curricularização da extensão neste curso é implementada em conformidade com a Resolução nº 93/2024 – CONSUP/RE/IFAP, garantindo que, no mínimo, 10% da carga horária total da graduação seja dedicada a atividades de extensão. Essas atividades são planejadas de forma integrada ao currículo, com articulação entre teoria e prática, e voltadas para a interação dialógica com a sociedade.

As ações de extensão são desenvolvidas com base na interdisciplinaridade, no impacto social e na contribuição para a formação profissional e cidadã dos estudantes, valorizando o envolvimento em contextos reais, em diálogo com as demandas dos territórios e comunidades locais.

A inserção da extensão ocorre por meio de componentes curriculares específicos e não específicos, previstos na matriz do curso, e sua avaliação considera planos de ação, resultados alcançados e estratégias de transformação social. Essas ações fortalecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico fundamental.

14 APOIO DISCENTE

O apoio discente constitui um dos eixos estruturantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, visando garantir condições adequadas para o ingresso, permanência, êxito acadêmico e formação integral dos estudantes. As ações desenvolvidas nesta dimensão estão alinhadas às políticas institucionais do IFAP, às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura e às normas de assistência estudantil e inclusão educacional vigentes no âmbito da instituição e do Ministério da Educação. A política de apoio ao discente busca assegurar igualdade de oportunidades no percurso formativo, considerando a diversidade sociocultural, as condições de vulnerabilidade socioeconômica e as diferentes necessidades educacionais dos estudantes. Nesse sentido, o curso adota estratégias articuladas de acolhimento, acompanhamento pedagógico e apoio psicossocial, promovendo um ambiente acadêmico inclusivo, participativo e de pertencimento.

Ações de Acolhimento e Permanência: têm como objetivo integrar o estudante à comunidade acadêmica, favorecendo sua adaptação à vida universitária e o conhecimento das

normas e oportunidades institucionais. São realizadas no início de cada semestre letivo, com palestras, oficinas e apresentações institucionais. As ações de permanência são articuladas ao Programa de Assistência Estudantil (PAE), que visa minimizar desigualdades e garantir a continuidade nos estudos, com auxílios, bolsas e acompanhamento psicológico.

Acessibilidade e Inclusão Educacional: O curso assegura o direito à acessibilidade educacional, conforme o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 13.146/2015. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) oferece adequações metodológicas, recursos de tecnologia assistiva, formação docente inclusiva e intérprete de Libras quando necessário, reafirmando o compromisso institucional com a educação democrática e antidiscriminatória e garantindo Políticas Educacionais Inclusivas.

Monitoria e Nivelamento Acadêmico: visam melhorar o desempenho discente. A monitoria concede bolsas a estudantes com bom rendimento que auxiliam colegas sob supervisão docente. O nivelamento promove oficinas de reforço em componentes básicos, como Língua Portuguesa e Matemática, conforme as resoluções internas da PROEN/IFAP.

Apoio Psicopedagógico e Acompanhamento Individualizado: é ofertado pelo setor pedagógico do campus em parceria com o Setor de Assistência Estudantil (SAE), promovendo bem-estar emocional e acadêmico dos estudantes. Inclui atendimentos individuais, oficinas de habilidades socioemocionais e encaminhamentos especializados, buscando prevenir a evasão e fortalecer o protagonismo estudantil.

Centros Acadêmicos, Intercâmbios e Vivências Institucionais: a instituição estimula a participação discente em centros acadêmicos e colegiados, promovendo vivência democrática e representatividade. Também oferece oportunidades de intercâmbio nacional e internacional, ampliando horizontes formativos e integração entre ensino e sociedade.

O conjunto de ações e programas de apoio ao discente descritos neste PPC garante a efetividade das políticas institucionais de acolhimento, permanência e êxito, assegurando uma formação integral, humanizada e comprometida com os princípios da equidade, inclusão e qualidade social da educação.

15 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

A gestão do curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal do Amapá, adota um sistema de avaliação contínua e participativa, assegurando a qualidade da formação docente e seu alinhamento com a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do

Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)".

A avaliação ocorre em três níveis principais:

- Autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Avaliação do curso, realizada periodicamente com base na participação da comunidade acadêmica e de parceiros da Educação Básica;
- Avaliação do desempenho discente, que inclui indicadores internos e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

15.1 Autoavaliação institucional e autoavaliação do curso

A autoavaliação do curso segue os princípios estabelecidos pelo SINAES, sendo um processo cíclico e sistemático. Seu objetivo é verificar a adequação da matriz curricular, a qualidade do ensino ofertado e a relação do curso com as demandas da Educação Básica e do mercado de trabalho docente.

A autoavaliação ocorre por meio de:

- Consulta à comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos- administrativos participam periodicamente de questionários avaliativos sobre a infraestrutura, metodologias de ensino e impacto da formação;
- Parceria com escolas da Educação Básica: as instituições que recebem estagiários do curso contribuem com feedbacks sobre a qualidade da formação e a adaptação dos licenciandos ao ambiente escolar;
- Relatórios periódicos: os dados coletados são analisados semestralmente para propor ajustes na estrutura curricular, metodologias pedagógicas e atividades de extensão.

15.2 Avaliação do curso

A avaliação do curso é realizada por meio de diferentes mecanismos, garantindo que a formação oferecida esteja de acordo com as exigências da legislação educacional e as necessidades do ensino básico.

Os instrumentos utilizados incluem:

- Avaliação externa do MEC/INEP, que verifica o cumprimento das DCNs e a adequação da estrutura curricular;
- Avaliação pelos estudantes e egressos, por meio de questionários aplicados

semestralmente;

- Monitoramento das taxas de retenção, evasão e conclusão do curso, garantindo estratégias para permanência e êxito dos estudantes;
- Indicadores de empregabilidade dos egressos, verificando a atuação dos licenciados no ensino básico e sua inserção no mercado de trabalho educacional.

15.3 Avaliação do desempenho acadêmico

O desempenho dos estudantes no curso de Licenciatura em Pedagogia no IFAP é acompanhado por meio de diferentes instrumentos, garantindo uma avaliação contínua e alinhada às exigências da formação docente. A análise considera o desenvolvimento de competências pedagógicas, o rendimento acadêmico e a participação em atividades práticas e teóricas.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), como componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem um papel fundamental na avaliação da qualidade do curso. O exame avalia a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para a atuação profissional do egresso e fornece indicadores de desempenho utilizados na melhoria do curso.

Para garantir um bom desempenho dos estudantes no ENADE, o curso adota as seguintes estratégias de preparação:

- Monitoramento do desempenho acadêmico: acompanhamento dos indicadores de rendimento dos estudantes ao longo do curso, identificando dificuldades e propondo intervenções pedagógicas para fortalecer a aprendizagem;
- Simulados e testes preparatórios: aplicação de provas baseadas no modelo do ENADE, familiarizando os estudantes com a estrutura do exame e suas exigências;
- Oficinas temáticas e revisão de conteúdos: promoção de encontros específicos para reforçar os conhecimentos exigidos pelo exame, alinhando os conteúdos curriculares às competências avaliadas pelo INEP;
- Uso de indicadores de desempenho do ENADE: análise dos resultados do exame em edições anteriores para identificar pontos fortes e aspectos a serem aprimorados no curso;
- Incentivo à participação: sensibilização dos estudantes sobre a importância do ENADE, promovendo ações que reforcem a adesão e o comprometimento com o

exame.

A Coordenação do curso realiza um acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico dos estudantes, buscando identificar eventuais dificuldades e promover ações pedagógicas de apoio, como atividades de nivelamento, monitorias e grupos de estudo. Além disso, promove momentos de orientação sobre a importância do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e sobre os instrumentos avaliativos utilizados, estimulando o engajamento e a responsabilidade dos discentes nesse processo.

Ademais, a Coordenação do curso assegura que as ações de preparação para o ENADE sejam devidamente incorporadas ao planejamento acadêmico, garantindo que os estudantes concluam sua formação com o domínio dos conhecimentos, das competências e das habilidades exigidos pela avaliação nacional. Essas iniciativas visam fortalecer a qualidade do processo formativo e assegurar a participação consciente e comprometida dos discentes no exame, contribuindo para a consolidação de uma cultura de avaliação institucional contínua e formativa.

As ações de acompanhamento e preparação para o ENADE estão em conformidade com as disposições da Portaria nº 840, de 24 de agosto de 2018, do Ministério da Educação, que regulamenta o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

15.4 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em Pedagogia no IFAP é essencial para avaliar o impacto da formação na trajetória profissional dos ex-estudantes e identificar oportunidades de aprimoramento do curso. O monitoramento sistemático dos egressos permite analisar a inserção no mercado de trabalho, a continuidade dos estudos na pós-graduação e a satisfação com a formação recebida.

As estratégias adotadas incluem:

- Pesquisas periódicas com egressos: aplicação de questionários semestrais para monitorar empregabilidade, atuação na Educação Básica e satisfação com a formação;
- Plataforma de acompanhamento: desenvolvimento de um banco de dados institucional para manter contato com ex-estudantes e facilitar a coleta de informações sobre sua trajetória profissional;

- Eventos de reencontro e networking: promoção de encontros, seminários e palestras com egressos para troca de experiências e fortalecimento do vínculo com o curso;
- Parcerias com escolas e redes de ensino: monitoramento da empregabilidade dos egressos e identificação de demandas do setor educacional para aprimoramento curricular;
- Oportunidades de formação continuada: divulgação de programas de especialização, mestrado e capacitações para incentivar a qualificação contínua dos ex-alunos.

15.5 Ambiente virtual de ensino e aprendizagem

Embora o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP – Campus Laranjal do Jari seja ofertado na modalidade presencial, faz uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como ferramenta pedagógica de apoio e extensão do espaço físico de sala de aula. O AVA integra-se às práticas didático-metodológicas do curso, possibilitando a ampliação das interações entre docentes e discentes e contribuindo para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem.

O AVA é utilizado como ambiente complementar às atividades presenciais, favorecendo a comunicação, o compartilhamento de materiais, a proposição de atividades avaliativas e a realização de fóruns de discussão. Por meio desse espaço, são disponibilizados recursos multimídia, textos acadêmicos, planos de aula, exercícios, vídeos, links e materiais de apoio, sempre em conformidade com os princípios de acessibilidade e usabilidade definidos pelas políticas institucionais do IFAP.

Além de potencializar o desenvolvimento das competências digitais docentes e discentes, o uso do AVA contribui para a formação continuada do estudante no uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, alinhando-se às demandas da educação contemporânea e a Resolução CNE/CP Nº 4/2024 que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

O curso adota o Moodle Institucional do IFAP como plataforma principal, garantindo segurança, estabilidade e suporte técnico-pedagógico. A gestão do ambiente é realizada por equipe institucional especializada, com acompanhamento da Diretoria de Ensino e da Coordenação de Curso, assegurando a atualização contínua dos conteúdos e o cumprimento das normas de acessibilidade digital.

As práticas de ensino mediadas pelo AVA também promovem a autonomia discente, o estudo colaborativo e a ampliação das estratégias de aprendizagem ativa, fortalecendo a articulação entre teoria e prática. A participação nas atividades virtuais complementares é planejada pelos docentes de cada componente curricular, respeitando a carga horária presencial

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem é submetido a avaliações institucionais periódicas, que analisam aspectos como acessibilidade, adequação pedagógica, usabilidade e eficiência na mediação do conhecimento. Os resultados dessas avaliações subsidiam ações de melhoria contínua, orientando o aprimoramento das práticas docentes e a atualização dos recursos tecnológicos empregados.

Mesmo sendo um curso presencial, o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem é fundamental como instrumento de apoio pedagógico, contribuindo para a formação de professores capazes de integrar tecnologias digitais ao ensino. O AVA garante acessibilidade, interatividade, comunicação ágil e a disponibilização de conteúdos atualizados, promovendo uma experiência de aprendizagem dinâmica, colaborativa e significativa.

15.6 Material didático

O uso de materiais didáticos digitais e interativos constitui um importante recurso pedagógico de apoio às atividades de ensino. Esses materiais são elaborados e validados pelos docentes responsáveis por cada componente curricular, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura.

Os materiais disponibilizados aos discentes — tanto impressos quanto digitais — são concebidos de forma a assegurar coerência teórico-metodológica, abrangência temática e pertinência formativa. Entre eles, incluem-se apostilas, planos de estudo, textos de apoio, roteiros de atividades, videoaulas, objetos de aprendizagem, podcasts, slides e materiais complementares disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional.

A elaboração desses materiais segue princípios de acessibilidade, linguagem inclusiva e adequação metodológica, garantindo o atendimento às necessidades de todos os estudantes, conforme as políticas institucionais de inclusão e acessibilidade do IFAP. Além disso, busca-se a adoção de recursos tecnológicos inovadores, capazes de potencializar a aprendizagem e favorecer a autonomia discente.

Todos os materiais didáticos utilizados no curso passam por avaliação e atualização periódica, a fim de garantir sua atualidade científica, relevância pedagógica e alinhamento às

inovações tecnológicas e educacionais. Essa atualização é acompanhada pelas instâncias institucionais competentes, como a Coordenação de Curso, a Diretoria de Ensino e os colegiados responsáveis pela avaliação de PPCs e práticas pedagógicas.

O processo de produção, revisão e disponibilização dos materiais está orientado por critérios de qualidade, ética e direitos autorais, assegurando que os conteúdos utilizados estejam devidamente referenciados e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Dessa forma, o material didático, tanto impresso quanto digital, constitui-se como um instrumento essencial para a consolidação da aprendizagem, permitindo ao estudante ampliar o acesso ao conhecimento, explorar diferentes linguagens e integrar os conteúdos de modo crítico, reflexivo e contextualizado.

15.7 Calendário letivo

O calendário acadêmico do curso segue o conjunto de normas institucionais estabelecidas pelo IFAP, com o objetivo de uniformizar, unificar e institucionalizar os procedimentos de organização do ano letivo. As atividades pedagógicas são planejadas em conformidade com o calendário aprovado pelo Conselho Superior, assegurando a regularidade acadêmica e o cumprimento da carga horária legal.

15.8 Período letivo especial

O Período Letivo Especial (PLE) é utilizado para oferta de componentes curriculares em períodos distintos do calendário regular, sem prejuízo da carga horária e com aproveitamento acadêmico garantido. O PLE pode ser aplicado para reposição de componentes não ofertados, finalização de curso ou oferta intensiva durante recessos acadêmicos.

Sua realização segue as normas da Resolução nº 08/2019 – CONSUP/IFAP, e ocorre mediante decisão técnico-administrativa, de acordo com a regulamentação institucional vigente. O PLE é planejado com base nas necessidades institucionais e acadêmicas, assegurando a integralidade da carga horária e o registro no histórico acadêmico do estudante.

16 APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O curso adota Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta pedagógica integrada ao processo de ensino e aprendizagem. Essas tecnologias possibilitam o

compartilhamento de informações, a interação entre os sujeitos do processo educativo e a construção colaborativa do conhecimento.

As TICs promovem metodologias interativas, participativas e acessíveis, contribuindo para a permanência e o êxito acadêmico. A aplicação dessas tecnologias ocorre tanto no âmbito do curso quanto como parte de uma política institucional do IFAP voltada à inovação e à qualidade da educação.

17 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O Instituto Federal do Amapá-Campus Laranjal do Jari mantém sólida integração com as redes públicas de ensino municipal e estadual, estabelecendo parcerias que fortalecem a formação inicial dos futuros pedagogos e contribuem para o aprimoramento das práticas educativas nas escolas de educação básica.

Essa integração se concretiza por meio de convênios firmados com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, que asseguram campos de estágio supervisionado e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão em escolas públicas. Os estágios, desenvolvidos de forma progressiva ao longo do curso, possibilitam aos discentes a inserção em diferentes etapas da educação básica, com ênfase na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como na gestão escolar e na coordenação pedagógica.

O curso também promove projetos de extensão e atividades formativas que aproximam a universidade das escolas públicas, permitindo o desenvolvimento, a testagem e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas inovadoras, incluindo o uso de tecnologias educacionais, metodologias ativas, práticas de alfabetização, educação inclusiva e educação ambiental. Essas ações são registradas, avaliadas e socializadas em relatórios, mostras pedagógicas e eventos acadêmicos, garantindo a disseminação das experiências exitosas e o fortalecimento do diálogo entre a formação acadêmica e a prática docente.

As experiências de integração têm produzido resultados relevantes tanto para os estudantes do curso, que ampliam suas competências profissionais e compreendem de forma crítica a realidade educacional, quanto para as escolas participantes, que se beneficiam da colaboração técnica, das práticas inovadoras e das ações extensionistas.

Dessa forma, o Curso de Pedagogia reafirma seu compromisso com a educação pública de qualidade social, com a formação de professores críticos, reflexivos e comprometidos com

a transformação social, e com a produção de conhecimento pedagógico a partir da realidade local e regional.

Essa articulação permite que os estudantes desenvolvam práticas pedagógicas em diferentes contextos escolares, ampliando sua experiência formativa. As ações consideram o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais, promovendo a formação de professores comprometidos com a realidade educacional da região.

18 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO INTEGRADAS A SAÚDE

As Atividades Práticas de Ensino voltadas às áreas de saúde no curso de Pedagogia têm como foco a promoção da saúde, segurança e bem-estar das crianças no ambiente escolar. Essas atividades buscam capacitar o futuro pedagogo para atuar preventivamente e intervir de forma adequada em situações de emergência, sempre em conformidade com as orientações de profissionais de saúde e normas institucionais.

As práticas incluem:

- Noções básicas de primeiros socorros voltadas ao contexto escolar;
- Prevenção e atendimento inicial em casos de engasgo, quedas, cortes e desmaios;
- Reconhecimento de sinais de urgência e procedimentos de encaminhamento aos serviços de saúde;
- Promoção de hábitos saudáveis de alimentação, higiene e autocuidado entre as crianças;
- Educação em saúde integrada ao currículo escolar, em parceria com equipes multidisciplinares;
- Simulações e oficinas práticas, com base em situações reais do cotidiano escolar.

Essas atividades têm caráter formativo e preventivo, contribuindo para que o pedagogo compreenda o papel da escola como espaço de cuidado integral, físico, emocional e social, das crianças e demais educandos.

19 ATIVIDADE PRÁTICAS DE ENSINO PARA AS LICENCIATURAS

As atividades práticas de ensino deste curso de Licenciatura estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, para a Formação de Professores e para a área específica da licenciatura.

Essas práticas são desenvolvidas de forma contínua ao longo do curso, articulando teoria e prática e proporcionando experiências diversificadas que favorecem a construção da identidade docente. As ações incluem observação, planejamento, regência supervisionada, uso de tecnologias educacionais e experiências pedagógicas em diferentes etapas da Educação Básica.

20 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos é compreendido como o reconhecimento da equivalência de componentes ou atividades curriculares cursadas anteriormente, em outra instituição de ensino superior ou no próprio IFAP.

A concessão do aproveitamento dispensa o estudante de cursar novamente disciplinas já integralizadas e compatíveis com a matriz curricular do curso. O processo segue a Regulamentação Didático-Pedagógica do IFAP e as diretrizes internas do curso.

21 DEPENDÊNCIA

O discente que não atingir o rendimento necessário para aprovação em determinado componente curricular ao final do período letivo deverá refazê-lo em regime de dependência. A dependência ocorre por reprovação em nota e/ou por ausência durante a oferta regular.

O estudante poderá cursá-la no período letivo subsequente, caso haja oferta e vaga disponível. Se necessário, poderá ser aberta turma adicional no contraturno, conforme avaliação do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Situações excepcionais são analisadas à luz da Regulamentação Institucional do IFAP.

22 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO – VISÃO GERAL

A avaliação da aprendizagem ocorre ao longo de todo o processo formativo, abrangendo atividades acadêmicas, projetos de intervenção e ações de pesquisa. A autoavaliação do estudante é incentivada como prática permanente de reflexão crítica, promovendo a ética, a autonomia e o engajamento acadêmico.

As estratégias são diversificadas, considerando metodologias ativas, produção acadêmica, avaliações práticas e trabalhos desenvolvidos em sala. O curso segue os critérios e procedimentos definidos na Regulamentação Didático-Pedagógica vigente do IFAP.

22.1 Avaliação da qualidade do curso

A qualidade do curso de Licenciatura em Pedagogia no IFAP é avaliada de forma contínua e sistemática, conforme os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e as diretrizes institucionais da instituição. A avaliação envolve múltiplas instâncias e instrumentos, incluindo:

- O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- A autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- A avaliação interna do curso, com participação da comunidade acadêmica e das redes de ensino parceiras;
- A análise do desempenho discente e docente, a partir de indicadores acadêmicos e institucionais.
- O curso adota indicadores próprios de qualidade, utilizados para orientar processos de aprimoramento da formação docente, abrangendo:
- A coerência entre matriz curricular, perfil do egresso e as demandas da Educação Básica;
- A efetividade das práticas pedagógicas e da articulação entre teoria e prática;
- A inserção profissional dos egressos e sua atuação no campo da docência;
- O nível de satisfação de estudantes, egressos, docentes e parceiros institucionais;
- Os resultados obtidos em avaliações internas e externas;
- A atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na sistematização de dados e proposição de melhorias contínuas.

A avaliação contempla ainda aspectos como impacto social, inovação metodológica, aderência às políticas educacionais nacionais e articulação com as demandas regionais.

Esse processo avaliativo reforça o compromisso institucional com a formação de professores qualificados, críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da realidade educacional.

22.2 AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

A avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP seguirá integralmente as normas estabelecidas pela **Resolução nº 102/2025 – CONSUP/RE/IFAP**, que regulamenta a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem no âmbito institucional. Essa sistemática orienta os procedimentos avaliativos em todos os componentes curriculares, garantindo critérios unificados, transparência e acompanhamento contínuo do processo formativo.

22.3 Organização do período avaliativo

O período letivo será organizado em **Etapas**, distribuídas proporcionalmente à carga horária dos componentes curriculares, conforme a forma de oferta.

22.3.1 Componentes curriculares semestrais

Etapas (Etapa 1 e Etapa 2) e uma **Etapa Final**, destinada exclusivamente à aplicação das avaliações de recuperação, conforme normas institucionais, destinada apenas aos estudantes que não alcançarem a média mínima para aprovação.

22.3.2 Unidades de Ensino

Todos os componentes curriculares serão organizados em Unidades, correspondentes às Etapas avaliativas:

- **2 Unidades** para componentes semestrais;
- **4 Unidades** para componentes anuais.

Cada Unidade deve prever objetivos, conteúdos e procedimentos didáticos alinhados ao plano de ensino.

22.3.3 Estrutura da Avaliação nas Etapas

Cada Etapa terá **valor máximo de 100 pontos**. Para formação da Nota da Etapa (NE), serão utilizados no mínimo 2 e no máximo 3 Instrumentos Avaliativos (IA), que não poderão ser subdivididos ou ampliados além do previsto.

I. Cálculo da Nota da Etapa (NE):

Com **2** instrumentos avaliativos:

$$NE = \frac{IA1 + IA2}{2}$$

Com **3** instrumentos avaliativos:

$$NE = \frac{IA1 + IA2 + IA3}{3}$$

II. Cálculo da Média do Componente Curricular (MCC)

Para componentes semestrais:

A média será expressa em número inteiro, conforme a regulamentação.

No caso de realização de 2 (dois) IA na Etapa, a NE será calculada por meio:

$$NE = \frac{IA1 + IA}{2}$$

Onde:

- NE = Nota da Etapa;
- IA1 = Instrumento Avaliativo 1;
- IA2 = Instrumento Avaliativo 2.

22.3.4 Divulgação dos Resultados e Revisão

Os resultados das avaliações deverão ser disponibilizados aos estudantes em **até 7 dias úteis** após sua realização, garantindo-se o direito de solicitação de revisão, conforme prazos e procedimentos definidos no regulamento do curso.

22.3.5 Etapa Final (Recuperação)

A **Etapa Final** destina-se exclusivamente aos estudantes que não alcançarem a média mínima para aprovação ao término das Etapas regulares.

Essa etapa obedecerá aos seguintes princípios:

- poderá conter instrumentos de recuperação específicos;
- avaliará os objetivos e competências não atingidos;
- substituirá, quando favorável ao estudante, a menor Nota de Etapa do período letivo.

22.3.6 Princípios Gerais da Avaliação

A avaliação deverá:

- **ser processual, contínua e formativa;**
- considerar dimensões qualitativas e quantitativas;
- assegurar a coerência entre objetivos, conteúdos e instrumentos avaliativos;
- respeitar os princípios de transparência, ética e equidade.

A avaliação da aprendizagem no curso de Licenciatura em Pedagogia ocorre de forma contínua, cumulativa e processual, assegurando o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos estudantes ao longo de toda a formação.

22.4 Critérios de avaliação da aprendizagem

Os critérios adotados consideram a natureza processual da aprendizagem, com análises qualitativas e quantitativas dos resultados obtidos em diferentes momentos do período letivo. Atribuem-se conceitos, notas e pareceres com base em atividades práticas, teóricas, projetos, relatórios, seminários, participação em sala, entre outros instrumentos. A avaliação busca minimizar a dependência de provas finais isoladas, promovendo o acompanhamento permanente da trajetória do estudante.

Ao contemplar a avaliação como um instrumento para verificação da aprendizagem e tomada de decisão para melhoria da qualidade de ensino, pode-se assumir as seguintes funções: Diagnóstica que pode ser realizada no início do semestre, disciplina ou aula, é fundamental para considerar os conhecimentos que o aluno já possui, a partir de seu meio social, como ponto de partida para a aprendizagem de novos conceitos que serão incorporados ao saber sistematizado; Formativa pode ser realizada durante todo o processo de aprendizagem, é contínua e possibilita que se verifique o que foi aprendido e se as estratégias de ensino estão contribuído de maneira significativa para a construção do conhecimento e a somativa realizada ao final de um período letivo, busca verificar o resultado conjunto das aprendizagens alcançadas durante todo o processo (Luckesi, 2002).

A LDBEN estabelece que essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Funcionando também como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, que deve sempre levar em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos (Brasil, 1996).

Considerar-se-á aprovado, após a Etapa Final, o acadêmico que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) igual ou maior que 70 (setenta) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no componente.

Será reprovado no componente curricular o acadêmico que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades de cada componente curricular, ressalvados os casos previstos em Lei, independente da média final do componente curricular.

Após a Etapa Final, o acadêmico que não alcançar a nota 70 (setenta) em qualquer componente curricular, prosseguirá para o semestre consecutivo, cursando apenas o(s) componente(s) que não sejam pré-requisito(s) da disciplina em que se deu a reprovação. O(s) componente curricular(es) sem relação com o pré-requisito poderá(ão) ser cursada(s) normalmente.

22.5 Recuperação da aprendizagem

A recuperação da aprendizagem é parte integrante do processo formativo. É desenvolvida de forma contínua e concomitante às atividades regulares do curso, por meio de estratégias pedagógicas que favorecem a superação de dificuldades acadêmicas. Essas estratégias são planejadas com base na Política de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico dos Estudantes do IFAP, visando à permanência e ao êxito dos discentes.

22.6 Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O curso adota procedimentos para o reconhecimento de saberes prévios adquiridos em ambientes formais, não formais ou informais de aprendizagem. Esses processos seguem as normativas institucionais e a legislação vigente, assegurando critérios claros e objetivos para equivalência e validação de competências e conteúdos previamente desenvolvidos.

22.7 Avaliação da permanência dos estudantes

O curso adota estratégias sistemáticas de avaliação da permanência estudantil, com o objetivo de reduzir os índices de retenção e evasão e de promover condições adequadas para o êxito acadêmico. A política de permanência está integrada ao planejamento pedagógico do curso e contempla ações preventivas e de acompanhamento contínuo dos estudantes.

São utilizados indicadores como frequência, rendimento acadêmico, participação em atividades complementares, utilização de serviços de apoio e taxa de conclusão. Com base nesses dados, são desenvolvidas ações como programas de acolhimento, nivelamento de conteúdos, suporte psicopedagógico, orientação acadêmica e articulação com os setores de assistência estudantil.

A avaliação da permanência ocorre em articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a coordenação do curso, o setor pedagógico e demais instâncias institucionais, assegurando que as decisões pedagógicas estejam fundamentadas em evidências e voltadas à promoção do sucesso formativo.

23 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Amapá (IFAP), regulamentada pela Resolução nº 31/2019/CONSUP/IFAP, integra o conjunto de ações institucionais voltadas à promoção do acesso, permanência, participação e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A Assistência Estudantil é compreendida como uma política pública essencial para a democratização do ensino, reduzindo desigualdades sociais e contribuindo para a formação integral do estudante.

A Resolução nº 31/2019 estabelece os princípios, diretrizes, critérios e instrumentos para a oferta de auxílios, programas e serviços, estruturando-se em uma perspectiva de inclusão, equidade e garantia de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Entre os **auxílios e serviços ofertados**, destacam-se:

I. Auxílio-alimentação;

II. Auxílio-moradia;

III. Auxílio material e recurso assistivo;

IV. Auxílio emergencial;

V. Auxílio-creche;

VI. Auxílio atenção à saúde

O curso está articulado às políticas institucionais de assistência estudantil do IFAP, que visam garantir o direito à educação por meio do apoio ao desenvolvimento acadêmico, à permanência e à formação integral dos estudantes. São ofertados serviços e programas voltados à superação de vulnerabilidades sociais e econômicas, incluindo auxílios financeiros, apoio psicopedagógico, orientação acadêmica, programas de nivelamento e monitoria, além de ações de acolhimento e ambientação.

A política também contempla estratégias de acompanhamento da trajetória estudantil, com foco no fortalecimento da aprendizagem, da autonomia, do planejamento de carreira e da convivência acadêmica. As ações são conduzidas de forma articulada entre os setores pedagógicos, assistenciais e administrativos do campus. Essas iniciativas aplicam-se tanto aos cursos presenciais quanto aos que preveem carga horária a distância, garantindo equidade no acesso às oportunidades de formação.

23.1 Acessibilidade

O curso assegura condições de acessibilidade física, metodológica, instrumental e comunicacional para estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004 e demais normativas vigentes.

Nos campi em que há NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), são desenvolvidas ações pedagógicas específicas para a inclusão acadêmica e social, com acompanhamento individualizado e mediação de processos formativos adaptados às necessidades dos estudantes.

A infraestrutura do campus contempla recursos arquitetônicos e tecnológicos acessíveis, materiais didáticos em formatos alternativos e suporte especializado. Quando aplicável, também são asseguradas condições adequadas de acessibilidade na modalidade a distância.

As ações de acessibilidade são conduzidas de forma articulada com os setores de assistência estudantil, coordenação de curso e serviços especializados, fortalecendo a permanência com qualidade e inclusão.

23.2 Ações inclusivas

O curso promove ações inclusivas em consonância com a legislação vigente que rege a educação especial e o atendimento educacional especializado, assegurando a igualdade de oportunidades, a equidade e o acesso pleno à educação superior.

São observados o Decreto nº 7.611/2011, a Lei nº 9.394/1996 (LDB), o Decreto nº 6.949/2009 (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência), bem como as normativas internas do IFAP. O curso assegura atendimento especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, favorecendo sua inclusão e permanência.

A Resolução nº 30/2022 do Conselho Superior (CONSUP/RE/IFAP) é o documento oficial que aprova a reformulação da regulamentação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP).

No Art. 1º o presente regulamento disciplina a organização, funcionamento e atribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta, Comunidade LGBTQIA+ e Identidades do Instituto nos campi, Centro de Referência em EaD, Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Este regulamento tem como objetivo normatizar as ações, a organização e o funcionamento do núcleo, que atua de forma estratégica na promoção da educação para as relações étnico-raciais e na valorização das identidades e culturas negras e indígenas além de:

> Organizar encontros de capacitação e reflexão envolvendo servidores e comunidade em geral para conhecimento e valorização da história dos povos africanos, cultura afro-brasileira, indígena, quilombola, LGBTQIA+ e povos da floresta. E a importância do seu papel na participação em construir um histórico-cultural, social e econômica do país, principalmente o combate ao racismo nas suas diversas estruturas, preconceito, Lgbtfobia e todas as suas formas discriminatórias; (Capítulo II, objetivo III, Resolução nº 30/2022 do Conselho Superior (CONSUP/RE/IFAP)).

O NEABI estrutura-se como um espaço de proposição, fomento e acompanhamento de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática afro-brasileira e indígena, pautando-se pelas frentes de Ensino, Pesquisa e Extensão, estimula a produção acadêmica, debates e projetos que valorizem a história e cultura afro-brasileira e dos povos originários, integrando esses saberes ao currículo institucional. Garante a aplicação prática das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino.

Promove eventos, grupos de estudo e campanhas de conscientização voltadas à superação do racismo, do preconceito e da discriminação étnico-racial no ambiente escolar e na comunidade externa. Junto a outros núcleos sociais do IFAP, o NEABI busca a participação ativa de docentes, técnico-administrativos, discentes e membros da comunidade externa para construir um ambiente educacional verdadeiramente plural, democrático e antirracista.

23.3 Ações de permanência e êxito

A promoção da permanência e do êxito acadêmico é um dos pilares do compromisso institucional do IFAP com a formação de qualidade. O curso está alinhado ao Programa

Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes, instituído pela Resolução nº 36/2016 – CONSUP/IFAP, desenvolvendo estratégias voltadas à retenção e à conclusão bem-sucedida dos cursos.

São adotadas ações como:

- Atendimento psicopedagógico e acadêmico;
- Programas de monitoria, nivelamento e acolhimento;
- Intervenções pedagógicas baseadas em indicadores de rendimento e frequência;
- Articulação com a assistência estudantil;
- Escuta ativa e acompanhamento da trajetória discente.

As ações consideram as particularidades do curso e do campus, e são embasadas em dados institucionais que orientam a tomada de decisões e o aperfeiçoamento contínuo das estratégias de apoio.

23.4 Mobilidade acadêmica

A política de mobilidade acadêmica do IFAP contempla ações vinculadas ao ensino, estágio, pesquisa, inovação, cultura, extensão e formação continuada. Essas ações fazem parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e são regulamentadas pela Resolução nº 01/2018 – CONSUP/IFAP.

O curso estimula a mobilidade acadêmica por meio de:

- Programas de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais;
- Parcerias institucionais para cooperação acadêmica;
- Participação de docentes e estudantes em eventos científicos, culturais e de extensão;
- Apoio à formação em contextos diversificados.

A mobilidade contribui para a formação integral, ampliando os horizontes acadêmicos e promovendo a inserção em redes de conhecimento, inovação e valorização da diversidade cultural.

23.5 Regime especial de aprendizagem domiciliar (READ)

O curso assegura o direito ao Regime Especial de Aprendizagem Domiciliar (READ) aos estudantes que, por motivos legais e regulamentares, necessitem realizar suas atividades acadêmicas temporariamente em domicílio. Esse regime visa garantir a continuidade do

processo de ensino-aprendizagem, assegurando que o estudante possa retornar à rotina acadêmica regular com aproveitamento adequado.

A concessão do READ segue os critérios e procedimentos previstos na Regulamentação Didático-Pedagógica do IFAP e nas normativas federais aplicáveis, mediante requerimento formalizado junto à coordenação do curso, acompanhado da documentação exigida.

Durante o período de vigência do regime, o estudante recebe acompanhamento pedagógico e apoio institucional, com registro e controle das atividades realizadas, de forma a assegurar o vínculo acadêmico e evitar prejuízos em sua trajetória formativa.

O Regime Especial de Aprendizagem Domiciliar (READ) constitui-se como um instrumento pedagógico e administrativo destinado a assegurar o direito à continuidade dos estudos aos discentes impossibilitados de frequentar presencialmente as atividades acadêmicas por motivo de saúde, maternidade, adoção, condições específicas previstas em lei ou outras situações excepcionais devidamente comprovadas. Seu amparo institucional no IFAP encontra respaldo na Resolução nº 08/2019/CONSUP/IFAP, na organização didático-pedagógica da instituição e nas legislações externas correlatas, que garantem atendimento educacional compensatório ao estudante.

O READ tem como finalidade evitar prejuízos no processo formativo, promovendo a manutenção da aprendizagem por meio de estratégias pedagógicas adequadas ao contexto domiciliar do(a) discente.

Para tanto, são previstas ações articuladas entre coordenação de curso, docentes, setor pedagógico e demais instâncias institucionais responsáveis por acompanhar a execução do regime.

O Regime Especial de Aprendizagem Domiciliar (READ) constitui-se em um procedimento institucional que envolve a articulação entre família e instituição de ensino, assegurando ao acadêmico o direito de realizar atividades acadêmicas em seu domicílio quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo da continuidade do processo de aprendizagem. Tal prerrogativa encontra respaldo legal no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e na Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, garantindo a justificativa das faltas durante o período de afastamento.

A concessão do READ possibilita o retorno do acadêmico ao período letivo em vigor, preservando sua trajetória acadêmica e garantindo que o processo formativo não seja interrompido. Para sua solicitação, o estudante deverá apresentar atestado médico original contendo o Código Internacional de Doenças (CID) e a indicação de condições adequadas para a realização de exercícios domiciliares, conforme previsto na legislação mencionada.

23.5.1 Condições de Solicitação

Poderão requerer o READ:

I. **Gestantes**, a partir do 8º mês de gestação e durante 3 (três) meses, ou em outros casos devidamente comprovados mediante atestado médico;

II. **Acadêmicos acometidos de afecções congênitas ou adquiridas**, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas caracterizadas por:

a) Incapacidade física temporária incompatível com a frequência presencial, desde que preservadas as condições intelectuais e emocionais para acompanhamento das atividades acadêmicas;

b) ocorrências isoladas ou esporádicas de afastamento.

23.5.2 Procedimentos para Concessão

O acadêmico ou seu representante legal deverá protocolar a solicitação de READ na Seresc do IFAP no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o início da ausência. A tramitação do pedido terá caráter prioritário, não podendo ultrapassar 5 (cinco) dias úteis, e sua concessão será válida exclusivamente para o período de afastamento, vedada a aplicação retroativa.

A Seresc encaminhará a documentação à equipe médica do IFAP, que emitirá parecer técnico em até 24 (vinte e quatro) horas. Após análise, a documentação será remetida à Coordenação de Curso, responsável por comunicar ao acadêmico a decisão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

23.5.3 Organização das Atividades Acadêmicas

A Coordenação de Curso comunicará aos departamentos envolvidos o afastamento do acadêmico, informando o período de ausência, e notificará os docentes responsáveis pelos componentes curriculares, que deverão organizar a programação pedagógica do READ, observando:

a) o estado de saúde do estudante;

b) as condições acadêmicas e administrativas da Coordenação de Curso;

c) o período de afastamento previsto.

Para afastamentos de **até 15 dias**, o READ consistirá na compensação de atividades equivalentes às desenvolvidas em sala de aula, a serem realizadas em contra turno ou em sábados, em datas definidas pela Coordenação.

Para afastamentos **superiores a 15 dias**, o READ consistirá na realização de atividades programadas pelos docentes, contendo conteúdos, bibliografia e calendário de execução, a serem desenvolvidas domiciliarmente. Os docentes deverão disponibilizar tais materiais em formato impresso ou digital.

Caso o afastamento ultrapasse **80 dias letivos**, o acadêmico deverá cursar novamente os componentes curriculares correspondentes ao semestre em que esteve afastado.

23.5.4 Atribuições da Coordenação de Curso

Após aprovação da programação do READ, compete à Coordenação de Curso:

I. Comunicar aos docentes e solicitar o envio das atividades acadêmica;
II. Manter interlocução com o acadêmico ou representante legal para garantir o encaminhamento e devolução das atividades;
III. Enviar as atividades concluídas aos docentes responsáveis pela avaliação.

O IFAP assegurará os meios necessários para que os docentes possam acompanhar adequadamente o estudante nas atividades domiciliares, respeitada a disponibilidade institucional.

23.5.5 Atividades não abrangidas pelo READ

Não serão contempladas pelo READ atividades curriculares práticas que exijam presença física ou acompanhamento docente individualizado.

Quando o acadêmico estiver matriculado em estágio supervisionado ou componentes predominantemente práticos, será estabelecido horário especial para reposição das atividades práticas após o retorno, desde que seja possível garantir a continuidade pedagógica e cumprir, no mínimo, **75%** das atividades práticas previstas.

Na impossibilidade de aplicação do READ nessas condições, será assegurado o direito à matrícula no semestre subsequente, com pendência das atividades práticas.

- Instituições Parceiras: Acordos formais celebrados entre o IFAP e instituições credenciadas que reconhecem reciprocamente os cursos envolvidos;
- Critérios de Elegibilidade: Desempenho acadêmico satisfatório, cumprimento de

carga horária mínima e validação de disciplinas conforme plano de equivalência;

- Carga Horária e Componentes Curriculares: Definição clara das equivalências e exigências mínimas de ambos os cursos;
- Solicitação: Procedimentos e prazos estabelecidos institucionalmente, com requerimento e análise por comissões internas;
- Emissão e Registro: Cada diploma será emitido pela respectiva instituição, observando as exigências dos órgãos reguladores;
- Reconhecimento Legal: Validade assegurada no Brasil e, quando aplicável, no exterior, de acordo com os marcos legais e acordos de cooperação internacional.

O curso segue as diretrizes da normatização interna do IFAP sobre dupla diplomação, assegurando transparência, legalidade e segurança jurídica aos estudantes interessados nesse percurso formativo ampliado.

24 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se como órgão obrigatório dos cursos de graduação do Instituto Federal do Amapá (Ifap), com caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), nos termos da regulamentação institucional vigente.

O NDE é responsável por garantir a coerência, a atualidade, a integração curricular e a qualidade acadêmica do curso, assegurando que sua estrutura e desenvolvimento atendam às Diretrizes Curriculares Nacionais, à legislação educacional, às políticas institucionais e às demandas sociais e profissionais da região. Atua como instância estratégica de planejamento, avaliação e aprimoramento contínuo do PPC.

Não será permitido o abono de faltas, exceto nos casos previstos no art. 16 do regulamento, sendo admitida apenas a compensação da ausência às aulas. Situações de ausências curtas encontram-se amparadas pelos **25% de tolerância** previstos na legislação vigente.

24.1 Composição do NDE

O NDE do curso é constituído conforme os requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação institucional:

- Composição de **5 (cinco) docentes efetivos**, prioritariamente vinculados à área técnica do curso;
- Inclusão de **1 (um) docente da área de Educação**, nos casos de cursos de Licenciatura;
- Assento automático do Coordenador do Curso, enquanto permanecer na função;
- **Mínimo de 60% dos membros com titulação stricto sensu**;
- Todos os membros possuem regime de trabalho em dedicação exclusiva;
- Os docentes integrantes devem ser efetivos do quadro do IFAP e, preferencialmente, possuir formação na área do curso.

Parágrafo único. Na ausência de docentes com titulação stricto sensu suficiente para atingir o percentual mínimo, admite-se a participação de docentes com titulação lato sensu.

24.1.1 Mandato e Renovação

Os membros do NDE possuem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período. A renovação parcial deve ser assegurada, a fim de promover continuidade administrativa e pedagógica.

Em caso de vacância:

- Assumirá o docente suplente mais votado;
- Na ausência de suplente, será realizada nova eleição parcial.

A Presidência do NDE será eleita entre seus membros docentes efetivos; na ausência de candidatos, o Coordenador do Curso assumirá a função.

24.2 Funcionamento

O NDE reúne-se:

- Ordinariamente, ao menos uma vez por mês;
- Extraordinariamente, quando convocado pela Presidência ou pela maioria dos membros.

As convocações são realizadas via e-mail institucional, com antecedência mínima de 48 horas, e todas as reuniões são registradas em atas públicas no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP).

A presença dos membros é obrigatória. Após duas faltas não justificadas, o membro será notificado; após três faltas não justificadas, caberá solicitação de substituição. Faltas justificadas devem ser compensadas com análise documental e encaminhamento de contribuições.

As reuniões serão instaladas com quórum mínimo de metade mais um dos membros efetivos, e as decisões são tomadas por maioria simples.

24.3 Atribuições do NDE

Compete ao NDE:

1. Elaborar o Estudo de Viabilidade do Curso, conforme orientações da Pró-Reitoria de Ensino (Proen);
2. Elaborar, revisar e manter atualizado o PPC, em conformidade com as DCNs, legislação vigente e demandas regionais;
3. Propor mudanças curriculares e ajustes nas bases científicas e tecnológicas dos componentes curriculares;
4. Zelar pela integração interdisciplinar e contextualizada do currículo;
5. Monitorar a implementação do PPC, propondo ações corretivas quando necessário;
6. Analisar resultados de avaliações internas e externas (Enade, CPA, avaliações institucionais), estabelecendo estratégias de melhoria;
7. Incentivar o desenvolvimento de pesquisa e extensão articuladas ao PPC;
8. Garantir a aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
9. Avaliar continuamente a infraestrutura do curso e propor melhorias;
10. Recomendar atualização periódica do acervo bibliográfico;
11. Participar dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso;
12. Elaborar relatórios semestrais de atividades e encaminhá-los aos setores competentes;
13. Divulgar as ações do NDE à comunidade acadêmica;
14. Acompanhar a curricularização da extensão no curso;

15. Sugerir providências didático-pedagógicas e administrativas para o aprimoramento contínuo do curso.

24.4 Atribuições da Presidência do NDE

Compete ao Presidente do NDE:

- Coordenar e supervisionar as atividades do Núcleo;
- Elaborar e divulgar o calendário anual de reuniões;
- Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Representar institucionalmente o NDE;
- Designar relatores e comissões temporárias;
- Organizar e supervisionar a elaboração e registro das atas;
- Submeter proposições à deliberação dos membros e exercer voto de qualidade;
- Encaminhar decisões e documentos ao Colegiado de Curso e demais instâncias;
- Articular a integração entre NDE, CCG e setores institucionais;
- Garantir participação do NDE em processos de avaliação externa, ENADE e reformulações do PPC;
- Encaminhar, em tempo hábil, estudos e propostas à Proen.

Em impedimentos temporários, o Coordenador do Curso assume a Presidência; na impossibilidade deste, assume o membro com maior tempo de serviço no Ifap ou, em igualdade, o de maior titulação.

Quadro 11 — Composição do NDE

N°	Nome	Cargo/Regime	Área	Formação Inicial	Maior Titulação
1	José de Sousa Lira Filho	Professor Efetivo	Espanhol	Graduação em Letras (Português/ Espanhol)	Mestrado em Ensino do Espanhol como Língua Estrangeira
2	José Pereira do Vale Filho	Professor Efetivo	Filosofia	Licenciatura Filosofia	Mestrando do Programa de Pós-Graduação
3	Katia Meireles Monteiro dos Santos	Professor Efetivo	Artes	Arte Visuais	Gestão, Supervisão e Orientação
4	Lana Lima Pereira	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras/Português	Mestra em Letras
5	Leonardo Goncalves Ferreira	Professor Efetivo	Sociologia	Sociologia	Pós-doutor em Ciência da Informação e Doutor em Ciências Sociais
6	Lilian Lobato do	Professor Efetivo	Língua	Letras Portuguesa	Mestrado em

N°	Nome	Cargo/Regime	Área	Formação Inicial	Maior Titulação
	Carmo		Portuguesa		Estudos Literário
7	Lilian Valéria Cunha do Rosário	Professor Efetivo	Artes	Artes Visuais	Mestra
8	Lucilene de Sousa Melo	Professor Efetivo	Pedagogia	Pedagogia	Mestrado em Ciências
9	Maria Belém Brandão Andrade	Professor Efetivo	Pedagogia	Pedagogia	Doutora em Educação
10	Rafael Siqueira Monteiro	Professor Efetivo	Filosofia	Graduação em Filosofia	Doutor em Filosofia
11	Reinaldo da Costa Sacramento	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras: Licenciatura em Língua Portuguesa	Mestre em Comunicação, linguagem e Cultura
12	Vera Lúcia Silva de Souza	Professor Efetivo	Educação Especial	Graduada em Letras com habilitação em Francês e Graduada em Pedagogia	Mestre em Educação Especial e Educação Inclusiva
13	Waldemar Henrique Viana Álvarez	Professor Efetivo	Educação	Licenciado em Letras Língua Portuguesa e Licenciado em Pedagogia	Doutor em Educação na Amazônia
14	Wagner Muniz de Andrade	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras Português/ Literaturas	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática
15	Efigenia das Neves Barbosa Rodrigues	Professor Efetivo	Educação	Licenciada em Pedagogia	Doutora em Educação na Amazônia

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

A designação dos membros do NDE é realizada por Portaria da Direção-Geral do Campus, com base em indicação do Colegiado de Curso, observando-se os seguintes critérios:

- Ser docente efetivo do IFAP com atuação no Curso de Pedagogia;
- Possuir titulação mínima de mestrado;
- Ter experiência acadêmica e pedagógica relevante na área de formação docente;
- Demonstrar comprometimento com as ações de gestão, avaliação e melhoria contínua do curso.
- Conforme a Resolução CONAES nº 1/2010 e as normas internas do IFAP, competem ao NDE as seguintes atribuições:
- Conduzir o processo de concepção, reformulação e consolidação do PPC;
- Assegurar a coerência entre o perfil do egresso, as competências e habilidades, a estrutura curricular e as práticas pedagógicas;
- Acompanhar a execução e a avaliação do curso, propondo melhorias e atualizações necessárias;

- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão, visando à integração curricular;
- Participar da elaboração de relatórios de avaliação interna e externa (CPA, INEP, CONAES);
- Contribuir para o fortalecimento da identidade institucional e pedagógica do curso.

O NDE reúne-se ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do(a) Coordenador(a) do Curso.

As reuniões são registradas em atas formais, lavradas e arquivadas na Coordenação do Curso e no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFAP, garantindo transparência, publicidade e rastreabilidade das decisões.

A constituição, composição e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP estão em conformidade com as seguintes normativas:

- **Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010** – Estabelece as diretrizes para a constituição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação no âmbito da educação superior.
- **Resolução/Portaria Institucional do IFAP** – Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento dos NDEs dos cursos de graduação ofertados pelo Instituto Federal do Amapá, assegurando sua vinculação à Coordenação de Curso e ao Colegiado.
- **Regulamento Interno do Curso de Licenciatura em Pedagogia** – Define, de forma específica, as competências, responsabilidades, composição e a dinâmica de atuação do NDE no contexto do curso, em consonância com as normativas institucionais e nacionais vigentes.

25 DIPLOMAS

A expedição dos diplomas do curso de Licenciatura em Pedagogia segue as normas institucionais e a legislação educacional vigente. O título conferido aos concluintes é definido de acordo com a denominação oficial do curso, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais e o registro no Cadastro e-MEC.

A emissão do diploma é responsabilidade da Diretoria de Registro Acadêmico, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino do IFAP, respeitando os seguintes procedimentos:

- Solicitação formal pelo estudante, após integralização curricular e cumprimento de requisitos obrigatórios;
- Verificação e homologação das informações acadêmicas;
- Assinatura da autoridade competente e registro no sistema oficial;
- Possibilidade de emissão digital, conforme regulamentação interna vigente;
- Reconhecimento legal em âmbito nacional e, quando aplicável, validação internacional por meio de acordos bilaterais ou multilaterais.

26 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá é composta por um Coordenador e um Vice-Coordenador, eleitos em processo democrático interno. A eleição é organizada por comissão indicada pelo Colegiado do Curso, com participação de docentes, discentes e técnicos, conforme normativa institucional.

O mandato tem duração de dois anos, com possibilidade de uma recondução adicional de dois anos. Em casos excepcionais, o Colegiado pode deliberar pela substituição antes do término do mandato.

26.1 Regime de Trabalho do coordenador do curso

O Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá (IFAP) exerce suas atividades em regime de 40 (quarenta) horas semanais, com Dedicação Exclusiva (DE), sendo 20 (vinte) horas destinadas especificamente às atividades de coordenação do curso, conforme as normativas institucionais vigentes e a legislação federal aplicável à carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.

Essa distribuição de carga horária assegura a disponibilidade necessária para o desenvolvimento das atribuições pedagógicas, administrativas e de gestão acadêmica, garantindo o acompanhamento contínuo das atividades do curso e o fortalecimento do vínculo com a comunidade acadêmica e institucional.

Atribuições e abrangência da função: O coordenador é responsável por planejar, supervisionar e avaliar as ações acadêmicas e administrativas do curso, articulando- se com os setores institucionais, os docentes, os discentes e o corpo técnico- pedagógico, visando ao cumprimento das diretrizes curriculares nacionais e institucionais.

Gestão do curso: Dedica parte de sua carga horária à organização e acompanhamento das atividades pedagógicas e administrativas do curso, supervisionando o cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), dos planos de ensino e das metas institucionais.

Articulação com a comunidade acadêmica: Mantém diálogo constante com docentes, discentes e técnicos administrativos, promovendo reuniões, atividades formativas e ações integradoras que contribuam para o fortalecimento do curso e a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Representatividade institucional: Participa ativamente das instâncias colegiadas, como o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais órgãos da estrutura acadêmica e administrativa do IFAP, colaborando para a consolidação das políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Planejamento e transparência: Elabora e executa o plano de ação anual da coordenação, com metas e indicadores de desempenho, assegurando a transparência e o acompanhamento dos resultados alcançados pelo curso.

Desenvolvimento da equipe docente: Coordena e acompanha o trabalho pedagógico dos docentes, estimulando a formação continuada, o intercâmbio de experiências e a adoção de práticas inovadoras, alinhadas às políticas de valorização e capacitação docente do IFAP.

Dessa forma, a destinação de 20 horas semanais à coordenação do curso permite ao docente desenvolver plenamente suas funções de gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, assegurando a qualidade das atividades e o cumprimento das diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

A eleição, competências e funcionamento da coordenação de curso no IFAP estão regulamentados pela Resolução nº 18/2024 – CONSUP (Aprovação da Regulamentação para escolha dos Coordenadores de Curso do IFAP). Essa normativa define os procedimentos eleitorais, requisitos para candidatura, mandato e atribuições inerentes ao cargo de coordenador no âmbito do IFAP.

27 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O Instituto Federal do Amapá Campus Laranjal do Jari, conta com um quadro consolidado de recursos humanos, atualmente composto por 36 técnicos-administrativos em educação (TAEs) e 69 docentes efetivos, distribuídos entre diferentes áreas do conhecimento (IFAP, 2025). Tal estrutura evidencia a capacidade da unidade para atender às demandas

decorrentes da implantação de novos cursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e na legislação educacional vigente.

27.1 Corpo docente

O corpo docente do campus apresenta formação diversificada e qualificada, contemplando profissionais licenciados e bacharéis, muitos com titulação em nível stricto sensu (mestrado e doutorado), além de experiência acadêmica e profissional compatível com a área de atuação. Essa qualificação assegura não apenas a excelência pedagógica, mas também a capacidade de desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão que dialoguem com as demandas regionais, fortalecendo o papel social da instituição.

Atualmente, o campus atende, em média, 1.159 estudantes matriculados em cursos técnicos integrados, subsequentes, superiores e de formação inicial e continuada. A relação entre o quantitativo de servidores e o número de estudantes indica que há margem para expansão da oferta de cursos, preservando a qualidade dos serviços prestados e garantindo o cumprimento dos indicadores institucionais de desempenho.

O quadro de docentes efetivos vinculado ao Campus Laranjal do Jari, atualizado para o semestre letivo de 2025.2, encontra-se disposto no quadro 12, evidenciando a diversidade de áreas de formação e a qualificação do corpo profissional:

Quadro 12 — Lista de Docentes Efetivos do Campus Laranjal do Jari

Nome	Cargo/Regime	Área	Formação Inicial	Maior Titulação
Alain Roel Rodrigues dos Santos	Professor Efetivo	Gestão	Administração	Mestrado em Educação Agrícola
Anderson Nascimento Vaz	Professor Efetivo	Informática	Educação	Mestrando em Educação Profissional
Anderson Pedro Bernardina Batista	Professor Efetivo	Engenharia Florestal	Engenharia florestal	Doutorado em Engenharia Florestal
André Alves de Souza	Professor Efetivo	Agronomia	Ciências Agrárias	Doutorado em Ciência do Solo
Arthur Willian Matias Gonçalves	Professor Efetivo	Matemática	Matemática	Mestrando em Educação Matemática
Caio César Viana Alves	Professor Efetivo	Física	Ciência Naturais com habilitação em Física	Mestre em Ensino de Física
Carlos Alberto Machado de Oliveira Figueira	Professor Efetivo	Educação Física	Educação Física	Graduação em Educação Física

Caroline Maria Costa Barros	Professor Efetivo	Direito	-	Mestre em Direito Público
Darley Calderaro Leal Matos	Professor Efetivo	Biologia	Ciências Biológicas	Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia
Deliane Pessoa Santos	Professor Efetivo	Gestão (Administração)	-	-
Diego Armando Silva Da Silva	Professor Efetivo	Recursos Naturais / Engenharia Florestal	Engenharia Florestal	Doutor em Ciências Florestais
Edilon Mendes Nunes	Professor Efetivo	Administração	Graduação em Administração de Empresas e Graduação em Ciências Sociais	Doutor em Gerenciamento Ambiental
Edna Socorro Dias Coelho	Professor Efetivo	Gestão	Ciências Contábeis	Especialista em MBA Executivo em Negócios Financeiros
Germano Slominski Burakouski	Professor Efetivo	Recursos Naturais / Engenharia Florestal	Engenheiro Florestal	Mestrado em Ciências Florestais
Hamilton Tavares dos Prazeres	Professor Efetivo	Gestão de Agronegócio	Ciências Econômicas	Mestrando em Geografia
Igor Moreira Dias Pereira	Professor Efetivo	Educação Física	Educação Física	Doutor Políticas Sociais
Jane Barbosa Santos	Professor Efetivo	Informática	Computação	Mestrado em Ciência da Computação
Jean Soares da Silva	Professor Efetivo	Gestão	Administração	Doutorando em Administração
Jonas De Brito Campolina Marques	Professor Efetivo	Biologia	Ciências Biológicas	Doutorando em Biociências e Biotecnologia
João Marcos Cilli de Araújo	Professor Efetivo	Inglês	-	-
José de Sousa Lira Filho	Professor Efetivo	Espanhol	Graduação em Letras (Português/ Espanhol)	Mestrado em Ensino do Espanhol como Língua Estrangeira
José Pereira do Vale Filho	Professor Efetivo	Filosofia	Licenciatura em Filosofia	Mestrando do Programa de Pós- Graduação
Katia Meireles Monteiro dos Santos	Professor Efetivo	Artes	Arte Visuais	Gestão, Supervisão e Orientação Educacional
Kelita Morena da Costa Chaves	Professor Efetivo	Direito	Direito	Mestrado em Direito
Lana Lima Pereira	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras/ Português	Mestra em Letras
Léo Serrão Barbosa	Professor Efetivo	Informática	Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Pedagogia	Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia Para Inovação

Leonardo Gonçalves Ferreira	Professor Efetivo	Sociologia	Sociologia	Pós-doutor em Ciência da Informação e Doutor em Ciências Sociais
Líbio José Tapajos Mota	Professor Efetivo	Química	Química	Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Inovação Farmacêutica
Lilian Lobato do Carmo	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras Língua Portuguesa	Mestrado em Estudos Literário
Lílian Valéria Cunha do Rosário	Professor Efetivo	Artes	Artes Visuais	Mestra
Lucilene De Sousa Melo	Professor Efetivo	Pedagogia	Pedagogia	Mestrado em Ciências
Luiz Fernando Lobato Saraiva	Professor Efetivo	Matemática	Matemática	Mestrando em Matemática
Marcelo Henrique Toscano Silva	Professor Efetivo	Meio Ambiente	Engenharia Ambiental	Mestre em Ciências do Ambiente
Márcio André Santa Brígida Lima	Professor Efetivo	Matemática	Matemática	Doutorado em Matemática
Marcos Almeida da Costa	Professor Efetivo	Gestão (Administração)	Administração e Licenciado em Matemática	Mestrando em Gestão do Turismo
Marcos Alves Nicácio	Professor Efetivo	Recursos Naturais / Engenharia Florestal	Engenharia Florestal	Doutorado em Ciências Florestais
Maria de Belém Brandão Andrade	Professor Efetivo	Pedagogia	Pedagogia	Doutora em Educação
Maurício Alves De Oliveira Junior	Professor Efetivo	Inglês	Língua Inglesa	Doctor
Michael Machado De Moraes	Professor Efetivo	Matemática	Matemática	Doutorando em Matemática
Nubia Deborah Araújo Caramello	Professor Efetivo	Geografia	Graduação em Geografia e em Pedagogia	Pós-doutoranda
Núbia de Almeida Monte Verde	Professor Efetivo	Gestão (Administração)	Administração	Mestre em Administração
Rafael Siqueira Monteiro	Professor Efetivo	Filosofia	Graduação em Filosofia	Doutor em Filosofia
Raimundo de Moura Rolim Neto	Professor Efetivo	Gestão Ambiental	Graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental	Mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento
Reinaldo da Costa Sacramento	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras: Licenciatura em Língua Portuguesa	Mestre em Comunicação, linguagem e cultura
Renan Ramos Almeida	Professor Efetivo	História	Graduação em História	-
Robson Trevisan	Professor Efetivo	Física	Licenciatura em Física	Doutor em Ensino de Ciências e Matemática

Romulo Thiago Ferraz Furtado	Professor Efetivo	Informática	-	-
Samuel de Carvalho Andrade	Professor Efetivo	Biologia	Ciências Biológicas	Doutorado em Entomologia
Sidney Henrique Campelo de Santana	Professor Efetivo	Geografia	Geografia	Doutor em Geografia
Suelem de Freitas Ferreira Coelho	Professor Efetivo	Química	Química	Mestranda em Ciências Farmacêuticas
Tereza Cecília Santos da Luz	Professor Efetivo	Biologia	Ciências Biológicas	Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos
Thaís Pereira Feitosa	Professor Efetivo	Biologia	Ciências Biológicas	Doutoranda em Biotecnologia
Tiago Teixeira da Silva	Professor Efetivo	Informática	Tecnologia e Gestão	Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento
Moises da Silva Maciel	Professor Efetivo	Gestão (Administração)	Administração	-
Venâncio Guedes Pereira	Professor Efetivo	História	História	Doutorando em História
Vera Lúcia Silva De Souza Nobre	Professor Efetivo	Educação Especial	Graduada em Letras com habilitação em Francês e Graduada em Pedagogia	Mestre em Educação Especial e Educação Inclusiva
Waldemar Henrique Viana Álvares	Professor Efetivo	Educação	Licenciado em Letras - Língua Portuguesa e Licenciado em Pedagogia	Doutorando em Educação na Amazônia
Wandson do Nascimento Silva	Professor Efetivo	Geografia	Geografia	Doutor em Geografia
Wagner Muniz de Andrade	Professor Efetivo	Língua Portuguesa	Letras - Português/ Literaturas	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática
Welber Carlos Andrade da Silva	Professor Efetivo	História	História	Mestrado em História Social da Cultura Regional
Efigenia das Neves Barbosa Rodrigues	Professor Efetivo	Educação	Licenciada em Pedagogia	Doutora em Educação na Amazônia.

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

27.2 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)

No que se refere aos Técnicos Administrativos em Educação, o Campus Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá conta com uma equipe sólida e diversificada, composta por profissionais que desempenham funções estratégicas de apoio às atividades acadêmicas, administrativas e institucionais. Esses servidores atuam de forma integrada para garantir o

funcionamento regular da instituição, assegurando condições adequadas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional.

A equipe é formada por servidores de diferentes áreas de formação e especialização, como gestão administrativa, tecnologia da informação, assistência estudantil, biblioteca, manutenção predial, apoio laboratorial, comunicação e protocolo, entre outras. Essa diversidade de competências favorece a eficiência dos processos e a resolução de demandas específicas que surgem no cotidiano acadêmico, garantindo agilidade e qualidade no atendimento às necessidades da comunidade escolar.

Embora alguns TAEs desempenhem funções em setores que não estejam diretamente relacionados às atividades de ensino, sua atuação contribui significativamente para a infraestrutura organizacional e para a criação de um ambiente favorável ao aprendizado. No caso específico da implantação do curso de Pedagogia, destaca-se que parte significativa dessa equipe já atua em setores diretamente vinculados ao suporte educacional, como a Biblioteca, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Setor de Assistência Estudantil (SAE), o Núcleo de Apoio ao Ensino (NAE) e a Coordenação Pedagógica.

Esses setores são essenciais para o funcionamento do curso de Pedagogia, uma vez que apoiam atividades como matrícula, registro e controle acadêmico, gestão do acervo bibliográfico, acompanhamento pedagógico, mediação de conflitos, orientação educacional e apoio psicossocial aos estudantes. Além disso, a atuação dos TAEs na gestão administrativa, no atendimento aos docentes e discentes e no suporte técnico para o uso de recursos digitais e de infraestrutura será determinante para garantir a qualidade das atividades formativas.

No contexto da formação de professores e profissionais da educação, própria do curso de Pedagogia, o suporte administrativo e técnico desempenha papel fundamental. A interação entre TAEs e corpo docente contribui para a efetividade de projetos pedagógicos, a organização de eventos acadêmicos e a implementação de atividades práticas e extensionistas. A experiência acumulada por esses servidores ao longo do tempo possibilita também a adequação de processos internos para atender às especificidades do novo curso.

O quadro a seguir apresenta a equipe técnico-administrativa de apoio ao ensino atualmente lotada no campus e que poderá atender diretamente o curso de Pedagogia:

Quadro 13 — Equipe Técnico-Administrativa de Apoio ao Ensino (Campus Laranjal do Jari – 2025)

Servidor	Regime	Formação	Cargo
Deziane Costa da Silva	40h	Licenciatura em Pedagogia	Pedagoga

Servidor	Regime	Formação	Cargo
Erislane Padilha Santana	40h	Licenciatura em Pedagogia	Assistente de Alunos
Heliana Farias dos Santos	40h	Técnico em Enfermagem	Técnica em Enfermagem
José Raimundo da Costa Gomes	40h	Tecnólogo em Gestão da Formação	Assistente em Administração
Manoel Raimundo dos Santos	40h	Licenciatura em Pedagogia	Assistente de Alunos
Márcia Cristina Távora do Nascimento	40h	Licenciatura em Pedagogia	Pedagoga
Misael de Souza Filho	40h	Técnico em Segurança do Trabalho	Assistente de Alunos
Mônica Silva e Silva	40h	Técnico em Radiologia	Assistente de Alunos
Sérgio Augusto Brazão	40h	Licenciatura em Pedagogia	Pedagogo
Sivaldo Donato Souza	40h	Licenciatura em Pedagogia	Assistente de Alunos
Tatiana dos Santos Costa	40h	Licenciatura em Ciências Biológicas	Técnica em Assuntos Educacionais
Welton de Lima Cordeiro	40h	Licenciatura em História	Técnico em Assuntos Educacionais

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

Diante do exposto, conclui-se que a equipe técnico-administrativa do Campus Laranjal do Jari apresenta quantitativo e perfil profissional adequados para atender às demandas do curso de Pedagogia, assegurando condições para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e de apoio estudantil. Tal estrutura contribui diretamente para a implementação exitosa do curso e para a consolidação da missão institucional de promover a formação cidadã e profissional de qualidade, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP.

Nesse sentido, verifica-se que o Campus Laranjal do Jari dispõe de recursos humanos suficientes e qualificados para a oferta do curso de Pedagogia, atendendo às exigências legais, aos objetivos estratégicos do PDI e às necessidades formativas da comunidade local e regional.

28 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá apresenta sólida experiência profissional no mundo do trabalho, em áreas correlatas à educação básica, gestão educacional, orientação pedagógica, projetos sociais e atividades complementares de formação docente. Esta experiência prática é utilizada para contextualizar o conhecimento teórico, permitindo que os conteúdos ministrados sejam associados a situações reais do cotidiano profissional e educacional.

A experiência prática dos docentes contribui para:

- **Integração entre teoria e prática:** Os exemplos e vivências profissionais permitem ilustrar conceitos teóricos, promovendo o entendimento aplicado das disciplinas.
- **Atualização constante:** O contato com o mercado de trabalho e as demandas sociais auxilia na manutenção de práticas pedagógicas atualizadas, inovadoras e pertinentes ao contexto educativo.
- **Interdisciplinaridade:** A experiência profissional diversificada dos docentes favorece a abordagem interdisciplinar, incentivando a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e sua aplicação prática.
- **Preparação para o mercado de trabalho:** A contextualização prática e a análise das competências previstas no PPC contribuem para o desenvolvimento de habilidades e atitudes dos discentes, alinhando a formação acadêmica às exigências do exercício profissional na educação básica e na gestão educacional.

Exemplos de atuação profissional do corpo docente:

- Docentes com experiência em escolas públicas e privadas, coordenando projetos pedagógicos, planejamento curricular e avaliação educacional;
- Profissionais que atuaram em programas de inclusão social, educação de jovens e adultos e atendimento educacional especializado;
- Especialistas que participaram de projetos de gestão escolar, formação continuada de professores e capacitação técnica em áreas específicas da educação básica;
- Professores que colaboraram com órgãos públicos e privados em consultorias, assessorias e projetos educativos aplicados à realidade amazônica.

A valorização da experiência profissional do corpo docente reforça o compromisso do curso com a formação integral e contextualizada, fortalecendo a relação entre o ensino e a prática profissional e contribuindo para a excelência da preparação dos futuros pedagogos formados pelo IFAP.

29 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá possui ampla experiência no exercício da docência na Educação Básica, atuando em diferentes etapas e modalidades de ensino. Essa vivência direta com a prática docente contribui significativamente para a formação dos futuros pedagogos, possibilitando uma

abordagem mais contextualizada, reflexiva e crítica do processo de ensino e aprendizagem.

A experiência acumulada pelos professores na rede pública e privada de ensino reflete-se na qualidade da mediação pedagógica, pois os docentes empregam metodologias que favorecem a aprendizagem significativa, com linguagem acessível e exemplos contextualizados à realidade dos estudantes. Tais práticas fortalecem a relação teoria–prática e asseguram que o ensino ofertado no curso esteja alinhado às demandas e desafios contemporâneos da educação básica.

Aspectos evidenciados na atuação docente:

- **Promoção da aprendizagem:** Os docentes priorizam metodologias ativas, trabalho colaborativo e abordagens interdisciplinares, incentivando o protagonismo dos estudantes e o desenvolvimento de competências pedagógicas.
- **Enfrentamento das dificuldades de aprendizagem:** São elaboradas atividades diferenciadas que visam atender às especificidades dos discentes, com foco na inclusão, no respeito à diversidade e na superação das barreiras de aprendizagem.
- **Avaliação educacional:** Os professores aplicam instrumentos avaliativos diagnósticos, formativos e somativos, analisando os resultados de forma contínua e utilizando-os como subsídio para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas.
- **Inclusão e acessibilidade:** Há atenção especial à elaboração de estratégias pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, respeitando as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial e as normativas internas do IFAP.
- **Reflexão e aperfeiçoamento contínuo:** Os resultados das avaliações e das observações em sala de aula são utilizados pelos docentes como base para revisar metodologias, conteúdos e formas de acompanhamento da aprendizagem, garantindo constante melhoria do processo formativo.

Essa sólida experiência na educação básica também fortalece a integração entre os componentes curriculares e os espaços de prática profissional — como os estágios supervisionados e os projetos de extensão —, assegurando que o curso mantenha sua identidade formadora voltada à realidade da escola pública e aos princípios de uma educação inclusiva, democrática e transformadora.

30 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá possui experiência consolidada no exercício da docência no ensino superior, acumulada tanto em cursos de licenciatura quanto em programas de formação inicial e continuada de professores. Essa experiência abrange atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, refletindo-se diretamente na qualidade do processo formativo e na constante atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Grande parte dos docentes possui vasta trajetória no magistério superior, com atuação em diferentes instituições públicas e privadas, ministrando disciplinas ligadas às áreas de Fundamentos da Educação, Práticas Pedagógicas, Metodologias de Ensino, Gestão Educacional e Educação Inclusiva. Essa diversidade de experiências enriquece as discussões acadêmicas, amplia a interdisciplinaridade e fortalece o compromisso com a formação crítica, ética e socialmente comprometida dos futuros pedagogos.

Contribuições da experiência docente no ensino superior:

- Ampliação da capacidade de planejamento e desenvolvimento curricular, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Adoção de metodologias inovadoras, que valorizam a aprendizagem ativa e o protagonismo discente;
- Aplicação de práticas avaliativas formativas e reflexivas, voltadas ao desenvolvimento integral do estudante;
- Participação em colegiados, núcleos docentes estruturantes (NDEs) e comissões institucionais, contribuindo para a melhoria contínua da gestão acadêmica e da qualidade dos cursos.

Nos casos em que o quadro docente é integrado por professores em início de carreira no magistério superior, o IFAP assegura suporte institucional por meio de ações de formação e

acompanhamento pedagógico, promovidas pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e pela Coordenação de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas (CGDP). Essas ações incluem:

- Programas de capacitação pedagógica voltados ao ensino superior;
- Mentorias com docentes experientes do curso, para acompanhamento das práticas pedagógicas e da integração institucional;
- Participação em núcleos de desenvolvimento docente e pedagógico, fortalecendo a reflexão sobre a prática e o compromisso com a qualidade da formação.

Assim, a experiência do corpo docente no ensino superior — aliada à política institucional de formação continuada — assegura a excelência das atividades acadêmicas e o aprimoramento permanente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em consonância com os princípios da educação pública, gratuita e de qualidade.

31 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso constitui-se como instância consultiva e deliberativa responsável pelo acompanhamento e pela gestão acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia. Suas ações estão alinhadas às normativas institucionais do IFAP e às diretrizes de organização didático-pedagógica da educação superior.

Entre suas atribuições destacam-se:

- A formulação, atualização e acompanhamento da execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- A análise de demandas acadêmicas relacionadas à organização curricular;
- A deliberação sobre aproveitamento de estudos, trancamento, desligamento e reintegração de estudantes;
- A proposição de estratégias para a melhoria contínua da formação dos estudantes;
- A articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e com os demais órgãos colegiados da instituição.

O Colegiado é composto por docentes do curso, representantes discentes e, quando previsto, por representantes técnico-administrativos ou de outros setores institucionais. A constituição e o funcionamento do Colegiado seguem os critérios estabelecidos no regimento interno do IFAP.

32 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá apresenta produção científica, cultural, artística e tecnológica significativa, refletindo o compromisso institucional com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão. As produções docentes evidenciam a contribuição dos professores para o avanço do conhecimento nas áreas da Educação, Ciências Humanas, Linguagens e Tecnologias, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática e subsidiando a formação crítica e reflexiva dos licenciandos.

Nos últimos três anos, mais de 50% dos docentes do curso registram, no mínimo, nove produções acadêmicas — entre artigos científicos, capítulos de livros, livros, trabalhos completos em anais de eventos, projetos de extensão, relatórios técnicos, produtos educacionais e materiais didático-pedagógicos. Essa produtividade é acompanhada e registrada nos sistemas institucionais de gestão acadêmica e de pesquisa, com comprovação nos currículos Lattes dos docentes e nos relatórios anuais de atividades do IFAP.

As produções desenvolvidas articulam-se diretamente às linhas de pesquisa e extensão vinculadas ao curso, com destaque para os seguintes eixos temáticos:

- Formação e prática docente;
- Educação inclusiva e diversidade;
- Políticas públicas e gestão educacional;
- Alfabetização, leitura e letramento;
- Educação do campo e saberes tradicionais;
- Tecnologias e inovação pedagógica.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFAP consolida uma base docente com expressiva produção acadêmica e cultural, que contribui para a consolidação da pesquisa educacional no Amapá e para o aprimoramento contínuo das práticas formativas do curso.

33 EQUIPE TÉCNICA LIGADA AO CURSO

A equipe técnica vinculada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá desempenha papel essencial no suporte administrativo, pedagógico e socioeducacional, assegurando o bom funcionamento das atividades acadêmicas e o atendimento integral às demandas da comunidade estudantil.

O curso conta com Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e outros profissionais que atuam em áreas estratégicas, em articulação com a Coordenação de Curso, a Direção de Ensino, a Coordenação Pedagógica, o Serviço Social e o Setor de Saúde.

Composição e funções da equipe técnica:

- **Assistente em Administração:** responsável pelas rotinas administrativas da coordenação, elaboração de documentos, controle de registros acadêmicos e acompanhamento de processos no SUAP.
- **Técnico em Assuntos Educacionais / Pedagogo:** atua na orientação pedagógica e didático-metodológica junto aos docentes e discentes, acompanhando o desenvolvimento do curso, apoiando o planejamento e a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Assistentes de Alunos:** auxiliam no atendimento direto aos discentes, contribuindo para a organização das turmas, controle de frequência, apoio às atividades diárias e promoção de um ambiente escolar acolhedor e disciplinado.
- **Assistente Social:** presta atendimento e acompanhamento social aos estudantes, realizando escutas qualificadas, encaminhamentos e articulação com políticas públicas, com vistas à permanência e ao êxito escolar.
- **Médico e equipe de saúde escolar:** atuam nas ações preventivas e de promoção da saúde, realizando atendimentos clínicos, campanhas de vacinação e orientações sobre bem-estar físico e mental, em articulação com o setor de Assistência Estudantil.
- **Bibliotecário-Documentalista:** realiza o gerenciamento técnico do acervo bibliográfico do curso, orientando docentes e discentes no uso de fontes e bases de dados científicas, e colaborando na atualização permanente do acervo conforme o PPC.
- **Técnico em Tecnologia da Informação:** oferece suporte técnico ao uso de plataformas e sistemas institucionais, garantindo a infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento das aulas e projetos do curso.
- **Secretário Acadêmico:** gerência registros escolares, processos de matrícula, expedição de documentos e integração das informações entre coordenação, direção e PROEN.

- **Auxiliares de Biblioteca e de Serviços Gerais:** colaboram na manutenção dos espaços de estudo e convivência, assegurando o bom estado físico dos ambientes e o acesso da comunidade acadêmica aos recursos institucionais.
- Essa equipe técnica constitui uma base sólida de apoio administrativo, pedagógico, social e tecnológico, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do curso e para a qualidade do ensino ofertado. Além disso, os profissionais participam de ações de formação continuada promovidas pelo IFAP, fortalecendo a política institucional de valorização dos servidores e garantindo um atendimento cada vez mais humanizado e eficiente aos estudantes do curso de Pedagogia.

34 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá atuam, em sua maioria, sob o regime de 40 horas semanais com Dedicação Exclusiva, o que demanda condições adequadas de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

O campus dispõe de salas de trabalho destinadas aos docentes de tempo integral, organizadas de modo a possibilitar o planejamento coletivo, o atendimento aos discentes, a orientação de trabalhos acadêmicos e o desenvolvimento de atividades administrativas e pedagógicas vinculadas à coordenação de curso, ao colegiado e aos núcleos institucionais (como NDE e CPA).

Esses espaços são equipados com mesas individuais, cadeiras ergonômicas, armários, computadores com acesso à internet, impressora compartilhada, pontos de energia e iluminação adequada, assegurando condições de conforto e produtividade. O ambiente é climatizado e garante privacidade e segurança para a guarda de materiais pedagógicos, equipamentos pessoais e documentos institucionais.

Além das salas docentes, o campus disponibiliza salas de reunião, laboratórios de informática, auditórios, biblioteca e espaços de convivência que complementam o ambiente de trabalho, permitindo o uso colaborativo e interdisciplinar entre professores de diferentes áreas.

A infraestrutura tecnológica do campus assegura o acesso aos sistemas institucionais (SUAP, SIGAA, e-MEC, SEI, entre outros), bem como a recursos de comunicação digital, plataformas de videoconferência e ferramentas pedagógicas on-line, o que amplia as possibilidades de planejamento e interação docente-discente.

O IFAP mantém política permanente de manutenção e atualização dos equipamentos, garantindo que o espaço de trabalho atenda às exigências pedagógicas, administrativas e de segurança necessárias à atuação docente em tempo integral, em consonância com as diretrizes institucionais de valorização profissional e qualidade educacional.

35 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá dispõe de um espaço próprio destinado à Coordenação de Curso, o qual atende às demandas acadêmicas, pedagógicas e administrativas inerentes às funções do coordenador.

A sala da coordenação está equipada com mesa de trabalho, cadeiras para atendimento individual e em grupo, computador com acesso à internet, impressora compartilhada, armário para armazenamento de documentos e materiais pedagógicos, além de telefone institucional e climatização adequada.

O ambiente permite o atendimento regular a discentes, docentes, técnicos e à comunidade externa, garantindo privacidade e conforto nas reuniões e orientações acadêmicas. O espaço também é utilizado para a organização de registros institucionais, elaboração de relatórios, planejamento de atividades e acompanhamento das ações do curso junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), ao Colegiado e à Direção de Ensino. A infraestrutura tecnológica da coordenação assegura o acesso aos **sistemas** institucionais do IFAP (SUAP), além de plataformas de comunicação e gestão acadêmica on-line, que viabilizam o gerenciamento eficiente das informações e processos do curso. O espaço físico da Coordenação de Pedagogia, portanto, atende plenamente às exigências acadêmico-administrativas do cargo, favorecendo o desempenho das atividades de gestão, o acompanhamento pedagógico dos estudantes e o fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso.

36 INFRAESTRUTURA

O Campus Laranjal do Jari possui uma estrutura física robusta e adequada para a implantação do curso de Pedagogia. São dezessete salas de aula, incluindo a sala do Pré- Enem, que podem ser utilizadas para as atividades teóricas e práticas do curso, além de cinco laboratórios de informática, três laboratórios equipados e 2 laboratórios a ser equipado — um

deles voltado especificamente para manutenção e redes — que poderão ser utilizados tanto para formação tecnológica quanto para atividades pedagógicas com recursos digitais.

O campus também conta com laboratórios específicos de Química, Biologia, Meio Ambiente e Física, que podem apoiar disciplinas relacionadas às Ciências Naturais no currículo da Pedagogia, especialmente na formação dos futuros professores para o ensino fundamental. Foram ainda construídos mais recentemente os laboratórios de Florestas, Histologia, Citologia e o espaço Maker de informática, que podem ser utilizados para práticas interdisciplinares e projetos inovadores na área da educação.

Para garantir acessibilidade e inclusão, o campus dispõe de quatro blocos de banheiros adaptados, rampas de acesso e piso tátil em seus corredores, permitindo a livre circulação de todos os usuários. A estrutura administrativa inclui um bloco específico, além de um bloco de ensino, sala dos servidores e uma área de convivência que favorece a interação entre estudantes, docentes e demais servidores, além da sala de descanso dedicado ao descanso e lazer dos alunos, promovendo bem-estar e favorecendo a permanência estudantil — aspectos fundamentais para a formação integral no curso de Pedagogia.

O campus também abriga o Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação, que contribuirá com a implementação de projetos de pesquisa e extensão voltados para a área educacional, além de incentivar a participação dos alunos em atividades acadêmicas inovadoras e de relevância social, e a sala do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), que oferece apoio especializado para estudantes com deficiências.

O Bloco de Assistência Estudantil, com foco no Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante, oferece auxílios financeiros e serviços de apoio para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. O Eixo Universal abrange políticas de inclusão e acessibilidade, assegurando que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no acesso aos recursos e atividades do campus, independentemente de suas condições sociais, econômicas ou físicas. Essas políticas de assistência são fundamentais para promover um ambiente educacional justo e igualitário, especialmente em um curso como o de Pedagogia, que forma futuros profissionais comprometidos com a inclusão e o ensino para todos.

O perímetro do campus é cercado por um muro de mil metros lineares e 2,40 metros de altura, assegurando segurança à comunidade acadêmica. A proximidade com o rio Jari também oferece oportunidades para o desenvolvimento de projetos ambientais e educativos contextualizados com a realidade local.

O acesso à tecnologia é garantido por uma rede Wi-Fi aberta em toda a extensão do campus, 10 computadores disponíveis na biblioteca para pesquisas, além de horários reservados

no laboratório de informática EaD. Atualmente, três laboratórios de informática estão em operação, e outros dois estão em fase de implantação com aquisição de equipamentos e mobiliário, o que ampliará ainda mais as possibilidades de uso pedagógico desses espaços.

Quadro 14 — Infraestrutura física existente e disponível para o curso de Pedagogia

Instalação	**Quantidade**	**Finalidade / Observação**
Salas de aula	17	Aulas teóricas e atividades pedagógicas
Laboratórios de Informática	5	Apoio a práticas com tecnologias educacionais; um laboratório é espaço Maker
Laboratórios de Ciências	4	Química, Biologia, Física e Meio Ambiente – apoio às Ciências Naturais
Laboratórios adicionais (recentes)	4	Florestas, Histologia, Citologia e Maker – uso interdisciplinar
Biblioteca com computadores	1 (com 10 computadores)	Pesquisa e cabine de estudo individual
Laboratório EaD (reservável)	1	Acesso a recursos para alunos sem computador em casa
Bloco Administrativo	1	Gestão e coordenação
Bloco de Ensino	1	Organização das atividades pedagógicas
Sala dos Servidores	1	Apoio ao corpo docente
Área de Convivência com Espaço de Descanso	1	Espaço de socialização, descanso e bem-estar dos estudantes
Sala do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas)	1	Apoio especializado para estudantes com deficiências
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação	1	Apoio à iniciação científica, projetos pedagógicos e ações extensionistas
Bloco de Assistência Estudantil	1	Apoio psicossocial, auxílios financeiros e serviços de apoio para permanência estudantil
Blocos de banheiros adaptados	4	Inclusão e acessibilidade física
Rampas e piso tátil	—	Acesso universal a todos os espaços
Rede Wi-Fi (aberta)	Total	Acesso à internet em todo o campus
Muro de segurança	1000m x 2,40m	Proteção e delimitação do campus

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

A diversidade de espaços e recursos disponíveis no campus, aliados ao apoio contínuo à permanência estudantil e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, garantem que os alunos do curso de Pedagogia sejam capacitados a enfrentar os desafios do ensino no contexto atual. Com essa infraestrutura, o campus se posiciona como um ambiente ideal para a construção de saberes e práticas pedagógicas que visam a transformação da educação e a formação de profissionais comprometidos com a inclusão e a qualidade do ensino.

36.1 Equipamentos específicos para o curso de Pedagogia

O Curso de Pedagogia, por sua natureza teórico-prática, requer espaços que permitam a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e práticas metodológicas. A infraestrutura atual do campus oferece condições favoráveis para esse fim. Entre os principais equipamentos e ambientes disponíveis, destacam-se:

- **Salas de aula:** O campus conta com 17 salas de aula, todas equipadas com quadro branco, lousa digital, ar-condicionado, carteiras escolares, projetor multimídia e disponibilidade para uso de notebooks. Essas salas estão plenamente aptas para atender às necessidades do curso, inclusive para aplicação de metodologias ativas de ensino;
- **Laboratórios de informática:** Com cinco laboratórios, incluindo um específico para EaD, os espaços são adequados para atividades relacionadas às tecnologias educacionais, inclusão digital e produção de materiais didáticos;
- **Biblioteca:** Conta com salão de leitura, salas de estudo em grupo, cabines individuais e 10 computadores com acesso à internet, além de acervo bibliográfico atualizado, compatível com os eixos de formação do curso;
- **Mini auditório**: Espaço com capacidade para 80 pessoas, adequado para palestras, seminários, apresentações de trabalhos e eventos acadêmicos;
- **Sala dos Servidores:** Ambiente equipado com mesas de trabalho, armários individuais, computadores, espaço de convivência, oferecendo condições adequadas para planejamento e atividades docentes;
- **Rede Wi-Fi:** Presente em toda a extensão do campus, viabilizando o acesso a recursos educacionais digitais e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

- **Espaços de convivência e acessibilidade:** O campus dispõe de áreas de integração social para estudantes e servidores, quatro blocos de banheiros adaptados, rampas de acesso, piso tátil e demais elementos que garantem a inclusão e acessibilidade plena.

Os laboratórios das áreas de Biologia, Meio Ambiente, Química e Física podem ser utilizados em componentes que envolvem o ensino de Ciências Naturais e propostas interdisciplinares, ampliando as possibilidades formativas do curso.

Quadro 15 - Equipamentos Específicos para o Curso de Pedagogia.

Equipamento	**Finalidade / Aplicação**
Computadores / notebooks	Atividades acadêmicas, produção de materiais, pesquisas
Projetores multimídia (data show)	Aulas interativas, apresentações de trabalhos
Lousas digitais / quadros interativos	Metodologias ativas, uso de TICs
Televisores / Telas com HDMI	Exibição de recursos audiovisuais
Impressoras e scanners	Produção e digitalização de materiais didáticos
Equipamentos de som (caixas, microfones)	Eventos, seminários e inclusão auditiva
Jogos pedagógicos e brinquedos educativos	Apoio à prática da docência na Educação Infantil e anos iniciais
Kit de alfabetização (letras móveis, cartazes)	Desenvolvimento de atividades de leitura e escrita
Materiais lúdicos e de arte (EVA, tintas, etc.)	Desenvolvimento da criatividade e expressão no processo de ensino-aprendizagem
Recursos para AEE (NAPNE)	Materiais táteis, audiolivros, jogos acessíveis
Livros didáticos e paradidáticos	Apoio ao conteúdo curricular e às práticas pedagógicas
Equipamentos para laboratório pedagógico	Mobiliário infantil, materiais escolares, recursos simulativos para formação docente
Materiais de ciências e meio ambiente	Kits de experimentos simples, maquetes, recursos para projetos interdisciplinares

Fonte: Elaboração da Comissão de Implantação do PPC (2026).

A estrutura atual do Campus Laranjal do Jari é suficiente para a implantação do curso de Pedagogia, atendendo tanto às demandas acadêmicas quanto às exigências legais de acessibilidade, inclusão e inovação, promovendo ações pedagógicas integradas à realidade local, com foco na formação acadêmica, profissional, ética, crítica e inclusiva dos futuros educadores.

Equipamentos e Materiais Sugeridos:

- Mobiliário flexível (mesas moduláveis, cadeiras infantis e escolares);
- Jogos pedagógicos, brinquedos educativos, livros infantis, fantoches;
- Materiais artísticos (papel, tinta, massinha, instrumentos musicais simples);
- Quadro branco, quadro de feltro, tapetes didáticos;
- Equipamentos de tecnologia educacional (computador, projetor, caixa de som);
- Recursos para planejamento docente (planos de aula, portfólios, fichas pedagógicas).

37 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Amapá dispõe de laboratórios de informática que atendem às demandas pedagógicas, administrativas e de pesquisa do curso, assegurando aos discentes e docentes acesso permanente às tecnologias da informação e comunicação (TICs) como instrumentos de apoio ao ensino, à aprendizagem e à produção de conhecimento.

Atualmente, o campus conta com três laboratórios de informática em pleno funcionamento, equipados com computadores atualizados, acesso à internet de alta velocidade, projetores multimídia e softwares educativos voltados ao desenvolvimento de atividades formativas e de pesquisa. Além disso, dois novos laboratórios estão em fase de implantação, com aquisição de equipamentos e mobiliário, o que ampliará significativamente as possibilidades de uso pedagógico desses espaços.

O acesso à tecnologia é garantido também por meio de rede Wi-Fi aberta em toda a extensão do campus, permitindo conectividade em salas de aula, biblioteca e áreas de convivência. A biblioteca dispõe de 10 computadores destinados a pesquisas acadêmicas e ao desenvolvimento de trabalhos, além de horários reservados no laboratório de informática EaD, que podem ser utilizados pelos estudantes do curso de Pedagogia conforme agendamento prévio.

Os laboratórios de informática têm como finalidade apoiar o planejamento pedagógico, a produção de materiais didáticos digitais, o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, bem como a formação tecnológica dos licenciandos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e as orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores.

Esses espaços são amplamente utilizados em componentes curriculares que envolvem o uso de tecnologias educacionais, metodologias ativas e práticas de ensino mediadas por recursos digitais, consolidando-se como ambientes de aprendizagem colaborativa, interdisciplinar e inclusiva, que fortalecem a formação docente e a integração entre teoria e prática.

37.1 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O curso garante que os laboratórios de informática e demais espaços tecnológicos atendam às necessidades acadêmicas e institucionais. São assegurados: a disponibilidade e atualização de hardware e software; a adequação e conforto dos ambientes; conexão estável à internet, incluindo rede sem fio; manutenção periódica dos equipamentos; e avaliações regulares da infraestrutura, garantindo a qualidade e pertinência dos recursos oferecidos aos discentes.

37.2 Laboratórios didáticos de formação básica

Para os cursos de licenciatura que utilizam laboratórios de ensino, é essencial avaliar sua conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e suas normas de funcionamento, uso e segurança. Para cursos ofertados na modalidade a distância, é fundamental verificar a existência e adequação dos laboratórios especializados na sede e nos polos, assegurando que estejam acessíveis à comunidade acadêmica.

Os laboratórios devem atender às necessidades do curso, proporcionando um ambiente que favoreça a formação pedagógica dos licenciandos. Além de garantir conforto, manutenção periódica e suporte técnico, esses espaços devem contar com acesso a tecnologias educacionais e de comunicação adequadas às práticas de ensino- aprendizagem. A estrutura deve possibilitar o desenvolvimento de metodologias ativas e inovadoras, contribuindo para a formação prática dos futuros docentes.

Também é necessário considerar a disponibilidade de insumos, materiais e equipamentos compatíveis com a infraestrutura física e a quantidade de vagas ofertadas. Esses laboratórios devem promover atividades práticas que simulem o ambiente escolar, permitindo que os licenciandos experimentem estratégias de ensino, avaliação e gestão da sala de aula.

Além disso, recomenda-se a realização de avaliações periódicas sobre a demanda, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos laboratórios. Os resultados dessas

avaliações devem subsidiar o planejamento acadêmico, garantindo aprimoramento contínuo no atendimento às necessidades da formação docente e contribuindo para a qualificação dos licenciandos no processo de ensino e aprendizagem.

37.3 Laboratórios didáticos de formação de professores

Os laboratórios didáticos de formação de professores constituem espaços estratégicos para o desenvolvimento de metodologias de ensino inovadoras e práticas pedagógicas diversificadas, essenciais à formação de futuros docentes.

Atualmente, o campus ainda não dispõe desses laboratórios; no entanto, o curso prevê a implantação e adequação de laboratórios pedagógicos, observando as seguintes diretrizes:

- Planejamento e conformidade: os laboratórios serão planejados de acordo com as normas do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as diretrizes institucionais, garantindo o atendimento às exigências acadêmicas e pedagógicas.
- Infraestrutura e equipamentos: os espaços planejados deverão oferecer infraestrutura adequada para ensino, pesquisa e extensão, incluindo equipamentos audiovisuais, softwares educativos e plataformas digitais interativas, bem como suporte técnico especializado e manutenção periódica.
- Metodologias e práticas pedagógicas: a estrutura permitirá o desenvolvimento de práticas metodológicas diversificadas, produção de materiais didáticos e uso de tecnologias educacionais, promovendo experiências simuladas do ambiente escolar e favorecendo a formação prática dos futuros professores.
- Materiais e insumos: será garantida a disponibilização de insumos, materiais e equipamentos compatíveis com as demandas pedagógicas e com o número de vagas ofertadas, assegurando que os laboratórios cumpram sua função formativa.
- Avaliação e aprimoramento contínuo: recomenda-se a realização de avaliações periódicas sobre a demanda, utilização, qualidade dos serviços prestados e efetividade dos recursos disponibilizados. Os resultados dessas avaliações subsidiarão o planejamento acadêmico e orientarão melhorias contínuas na infraestrutura, assegurando um ambiente de excelência para a formação docente.

Dessa forma, o curso estabelece diretrizes para a criação dos laboratórios didáticos de formação de professores, garantindo que, quando implementados, esses espaços promovam experiências pedagógicas qualificadas e fortaleçam a formação integral dos futuros docentes.

38 NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, INDÍGENAS, POVOS DA FLORESTA, COMUNIDADE LGBTQIA+ E IDENTIDADES – NEABI+

O Curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP integra e desenvolve ações articuladas com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas, Povos da Floresta, Comunidade LGBTQIA+ e Identidades (NEABI+), em consonância com a Resolução nº 30/2022/CONSUP/IFAP, que regulamenta sua organização, funcionamento e atribuições no âmbito institucional.

O NEABI+ constitui-se como órgão institucional de promoção, acompanhamento, planejamento e execução de políticas inclusivas voltadas à valorização da identidade étnico-racial, à equidade, ao respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades. Seu trabalho visa à consolidação das políticas afirmativas e ao enfrentamento de práticas discriminatórias relacionadas ao racismo, à lgbtfobia e a outras formas de violação de direitos, mediante ações educativas, culturais e formativas.

38.1 Finalidade e fundamentação legal

Conforme a Resolução nº 30/2022/CONSUP/IFAP, o NEABI+ tem por finalidade regulamentar, fomentar e executar ações relativas à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar; da Lei nº 1.483/2010, que trata do fortalecimento e preservação das línguas indígenas tradicionais do Estado do Amapá; e da Lei nº 12.990/2014, que estabelece reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos no âmbito federal, dentre outras políticas inclusivas e afirmativas.

38.2 Objetivos institucionais

O NEABI+, no âmbito do Curso de Pedagogia, orienta e apoia ações que envolvem:

I. Divulgação e valorização da história e cultura afro-brasileira, indígena, quilombola, povos da floresta, comunidade LGBTQIA+ e outras identidades na formação do povo brasileiro;
II. Promoção de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, como cursos, seminários, palestras, oficinas, eventos culturais e ações correlatas;

III. Organização de ações de capacitação para docentes, técnicos e acadêmicos, visando ao enfrentamento do racismo estrutural, da lgbtfobia e demais formas de discriminação;

IV. Implementação das diretrizes das Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.990/2014 no currículo do Curso de Pedagogia, promovendo uma educação pluricultural e identitária;

V. Articulação com escolas da rede pública e privada, comunidades quilombolas, indígenas, tradicionais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, fortalecendo ações educativas e socioculturais;

VI. Estímulo à produção acadêmica, pesquisas e publicações voltadas às questões étnico-raciais, identitárias e interculturais;

VII. Desenvolvimento e difusão de conteúdos, materiais didáticos, projetos e ações que dialoguem com a diversidade e com o enfrentamento às desigualdades;

VIII. Apoio ao trabalho docente, oferecendo subsídios teóricos, metodológicos e materiais para o desenvolvimento das temáticas previstas na legislação;

IX. Constituição e manutenção de acervo bibliográfico e documental relacionado à educação pluriétnica e identitária.

38.3 Composição e organização

O NEABI+ é composto por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade externa, devidamente organizados conforme estabelece a regulamentação institucional. Sua estrutura administrativa básica inclui coordenação, vice coordenação, secretaria e representações técnica, docente e discente. A escolha desses membros ocorre por meio de processo eleitoral interno ou, quando não for possível, por indicação da Direção-Geral do campus.

38.4 Articulação com o curso de Pedagogia

No PPC do Curso de Pedagogia, o NEABI+ atua como instância pedagógica e consultiva, contribuindo para:

- A transversalização das temáticas étnico-raciais e identitárias nos componentes curriculares;

- A formação inicial de docentes comprometidos com uma educação emancipadora, antirracista e decolonial;
- O fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão pautadas na equidade, diversidade, representatividade e inclusão;
- O assessoramento na elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão que contemplem as questões étnico-raciais e identitárias;
- A execução de atividades formativas e a orientação pedagógica às práticas acadêmicas do curso.

O Curso de Pedagogia reconhece o NEABI+ como espaço estratégico de produção de conhecimento, reflexão crítica e construção de práticas educativas inclusivas, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, com a promoção da igualdade racial, com a diversidade cultural e com a formação de profissionais sensíveis às demandas das populações plurais que compõem a sociedade brasileira.

39 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS – NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) configura-se como órgão institucional de caráter propositivo, consultivo e de assessoramento, instituído em conformidade com **a Resolução nº 021/2020/CONSUP/IFAP**, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e demais normativas correlatas. No Campus, integra a estrutura administrativa vinculada à Direção-Geral, atuando de forma articulada com a equipe pedagógica, o NAPNE, o setor de Assistência Estudantil e demais setores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

O NAPNE tem por finalidade promover ações integradas de inclusão, garantindo acesso, permanência e êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas, permanentes ou temporárias, em consonância com a Declaração de Salamanca (1994) e com a legislação nacional de acessibilidade.

Compete ao NAPNE:

- Identificar e acompanhar estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Articular, junto aos setores pedagógicos e administrativos, ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais;
- Orientar docentes sobre práticas inclusivas e recursos de acessibilidade;

- Indicar, quando necessário, atendimentos e serviços de apoio especializado;
- Promover ações de sensibilização e formação continuada sobre educação inclusiva;
- Contribuir com o planejamento institucional nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

O NAPNE é composto por:

- Coordenador designado pela Direção-Geral;
- Docentes e técnicos de áreas pedagógicas, assistência estudantil e saúde;
- Representantes da comunidade acadêmica;
- Profissionais parceiros externos, quando necessário.

O Núcleo dispõe de espaço físico e recursos adequados ao atendimento educacional especializado, conforme a legislação vigente (Decreto nº 5.296/2004, ABNT NBR 9050/2015 e demais normas de acessibilidade). As reuniões podem ocorrer de forma ordinária, extraordinária ou ampliada, integrando o planejamento pedagógico do Campus.

No âmbito do Curso de Pedagogia, o NAPNE:

- Contribui para a formação docente voltada à educação inclusiva;
- Assessor a coordenação do curso na adequação de práticas pedagógicas e avaliações;
- Orienta quanto à elaboração e acompanhamento de Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e adaptações curriculares;
- Participa dos processos de acompanhamento acadêmico dos estudantes do curso que demandem atendimento específico.

40 BIBLIOTECA

As bibliotecas dos campi são regidas pela Resolução nº 37/2019 CONSUP/IFAP, que regulamenta o regimento das bibliotecas, no qual define as normas e procedimentos referentes ao atendimento da comunidade acadêmica. No que diz respeito à formação de acervos, às bibliotecas dos campi dispõem de Política de desenvolvimento de coleções, aprovado pela Resolução n° 144/2019 CONSUP/IFAP, que visa nortear o estudo comunidade, seleção, aquisição, manutenção, descarte e avaliação das coleções das bibliotecas do Ifap.

Dispõe Plano de Contingência que define as medidas emergenciais que possam afetara prestação de serviços à comunidade. Política de Repositório Institucional, para gerenciar e padronizar a coleta e disseminação da produção acadêmica e científica do Ifap.

40.1 As instalações e os ambientes disponíveis ao curso

O espaço físico da biblioteca é dividido em áreas específicas que atendem às diferentes demandas dos usuários. Entre elas, destacam-se: salas para estudo em grupo e cabines individuais; computadores com acesso à internet para pesquisa virtual; terminais de consulta ao acervo; espaço informatizado para recepção e atendimento ao público; além de um acervo diversificado composto por livros, periódicos e multimeios.

40.2 A descrição do acervo físico e digital pertinente à área

O acervo é atualizado periodicamente, contemplando títulos destinados às diversas disciplinas e cursos ofertados pelo campus, com ênfase nas necessidades do curso de Licenciatura em Pedagogia. Esses materiais estão disponíveis para consulta local e empréstimo, conforme regulamentação vigente. A organização do acervo segue a Classificação Decimal de Dewey, o que facilita a localização dos materiais. O portal de Periódicos Capes e Repositório Institucional estão disponíveis para acesso à comunidade acadêmica.

A Biblioteca opera por meio de um sistema informatizado, que permite aos usuários consultar, renovar e reservar materiais de forma prática e eficiente. Entre os serviços oferecidos, destacam-se: empréstimos, consultas ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos e suporte bibliográfico, garantindo um atendimento completo às necessidades acadêmicas da comunidade do Campus Laranjal do Jari.

40.3 A localização da biblioteca no campus

A Biblioteca do IFAP - Campus Laranjal do Jari está localizada em um ambiente projetado para oferecer conforto e funcionalidade ao corpo docente e discente, atendendo às necessidades de estudo, pesquisa e produção acadêmica. Seu horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 08h às 19h, e conta com o suporte de bibliotecário, técnicos administrativos, além da participação de alunos bolsistas e/ou estagiários, que auxiliam nas atividades de organização e empréstimo.

40.4 A caracterização do espaço físico destinado ao estudo individual e em grupo

Possui duas salas de estudos coletivo com capacidade para 8 pessoas e 7 cabines de estudos individuais;

- A capacidade de atendimento (número de assentos, salas de estudo, áreas de leitura);
- O salão de leitura possui capacidade para 34 pessoas nas mesas coletivas, 8 lugares nas salas coletivas, além de 14 assentos nas cabines individuais e computadores.

As condições de acessibilidade oferecidas aos estudantes, em conformidade com a legislação vigente:

- Não possui condições de acessibilidade física e informacional.

41 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O curso prevê a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Embora a instituição ainda não disponha de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) próprio, os projetos são submetidos ao CEP da UNIFAP, por meio de uma parceria institucional. Esse comitê, homologado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), garante que todas as pesquisas sigam normas éticas nacionais e internacionais, promovendo transparência, segurança e responsabilidade científica. O CEP parceiro realiza a análise ética dos projetos, acompanha a execução das pesquisas e oferece orientações aos docentes e discentes sobre boas práticas em pesquisa envolvendo seres humanos.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação do Amapá 2015–2025.** Macapá: SEED/AP, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** ***Diário Oficial da União: seção 1***, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** ***Diário Oficial da União: seção 1***, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação.** ***Diário Oficial da União: seção 1***, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** ***Diário Oficial da União: seção 1*****,** Brasília, DF, 16 maio 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação na Amazônia: desafios e perspectivas.** Brasília, DF: MEC, 2015.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Educação, território e desenvolvimento na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância**. Brasília, DF: INEP, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028.** Macapá: IFAP, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Regulamento Didático-Pedagógico dos Cursos de Graduação.** Macapá: IFAP, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Política de Assistência Estudantil**. Macapá: IFAP, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura.** Macapá: IFAP, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Política de Extensão e Inovação Tecnológica.** Macapá: IFAP, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP) – Campus Laranjal do Jari. **Plano de Ação Institucional 2025.** Laranjal do Jari: IFAP, 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 10. ed. Campinas: Papirus, 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, meio ambiente e sociedade**. 2. ed. Belém: Cejup, 2019.

SILVA, Edinaldo Medeiros da; FERNANDES, José Cláudio Rocha (orgs.). **Educação e diversidade cultural na Amazônia: práticas, saberes e identidades.** Macapá: UNIFAP Editora, 2021.

SOUZA, Marilda de Oliveira; SANTOS, Almir (orgs.). **Formação de professores na Amazônia: saberes e práticas em contextos ribeirinhos**. Belém: EDUFPA, 2018.

SOUZA, Maria Regina de; GOMES, Luciana Pires (orgs.). **Educação e docência na Amazônia: práticas formativas e identidades docentes.** Macapá: UNIFAP Editora, 2022.

APÊNDICE A – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Quadro 16 - Ementário dos componentes curriculares – Bases: científica, educacionais e pedagógicas.

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Filosofia da Educação I

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das principais correntes filosóficas da Antiguidade ao Medieval e seus desdobramentos na educação. Análise crítica dos fundamentos filosóficos que sustentam diferentes concepções de educação, ser humano, conhecimento e sociedade. Reflexão sobre a educação como prática ética, política e cultural, articulando filosofia, pedagogia e formação docente. Compreensão da escola como espaço de formação crítica e emancipatória, em diálogo com as tradições filosóficas que marcaram a história do pensamento educacional.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Introdução à Filosofia e à Filosofia da Educação** 1.1 O que é Filosofia? Origem, natureza e importância do pensamento filosófico; 1.2 Do mito ao *Logos*: a passagem da consciência mítica para a racional; 1.3 A *pólis* grega e a construção da *paideia*: formação integral do ser humano; 1.4 Sócrates: o método dialético-maiêutico e a centralidade da ética na formação humana; 1.5 Platão: a concepção da alma e a educação como ascese intelectual; 1.6 Aristóteles: ética, política e educação como realização da vida virtuosa.
UNIDADE II	**Filosofia da Educação no período medieval** 2.1 A transformação do ideal educativo do mundo clássico ao medieval; 2.2 Agostinho de Hipona: interioridade, linguagem e a pedagogia do mestre interior; 2.3 Tomás de Aquino: fé, razão e educação para a virtude; 2.4 Comenius: *Didática Magna* e a sistematização do ensino como prática universal.

4 Bibliografia

Básica:

1. AQUINO, T. **De Magistro: Sobre o mestre** (Questões disputadas sobre a verdade, XI). 1ª ed. Campinas: CEDET, 2017.
2. AGOSTINHO, S. **O Mestre**. Tradução de António Soares Pinheiro. 3. ed. São Paulo: Landy Editora, 2006.
3. ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha – 4 ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção **Os Pensadores**:)
4. COMENIUS, J. A. Didática Magna. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
5. PLATÃO. **A República**. Introdução, Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira – 9ª edição - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

Complementar:

6. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
7. GILSON, Étienne**.** A Filosofia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
8. JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
9. MARROU, H. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Herder, 1966.
10. NUNES, B**. Introdução à Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991.
11. REALE, G; ANTISERI, D. **História da Filosofia** – Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus,

1990.
12. VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Psicologia da Educação I

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das principais teorias psicológicas com ênfase em suas contribuições para a educação. Análise dos processos de desenvolvimento humano e aprendizagem em contextos escolares. Compreensão das dimensões cognitivas, afetivas e sociais do sujeito em formação. Discussão sobre o papel do professor frente aos desafios educacionais contemporâneos. Reflexão crítica sobre a prática pedagógica à luz de conceitos psicológicos. Diálogo entre Psicologia, Educação e formação docente.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Introdução à Psicologia e à Psicologia da Educação** 1.1 O que é Psicologia? Principais áreas e objetos de estudo; 1.2 Psicologia da Educação: campo, abordagens e contribuições para o processo educativo; 1.3 Relações entre desenvolvimento, aprendizagem e ensino; 1.4 Desenvolvimento Humano e Educação; 1.5 Teorias do desenvolvimento: Piaget, Vygotsky, Wallon; 1.6 Aspectos cognitivos, afetivos e sociais do desenvolvimento; 1.7 A infância, a adolescência e a construção da identidade no contexto escolar.
UNIDADE II	**Teorias da Aprendizagem e Prática Pedagógica** 2.1 Behaviorismo: Watson, Skinner e implicações educacionais; 2.2 Teoria Cognitivista: Piaget e Bruner; 2.3 Sócio-historicismo: Vygotsky e a aprendizagem mediada; 2.4 Aprendizagem significativa: Ausubel e Novak; 2.5 Motivação, afetividade e subjetividade no processo de aprender. 2.6 O papel do professor: mediação, escuta e subjetividade; 2.7 Inclusão, diversidade e contextos de vulnerabilidade social; 2.8 Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica;

4 Bibliografia

Básica:

1. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
2. BOCK, A. M.B., FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: Uma introdução ao estudo das psicologias**. São Paulo: Saraiva, 2009
3. PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Complementar:

4. AUSUBEL, David P.; NOVAK, Joseph D.; HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional**. São Paulo: Pioneira, 1980.
5. MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
6. OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.
7. PAIN, Sara. **A escuta das dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1992.
8. VYGOTSKY, Lev S. *A* **formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamentos Socioantropológico

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das bases conceituais e históricas da Sociologia e da Antropologia como ciências sociais. Análise das relações entre cultura, sociedade e educação. Discussão sobre identidade, diversidade cultural, etnicidade, relações de poder e desigualdades sociais. Reflexão crítica sobre o papel da escola e do educador na construção de uma sociedade democrática, plural e inclusiva. Interfaces entre os saberes antropológicos e sociológicos no campo educacional
brasileiro.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Introdução às Ciências Sociais** 1.1 Sociologia e Antropologia: origens, métodos e campos de estudo; 1.2 Cultura, sociedade e socialização; 1.3 A relação entre indivíduo e sociedade. 1.4 Conceito de cultura e seus desdobramentos; 1.5 Etnocentrismo e relativismo cultural; 1.6 Identidade, etnicidade e multiculturalismo.
UNIDADE II	**Estrutura Social e Educação** 2.1 Classes sociais, desigualdade e mobilidade; 2.3 Relações de poder e dominação; 2.2 Gênero, raça e educação; 2.3 A escola como espaço de reprodução e transformação social; 2.4 A função social do educador; 2.5 A pedagogia crítica e a formação para a cidadania.

4 Bibliografia

Básica:

1. LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 25. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
2. GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
3. CANDAU, Vera Maria. **Educação e diversidade cultural.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Complementar:

4. FRIGOTTO, G. **A educação e a crise do capitalismo real.** 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2010. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
5. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
6. DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
7. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Pré-requisito: -

Componente Curricular Obrigatório: Sociologia da Educação

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Os fundamentos da Sociologia da Educação. A educação como fato social, processo social e reprodução de estruturas sociais. As Teorias Sociológicas e tendências ideológicas na educação. A produção das desigualdades sociais e a desigualdade de oportunidades educacionais. Conexões entre processos culturais e educação. Questões atuais que envolvem a relação educação e sociedade.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Teorias Clássicas da Sociologia** 1.1 Sociologia: origens, métodos e campos de estudo; 1.2 Sociedade, socialização e educação; 1.3 A relação entre indivíduo e sociedade. 1.4 Sociologia e Educação: abordagens teóricas atuais 1.5 Teoria Crítica em Educação (Escola de Frankfurt); 1.6 Teoria da Reprodução (Bourdieu); 1.7 Escola, Disciplina e Poder (Foucault).
UNIDADE II	**Temas livres em Sociologia da Educação** 2.1 Educação: Perspectiva Conservadora e Perspectiva Transformadora 2.2 Reprodução, Origem Social, Deficiências e Causas do Fracasso Escolar 2.3 Educação, tradição e emancipação

4 Bibliografia

Básica:
1. DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
2. TURA, Maria Lourdes Rangel (org.) **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Complementar:
3. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
4. CORCUFF, P. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001. FRIGOTTO, G. **Educação e crise no capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995
5. GENTILI, P.(Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.
6. NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**: Pierre Bourdieu.
7. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: História da Educação

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Introdução ao estudo da História da Educação Geral e História da Educação Brasileira com foco em compreender o movimento dialético entre educação, Estado e modo de produção capitalista. Estado, Sociedade, Educação e Economia Capitalista. Evolução histórica da educação. A educação nas sociedades primitivas. Educação na Antigüidade e na construção do Humanismo Clássico. A educação na Idade Média. Educação nos tempos modernos.
Educação na XVIII ao XXI e as reconfigurações históricas na educação.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Educação Educação da antiguidade clássica e da idade média** 1.1 A educação nas sociedades primitivas 1.2 Educação na Antigüidade; 1.3 A educação na Idade Média 1.4 Educação do século XVI ao XVIII e suas bases filosóficas 1.5 O Renascimento e educação 1.6 O iluminismo e a educação 1.7 As Revoluções industriais e educação
UNIDADE II	**Educação na perspectiva neoliberal** 2.1 O modo de produção capitalista e educação 2.2 As crises do capitalismo e o impacto na educação 2.3 O neoliberalismo e a educação; 2.4 A educação na pandemia da Covid 19.

4 Bibliografia

Básica:

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
2. MANACORDA, Mario Alighеiro. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo**: Cortez Editora, 2022.
3. SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Autores
4. Associados, 2008. Col. Memória da Educação.

Complementar:

5. FILHO, Armando Alves; JÚNIOR, José Alves, NETO, José Maia. **Pontos de História Amazônia**. v. II. Belém: Paka-Tatu, 2000.
6. PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
7. GHIRALDELI Jr, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.
8. SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Ver. São Paulo:** Cortez: Autores Associados, 2011.
9. VEIGA, Cynyhia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Metodologia Científica

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Conhecimento, ciência, pesquisa e método. Tipos de conhecimento e sua construção. Introdução à pesquisa científica. Utilização dos bancos de dados de pesquisa. Princípios éticos da pesquisa e o plágio. Normas técnicas para elaboração de trabalho acadêmico (fichamento, resenha, relatório, resumo). Normas técnicas de trabalhos científicos (resumo simples e expandido, artigo científico, monografia, dissertação e tese). Produção textual de um artigo científico com utilização dos bancos de dados. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Formatação de trabalho - ABNT NBR 14724. Citações em documentos - ABNT NBR 10520. Elaboração de Referência - ABNT NBR 6023.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Conhecimento, ciência, pesquisa e método.** 1.1 Tipos de conhecimento e sua construção; 1.2 Introdução à pesquisa científica; 1.3 Utilização dos bancos de dados de pesquisa; 1.4 Princípios éticos da pesquisa e o plágio. 1.5 Normas técnicas para elaboração de trabalho acadêmico (fichamento, resenha, relatório, resumo) 1.6 Normas técnicas de trabalho científicos (resumo simples e expandido, artigo científico, monografia dissertação e tese). 1.7 Produção textual de um artigo científico com utilização de bancos de dados
UNIDADE II	**Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).** 2.1 Formatação de trabalho - ABNT NBR 14724. 2.2 Citações em documentos - ABNT NBR 10520. 2.3 Elaboração de Referência - ABNT NBR 6023.

4 Bibliografia

Básica:

1. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
2. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Complementar:

3. ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 14724, NBR 6023, NBR 10520, NBR 6027, NBR 6028
4. PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013
5. SALOMON, David. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científic***o*. São Paulo: Atlas, 2016.
6. THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2000.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Pedagogia em Ambientes não Escolares

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das práticas pedagógicas em espaços educativos não escolares. Compreensão da atuação do pedagogo em contextos formais e não formais de educação. Identificação de ambientes não escolares como espaços de formação humana, cidadania e transformação social. Reflexão sobre as políticas públicas, os direitos sociais e os campos de intervenção pedagógica. Análise crítica dos desafios, possibilidades e competências do pedagogo em instituições como sistema prisional, hospitais, empresas, museus, movimentos sociais e outros.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Educação em Espaços Não Escolares** 1.1 Educação formal, não formal e informal: distinções e articulações; 1.2 Ambientes não escolares como espaços de aprendizagem e cidadania; 1.3 O papel do pedagogo fora da escola: possibilidades e limites. Pedagogia Social: fundamentos e práticas; 1.4 A ação pedagógica em ONGs, associações comunitárias, movimentos sociais e culturais; 1.5 Pedagogia hospitalar: fundamentos, práticas e desafios; 1.6 Pedagogia empresarial: educação corporativa, treinamentos e desenvolvimento humano.
UNIDADE II	**Projetos, Políticas e Práticas Educativas em Espaços Não Escolares** 2.1 Planejamento, gestão e avaliação de projetos educativos não escolares; 2.2 Relação entre políticas públicas e práticas pedagógicas não escolares; 2.3 Educação em museus, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória; 2.4 Mediação cultural e educativa em contextos comunitários.

4 Bibliografia

Básica:

1. AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública**: polêmicas de nosso tempo.
2. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2010. GADOTTI, Moacir. **Educação não formal e cidadania**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.
4. CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Pedagogia em espaços não escolares**. Goiânia: UFG, 2002.

Complementar:

5. CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Porto Alegre, Artes Médicas: 2000.
6. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Pedagogia social: arte do encontro.** São Paulo: Cortez, 2005.
7. SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 22. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
8. VEIGA-NETO, Alfredo. **Pedagogia e compromisso social.** Petrópolis: Vozes, 2000.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado I

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	3	60	50	20	30	-	-

2 Ementa

Introdução à prática do estágio supervisionado como componente curricular formativo. Estudo do campo educacional e das instituições escolares enquanto espaços de aprendizagem profissional. Observação sistemática do ambiente escolar, suas rotinas, sujeitos, relações e práticas pedagógicas. Análise crítica da organização do trabalho pedagógico e da cultura escolar. Reflexão sobre o papel do professor e da escola na sociedade contemporânea. Elaboração de registros, relatórios e planos de ação a partir das experiências vivenciadas no estágio.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos do Estágio Supervisionado em Educação** 1.1 A legislação do estágio supervisionado: LDB, DCNs e regulamentações institucionais; 1.2 O estágio como espaço de formação docente e articulação teoria-prática; 1.3 Ética e responsabilidade profissional no contexto do estágio; 1.4 A Escola como Campo de Investigação e Intervenção Pedagógica; 1.5 A instituição escolar: estrutura, gestão, cultura e práticas educativas; 1.6 Observação e registro: métodos e instrumentos de investigação qualitativa; 1.7 Relação escola-comunidade: diversidade, território e contexto social.
UNIDADE II	**Planejamento e observação e Análise das Práticas Educativas** 2.1 O cotidiano escolar: rotinas pedagógicas, currículo, planejamento e avaliação; 2.2 O papel do professor: mediação, diálogo e formação de valores; 2.3 Relações entre os sujeitos: estudantes, docentes, equipe gestora e famílias; 2.4 Elaboração de diário de campo, relatórios e portfólios reflexivos; 2.5 Construção de propostas de intervenção educativa; 2.6 Avaliação das experiências de estágio e planejamento dos estágios subsequentes.

4 Bibliografia

Básica:

1. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
2. PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
3. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

Complementar:

4. FREIRE, Paulo. P**edagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
5. TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002. GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.
6. ZABALA, Antoni. A **prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
7. NÓVOA, Antônio (org.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão I - Ambientação ao espaço escolar

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
1° Semestre	2	40	33	13,33	20	-	33

2 Ementa

Fundamentos da ambientação escolar e planejamento. Definição de Ambientação Escolar: conceito e importância. A escola como um espaço educativo: aspectos físicos, sociais e pedagógicos. Planejamento de intervenções e projetos sobre o ambiente escolar (Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; Formalização do projeto no Suap; Organização da proposta de atividade de extensão). Desenvolvimento de projetos para a ambientação escolar. Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa. Acompanhamento dos projetos desenvolvidos. Avaliação e conclusão do projeto. Avaliação dos resultados e ajustes para aprimoramento contínuo. Certificação dos participantes externos. Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista.
Encerramento do projeto no Suap.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da ambientação escolar e planejamento** 1.1 Definição de Ambientação Escolar: conceito e importância; 1.2 A escola como um espaço educativo: aspectos físicos, sociais e pedagógicos; 1.3 Planejamento de intervenções e projetos sobre o ambiente escolar (Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; Formalização do projeto no Suap; Organização da proposta de atividade de extensão) 1.4 Desenvolvimento de projetos para a ambientação escolar 1.5 Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa. 1.6 Acompanhamento dos projetos desenvolvidos.

UNIDADE II	**Avaliação e conclusão do projeto** 2.1 Avaliação dos resultados e ajustes para aprimoramento contínuo; 2.2 Certificação dos participantes externos; 2.3 Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista; 2.4 Encerramento do projeto no Suap.

4 Bibliografia

Básica:

1. IFAP. **Regulamentação da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** RESOLUÇÃO 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP.
2. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
3. SOUSA, B. A. de; MEDEIROS, V. M.; MEDEIROS, C. R. de A. (Org.). **Extensão:** conexão e diálogo. João Pessoa: IFPB, 2016.

Complementar:

4. BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.**
5. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a
6. inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.
7. MELLO, C. de M. et al. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/. Acesso em: 19 set. 2025.
8. MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). C**ontribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.
9. SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. **Rede rizoma:** movimento de extensão do IFPB. João Pessoa: IFPB, 2016.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Filosofia da Educação II

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
2° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das principais correntes filosóficas da modernidade à contemporaneidade e seus desdobramentos na educação. Análise crítica das concepções de sujeito, razão, experiência e emancipação que fundamentam as práticas educativas. Reflexão sobre a educação como formação ética, estética e política, articulando filosofia, pedagogia e cultura. Compreensão do pensamento educacional moderno e contemporâneo em diálogo com a realidade brasileira e latino-americana, valorizando a educação como prática de liberdade e transformação social.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**A modernidade e o nascimento da razão educativa** 1.1 Humanismo, Renascimento e Iluminismo: a formação do sujeito racional e autônomo; 1.2 Rousseau e a educação natural: o retorno à liberdade e à experiência; 1.3 Kant e a pedagogia da razão prática: a formação do sujeito moral e emancipado; 1.4 O projeto moderno de educação: racionalidade, ciência e progresso. 1.5 A crise da modernidade e a educação contemporânea 1.6 Nietzsche e a crítica aos valores modernos: criação, vontade de potência e formação estética; 1.1 Dewey e a educação pela experiência: democracia e pragmatismo educacional; 1.2 Adorno e Horkheimer: a educação crítica e a emancipação frente à indústria cultural; 1.3 Foucault: poder, saber e disciplina – a escola como dispositivo de normalização.
UNIDADE II	**Filosofia da educação no Brasil e perspectivas emancipatórias** 2.1 A filosofia da libertação e o pensamento latino-americano; 2.2 Paulo Freire: consciência crítica, palavra-mundo e *práxis* libertadora; 2.3 A educação como resistência, diálogo e transformação social; 2.4 Atualidade da filosofia da educação no Brasil: ética, diversidade e emancipação.

4 Bibliografia

Básica:

1. ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação.** Tradução de Wolfgang Leo Maar - São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995b.
2. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** - Porto: Afrontamento, 1975. KANT, I. **Sobre a pedagogia**. 1ª edição - São Paulo: Editora Vozes, 2021.

Complementar:

3. ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000. DEWEY, J. **Experiência e Educação**. São Paulo: Nacional, 1971.
4. GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.
5. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Louders Santos Machado. Vol.
6. XXIV. São Paulo, Abril Cultural, 1973. (Coleção **Os Pensadores**)
7. SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Psicologia da Educação II

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
2° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Discussão sobre a perspectiva psicológica na constituição do homem como ser social. Reflexões acerca da função da escola como espaço de formação de sujeitos sociais. Estudo dos fundamentos da psicanálise e suas possibilidades de aplicação na educação. Análise das teorias construtivistas de desenvolvimento e aprendizagem e suas possibilidades de aplicação na educação.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Psicologia e construção social** 1.1 O homem como ser social; 1.2 Desenvolvimento e aprendizagem social; 1.3 A escola como local de socialização; 1.4 Psicanálise e educação; 1.5 A teoria psicanalítica de Sigmund Freud; 1.6 O desenvolvimento socioafetivo e psicossocial; 1.7 Aplicações da psicanálise na educação.
UNIDADE II	**Desenvolvimento e aprendizagem** 2.1 A relação desenvolvimento e aprendizagem; 2.2 A epistemologia genética de Piaget e suas aplicações na educação; 2.3 O enfoque interacionista de Vygotsky e suas aplicações na educação;

4 Bibliografia

Básica:

1. CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
2. FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
3. GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos e aplicações à
4. prática pedagógica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Complementar:

5. CARRARA, Kester (org.). **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
6. DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. Tradução de Lenke Peres. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.
7. COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. **Psicologia da educação**: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagens humanos, voltados para a educação. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Lê, 1999.
8. LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas. 23. ed. São Paulo: Summus, 1992.
9. MACHADO, Adriana Marcondes; PROENÇA, Marilene (org.). **Psicologia escolar**: em busca
10. de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção psicologia e educação).

Pré-requisito: Psicologia da Educação I.

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Didática I

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
2° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo da Didática como campo de conhecimento em suas dimensões históricas, epistemológicas e pedagógicas. Análise das relações entre ensino e aprendizagem e suas múltiplas determinações no contexto da formação docente inicial e continuada. Abordagem das principais teorias educacionais e suas implicações didáticas: tradicional, humanista, comportamentalista, cognitivista e sócio-crítica, considerando seus contextos históricos, expoentes e repercussões no processo educativo. Discussão sobre concepções curriculares e modelos de intervenção didática, bem como das perspectivas teóricas que orientam a formação do educador. Organização do processo didático-pedagógico: elementos constitutivos da relação ensino-aprendizagem, planejamento, estratégias e mediações na prática docente.

3 Bases Científica e Tecnológica	
Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	**Fundamentos da Didática e Dimensões Históricas** 1.1 A Didática como campo de conhecimento: estatuto epistemológico, categorias básicas e ressignificações; 1.2 Dimensões históricas da Didática: evolução, rupturas e permanências; 1.3 Relações entre ensino e aprendizagem e suas múltiplas determinações; 1.4 A Didática na formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica; 1.5 Saberes da docência: concepções, construção e socialização; 1.6 Teorias educacionais e suas implicações Didáticas; 1.7 Teorias educacionais e a Didática: fundamentos, contextos históricos e principais expoentes; 1.8 Abordagens educacionais e didáticas: • Tradicional • Humanista • Comportamentalista • Cognitivista • Sócio-crítica/ Crítico-social dos conteúdos 1.9 Concepções curriculares e modelos de intervenção didática: pressupostos teóricos e práticos; 1.10 Perspectivas teóricas que orientam a formação do educador.
UNIDADE II	**Organização do Processo Didático-Pedagógico** 2.1 A relação ensino-aprendizagem: elementos constitutivos; 2.2 Organização e planejamento do trabalho pedagógico; 2.3 O processo didático-pedagógico e suas implicações na prática docente; 2.4 Mediações didáticas e estratégias de ensino-aprendizagem; 2.5 A articulação entre teoria e prática na ação docente.

4 Bibliografia

Básica:

1. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.
2. SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
3. ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
4.

Complementar:

5. PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.
6. PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
7. FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1998. HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, M. **A organização do currículo por projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
8. HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola
9. à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Pesquisa em Educação

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
2° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

A Pesquisa Científica como forma de contato com a realidade escolar. Sentido e significado da pesquisa para a prática profissional do professor. O paradigma científico dominante – características e limites. A crise de paradigmas na ciência e o paradigma emergente. Abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa em educação. Elementos basilares da Pesquisa Científica. Tipos de Pesquisa em Educação (Bibliográfica, documental, Estudo de Caso, Pesquisa-Ação, Etnográfica, Descritiva, Exploratória, Experimental). Técnicas e Instrumentos para coleta de dados na pesquisa em educação. Principais tipos de análise de dados. Introdução a projeto científico: estruturas e etapas. Planejamento do projeto de pesquisa. Produção de projeto científico: Introdução, Justificativa, problema, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências. Formas de apresentação pública de uma pesquisa.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**A Pesquisa Científica como forma de contato com a realidade escolar.** 1.1 Sentido e significado da pesquisa para a prática profissional do professor; 1.2 O paradigma científico dominante – características e limites; 1.3 A crise de paradigmas na ciência e o paradigma emergente; 1.4 Abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa em educação; **Elementos basilares da Pesquisa Científica** 1.5 Tipos de Pesquisa em Educação (Bibliográfica, documental, Estudo de Caso, Pesquisa-Ação, Etnográfica, Descritiva, Exploratória, Experimental); 1.6 Técnicas e Instrumentos para coleta de dados na pesquisa em educação. 1.7 Principais tipos de análise de dados
UNIDADE II	**Introdução a projeto científico: estruturas e etapas.** 2.1 Planejamento do projeto de pesquisa. 2.2 Produção de projeto científico: Introdução, Justificativa, problema, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma e referências. 2.3 Formas de apresentação pública de uma pesquisa.

4 Bibliografia

Básica:

1. ANDRÉ, M. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2005.
2. SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional**: quantidade e qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.
3. BOGDAN, Robert; BIKLEN, SaripKnopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma
4. introdução à teoria e aos métodos. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.

Complementar:

5. GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1990. LINHARES, Célia Frazão et al. **Ensinar e aprender:** sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
6. TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias:** acadêmica, da ciência e da pesquisa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
7. TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em
8. educação. São Paulo: Atlas, 2004.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: História da Educação Brasileira e da Amazônia

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de extensão (60 min)
2° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

História da Educação e suas relações com a formação social, política, econômica e cultural do Brasil e da Amazônia. Influências dos elementos sócio-históricos no processo educativo do Brasil Período colonial, jesuítico, pombalino, joanino, Imperial, 1° e 2ª República no Brasil e na Amazônia. A presença da educação indígena, ribeirinha e quilombola na formação social e cultural da Amazônia. O papel das missões religiosas e das frentes de colonização na constituição das práticas educativas amazônicas. História da educação na Amazônia século XX e XXI. Influências dos elementos Históricos no processo educativo do Brasil Estado Novo, Nova República, Regime Militar e no contexto da redemocratização do Brasil. Políticas desenvolvimentistas e reformas educacionais no espaço amazônico. A educação na Amazônia durante o Ciclo da Borracha e a relação com o processo de urbanização e industrialização tardia. Educação e Pesquisa na Amazônia. Expansão das Universidades e Institutos e Federais na Amazônia. Prática de pesquisa em História da Educação na Amazônia Amapaense. Uso de fontes orais e arquivos escolares locais como instrumentos de pesquisa.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**História da Educação e suas relações formação social, política, econômica e cultural do Brasil e da Amazônia** 1.1 Influências dos elementos sócio-históricos no processo educativo do Brasil Período colonial, jesuítico, pombalino, joanino, Imperial, 1° e 2ª República no Brasil e na Amazônia; 1.2 A presença da educação indígena, ribeirinha e quilombola na formação social e cultural da Amazônia; 1.3 O papel das missões religiosas e das frentes de colonização na constituição das práticas educativas amazônicas; 1.4 História da educação na Amazônia século XX e XXI; 1.5 Influências dos elementos Históricos no processo educativo do Brasil Estado Novo, Nova República, Regime Militar e no contexto da redemocratização do Brasil; 1.6 Políticas desenvolvimentistas e reformas educacionais no espaço amazônico; 1.7 A educação na Amazônia durante o Ciclo da Borracha e a relação com o processo de urbanização e industrialização tardia.
UNIDADE II	**Educação e Pesquisa na Amazônia** 2.1 Expansão das Universidades e Institutos Federais na Amazônia. 2.2 Prática de pesquisa em História da Educação na Amazônia Amapaense 2.3 Uso de fontes orais e arquivos escolares locais como instrumentos de pesquisa.

4 Bibliografia

Básica:

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
2. MANACORDA, Mario Aligheiro. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São
3. Paulo: Cortez Editora, 2022.
4. SAVIANI, Demerval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008. Col. Memória da Educação.

Complementar:

5. FILHO, Armando Alves; JÚNIOR, José Alves, NETO, José Maia. **Pontos de História Amazônia**. v. II. Belém: Paka-Tatu, 2000.
6. PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
7. GHIRALDELI Jr, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.
8. LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.
9. VEIGA, Cynyhia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima (Org.). **História e historiografia**
10. **da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada à Educação

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
2° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Informática na Educação; Noções de Educação à Distância; Processadores de Textos; Criação de Slides; e Planilhas Eletrônicas.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Informática na Educação** 1.1 A abordagem Instrucionista; 1.2 A abordagem Construcionista; 1.3 Histórico e Noções de educação à distância; 1.4 Os obstáculos da educação online; 1.5 Ambientes gerenciadores de cursos; 1.6 Atividades síncronas e assíncronas; 1.7 Processadores de Textos e Criação de Slides; 1.8 Introdução aos processadores de textos; 1.9 Criação e formatação de documentos; 1.10 Introdução à criação de slides.
UNIDADE II	**Planilhas Eletrônicas** 2.1 Introdução às planilhas eletrônicas; 2.2 Formatação de células: manipulando linhas e colunas; 2.3 Fórmulas; 2.4 Funções.

4 Bibliografia

Básica:

1. ALMEIDA, M. E. B. **Informática e formação de professores.** **Brasília**: SEAD Proinfo – MEC, 2000. Disponível em: https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002401.pdf.
2. PIVA JR., Dilermando et al. **EAD na prática**: planejamentos, métodos e ambientes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. THE DOCUMENT FOUNDATION. **Guia de introdução**: LibreOffice 24.8. São Paulo: The Document Foundation, 2025. Disponível em: https://books.libreoffice.org/pt-br/.

Complementar:

4. ALMEIDA, M. E. B. MORAN, J. M. (org.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: MEC-SEED, 2005.
5. OLIVEIRA, Déborah Ruchiga de; SANTOS, Paulo Roberto Pereira dos; PACHECO, Samuel Bueno; CUNHA, Vanildes Vieira da. **Informática na educação 2**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.
6. PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko (org.). **Educação a distância (EaD)**: reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
7. PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital**: a escola educativa. Tradução: Marisa Guedes. Revisão técnica: Bartira Costa Neves. Porto Alegre: Penso, 2015.
8. SIMÃO, Daniel Hayashida. **LibreOffice Calc 4.2***:* dominando as planilhas. 1. ed. São Paulo:
9. Viena, 2014. 205 p. ISBN 9788537103333.

Pré-requisito: -

Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão II - Escolas da Amazônia

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
2° Semestre	2	40	33	13,33	20	-	33

2 Ementa

Fundamentos da ambientação escolar e planejamento. Estudo e vivência das realidades educacionais da Amazônia em diálogo com escolas do campo, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Aspectos socioambientais, culturais, políticos e pedagógicos que permeiam a educação na região amazônica. Planejamento de intervenções e projetos extensionistas em parceria com comunidades escolares amazônicas, voltadas à valorização dos saberes locais, sustentabilidade, interculturalidade e promoção do direito à educação ou temas afins. (Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; Formalização do projeto no Suap. Organização da proposta de atividade de extensão). Desenvolvimento de projetos com ambientação em escolas do campo. Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa. Acompanhamento dos projetos desenvolvidos. Avaliação e conclusão do projeto. Avaliação dos resultados e ajustes para aprimoramento contínuo. Certificação dos participantes externos. Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista. Encerramento do projeto no Suap.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da ambientação escolar e planejamento** 1.1 Estudo e vivência das realidades educacionais da Amazônia em diálogo com escolas do campo, ribeirinhas, indígenas e quilombolas; 1.2 Aspectos socioambientais, culturais, políticos e pedagógicos que permeiam a educação na região amazônica; 1.3 Planejamento de intervenções e projetos extensionistas em parceria com comunidades escolares amazônicas, voltadas à valorização dos saberes locais, sustentabilidade, interculturalidade e promoção do direito à educação ou temas afins. (Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; 1.4 Formalização do projeto no Suap; Organização da proposta de atividade de extensão).
UNIDADE II	**Desenvolvimento de projetos com ambientação em escolas do campo** 2.1 Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa. 2.2 Acompanhamento dos projetos desenvolvidos; 2.3 Avaliação e conclusão do projeto; 2.4 Avaliação dos resultados e ajustes para aprimoramento contínuo; 2.5 Certificação dos participantes externos; 2.6 Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista; 2.7 Encerramento do projeto no Suap.

4 Bibliografia

Básica:

1. IFAP. **Regulamentação da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** RESOLUÇÃO 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP.
2. SOUSA, B. A. de; MEDEIROS, V. M.; MEDEIROS, C. R. de A. (Org.). **Extensão:** conexão e diálogo. João Pessoa: IFPB, 2016.
3. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Complementar:

4. BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.
5. CUNHA. Maria Isabel. **O bom professor e sua prática**. 24 ed. Campinas: Papirus, 2012. MELLO, C. de M. et al. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/. Acesso em: 19 set. 2025. FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). Políticas de Extensão e Curricularização da Extensão no Ensino Superior Brasileiro. 2012. Disponível em: http://www.renex.org.br/forproex. Acesso em: 27 ago. 2024.
6. SOUSA, B. A, MEDEIROS, V. M. **Rede rizoma:** movimento de extensão do IFPB. João Pessoa: IFPB, 2016.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Legislação e Políticas Públicas em Educação

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo da organização da educação brasileira e de seus fundamentos legais e políticos. Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, planos de educação, sistemas de ensino e regime de colaboração. Políticas públicas, financiamento, gestão democrática, avaliação, valorização dos profissionais da educação e garantia do direito à educação. Análise crítica da formulação, implementação e acompanhamento das políticas educacionais.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos do direito à educação e da política educacional** 1.1 Estado, sociedade e políticas públicas; 1.2 Constituição Federal de 1988 e organização da educação nacional; 1.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 1.4 Sistemas de ensino, competências federativas e regime de colaboração; 1.5 Planos Nacional, estaduais e municipais de educação.
UNIDADE II	**Gestão democrática e participação social** 2.1 Financiamento da educação básica e fundos públicos; 2.2 Avaliação e regulação educacional; 2.3 Valorização, formação e carreira dos profissionais da educação; 2.4 Políticas de inclusão, diversidade e equidade; 2.5 Análise e acompanhamento de programas e políticas educacionais.

4 Bibliografia

Básica:

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
2. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996.
3. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

Complementar:

1. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
2. CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições. Belo Horizonte: Mazza, 2014.
3. DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação:** política de Estado para a educação brasileira. Brasília, DF: INEP, 2016.
4. SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação. Campinas: Autores Associados, 2014.
5. VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição.** Brasília, DF: Plano, 2000.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Educação Especial e Educação Inclusiva. O percurso histórico: da segregação à inclusão. Dimensão sociocultural e política. Políticas de inclusão: implicações e contradições. Princípios e fundamentos para construção de uma escola inclusiva. Educar na Diversidade. Igualdade e diferenças na escola. A BNCC e a Educação Inclusiva. Formação de professores para a escola inclusiva: possibilidades e limitações. Adaptações curriculares: mudanças na organização pedagógica da escola. Práticas inclusivas de avaliação na sala de aula. Atendimento Educacional Especializado. Conceituação. Aspectos legais: Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96; Decreto nº 7.611/2011. Atendimento educacional especializado para alunos com Deficiência física. Deficiência visual. Deficiência auditiva. Deficiência intelectual. Deficiência Múltipla. Transtornos Globais do Desenvolvimento: Síndrome do Autismo, Asperger e Rett. Transtorno Desintegrativo da Infância (Psicose Infantil) Altas Habilidades/Superdotação. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Educação Especial e Educação Inclusiva** 1.6 O percurso histórico: da segregação à inclusão. 1.7 Dimensão sociocultural e política; 1.8 Políticas de inclusão: implicações e contradições; 1.9 Princípios e fundamentos para construção de uma escola inclusiva; 1.10 Educar na Diversidade; 1.11 Igualdade e diferenças na escola; 1.12 A BNCC e a Educação Inclusiva; 1.13 Formação de professores para a escola inclusiva: possibilidades e limitações; 1.14 Adaptações curriculares: mudanças na organização pedagógica da escola; 1.15 Práticas inclusivas de avaliação na sala de aula.
UNIDADE II	**Atendimento Educacional Especializado** 2.6 Conceituação; 2.7 Aspectos legais: Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96; Decreto nº 7.611/2011 2.8 Atendimento educacional especializado para alunos com: Deficiência física; Deficiência visual; Deficiência auditiva; Deficiência intelectual; Deficiência Múltipla; Transtornos Globais do Desenvolvimento: Síndrome do Autismo; Asperger e Rett; 2.9 Transtorno Desintegrativo da Infância (Psicose Infantil); 2.10 Altas Habilidades/Superdotação; 2.11 Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH.

4 Bibliografia

Básica:

4. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível: www.mec.org.br. Acesso em: 12/06/2006.
5. FERREIRA, Windz B. Inclusão x Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
6. FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (org.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Complementar:

7. ALMEIDA, Dulce Barros de. Formação de professores para a escola inclusiva. In: LISITA, Verbena M. S. S; PEIXOTO, Adão J. (org.). **Formação de professores**: políticas, concepções e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001.
8. BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (org.). **Um olhar sobre a diferença:** interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1998.
9. BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília, 1999.

10. Lei n. 10.436: que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.
11. Ministério de Educação e Cultura – Política Nacional de Educação Especial. Brasília, SEESP, 2008.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Didática II

Período	C.H Semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo da Didática voltado à gestão do ensino e à organização do trabalho pedagógico, abordando planejamento, projetos e planos de ensino, com ênfase em níveis, etapas e elementos constitutivos. Análise do saber escolar e da transposição didática, articulando conhecimento científico, saber escolar e a prática docente. Reflexão sobre mediações pedagógicas, uso das novas tecnologias, criatividade e inovação pedagógica, considerando a aula como espaço central do processo de ensino-aprendizagem.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Gestão do Ensino e Organização do Trabalho Pedagógico** 1.1 Didática e a questão da gestão do ensino; 1.2 O papel da gestão pedagógica no processo educativo; 1.3 Planejamento e organização do trabalho pedagógico; 1.4 Projetos e planos de ensino: níveis, etapas e elementos constitutivos; 1.5 A função social do planejamento na prática docente; 1.6 O Saber Escolar e a Transposição Didática; 1.7 O saber escolar e sua especificidade no contexto educativo; 1.8 Conceito e fundamentosda transposição didática; 1.9 Articulação entre conhecimento científico, saber escolar e prática pedagógica; 1.10 Repercussões da transposição didática na formação e aprendizagem dos estudantes.
UNIDADE II	**Mediações Pedagógicas, Criatividade e Inovação** 2.1 As novas tecnologias e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. 2.2 Mediação pedagógica em ambientes presenciais e digitais. 2.3 Criatividade e inovação pedagógica na prática docente. 2.4 A questão da aula e o processo de ensino: intencionalidade, estratégias e desafios contemporâneos.

4 Bibliografia

Básica:

1. MASSETTO, Marcos. **Didática**: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.
2. SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 22. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
3. ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

Complementar:

4. FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Didática e interdisciplinaridade.** Campinas: Papirus, 1998. HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, M. **A organização do currículo por projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
5. HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
6. SAINT-ONGE, Michel**. O ensino na escola**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999. PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes
7. Médicas Sul, 1999.

Pré-requisito: Didática I.

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Literatura Infanto-juvenil

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

A Literatura infanto-juvenil: origem, evolução e características. A Literatura infanto-juvenil brasileira: principais expoentes. O livro didático e a leitura para crianças. Múltiplas formas de expressão da literatura infanto-juvenil: o conto de fadas, a poesia, a narrativa, as fábulas, as histórias em quadrinhos e o teatro. Experiências e projetos de Literatura infanto-juvenil na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Literatura Infantojuvenil** 1.1 Origem e evolução da literatura para crianças e jovens. 1.2 Funções estética, formativa e social da literatura infantojuvenil. 1.3 A criança e o jovem como leitores: aspectos psicológicos e culturais. 1.4 A literatura como linguagem artística e instrumento de humanização. 1.5 Literatura Infantojuvenil Brasileira e suas Múltiplas Formas de Expressão 1.6 Principais autores e obras da literatura infantojuvenil brasileira. 1.7 Análise de gêneros: contos de fadas, fábulas, poesia, narrativa, HQs e teatro infantil. 1.8 A construção de personagens e enredos no universo infantil. 1.9 O livro didático e a leitura literária na escola: possibilidades e limites.
UNIDADE II	**Práticas Pedagógicas e Projetos de Leitura Literária** 2.1 Mediação de leitura e formação de leitores na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. 2.2 Planejamento de atividades e projetos de literatura infantojuvenil. 2.3 Estratégias de incentivo à leitura e ao uso do acervo literário escolar. 2.4 Literatura, ludicidade e interdisciplinaridade no contexto educacional.

4 Bibliografia

Básica:
CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1980. COELHO, Nelly Novaes. **Literatura:** arte, conhecimento e vida. São Paulo: Peirópolis, 2000. EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. **A escolarização da leitura literária:** o jogo do livro infantil e juvenil. 2 ed. Belo horizonte: Autentica, 2003.
Complementar
FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Literatura infanto-juvenil:** arte ou pedagogia moral. São Paulo: Cortez, 1982.
GÓES, Lucia Pimentel**. Introdução à Literatura infantil e juvenil.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Ática, 2002.
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira:** histórias e histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.
SOARES, M. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.
ZILBERMAN, Regina. **A Literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 2003.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamentos Teórico Metodológicos de Educação Infantil

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Diferentes concepções de Infância. Considerações sobre a Educação Infantil (creche e pré-escola). Objetivos, e contribuições teórico-filosóficas na educação infantil. Políticas de atendimento à infância. Abordagens sobre a criança em seus vários aspectos. O brinquedo e a brincadeira na infância. Desenvolvimento socioafetivo e socialização da criança. A Escola de Educação Infantil como Espaço de Socialização. O papel da família no processo de adaptação escolar da criança. O planejamento e avaliação na educação infantil.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Diferentes concepções de Infância** 1.1 Considerações sobre a Educação Infantil (creche e pré-escola); 1.2 Objetivos e contribuições teórico-filosóficas na educação infantil; 1.3 Políticas de atendimento à infância; 1.4 Abordagens sobre a criança em seus vários aspectos; 1.5 O brinquedo e a brincadeira na infância.
UNIDADE II	**Desenvolvimento socioafetivo e socialização da criança** 2.1 A Escola de Educação Infantil como Espaço de Socialização; 2.2 O papel da família no processo de adaptação escolar da criança; 2.3 O planejamento e avaliação na educação infantil.

4 Bibliografia

Básica:

1. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
2. OLIVEIRA, Zilma. M. R. et.al. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2010.
3. HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a
4. criança. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos Educação Infantil 3).

Complementar:

5. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular para a educação infantil: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. III. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular para a educação infantil: conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. III.
6. ROSEMBERG, F. **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Cortez, 1996. ROCHA, Eloisa A. C. KRAMER, Sonia (Org.). **Educação Infantil**: enfoque no diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2011.
7. ROSSETTI-FERREIRA, M.C. et. al. **Os fazeres na Educação Infantil**. 12. ed. São Paulo:
8. Cortez, 2011.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Psicogênese da Leitura e Escrita

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo dos processos de aquisição e desenvolvimento da leitura e da escrita, à luz das teorias da psicogênese proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Análise das etapas de construção do conhecimento da língua escrita pela criança. Implicações pedagógicas da psicogênese da escrita para a prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental. Reflexão sobre concepções de alfabetização e letramento e sua relação com o desenvolvimento cognitivo da criança.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Psicogênese da Leitura e Escrita** 1.1 Concepções históricas de alfabetização e letramento; 1.2 As contribuições da teoria piagetiana aos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky para a compreensão da aprendizagem da leitura e escrita; 1.3 A criança como sujeito ativo na construção do conhecimento linguístico. 1.4 As Hipóteses de Escrita e o Processo de Alfabetização; 1.5 Análise das etapas psicogenéticas: pré-silábica, silábica, silábico- alfabética e alfabética; 1.6 Observação e registro de produções infantis na aprendizagem da escrita. A mediação do professor nos diferentes níveis de escrita. 1.7 Estratégias didáticas coerentes com as fases de desenvolvimento da linguagem escrita.
UNIDADE II	**Implicações Pedagógicas e Perspectivas Contemporâneas** 2.1 Articulação entre psicogênese, alfabetização e letramento; 2.2 O papel da escola na formação do leitor e do produtor de textos; 2.3 A prática docente reflexiva e o diagnóstico pedagógico na alfabetização. 2.4 Perspectivas atuais para o ensino da leitura e escrita na BNCC e no PNA (Plano Nacional de Alfabetização)

4 Bibliografia

Básica:

1. FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
2. SOARES, Magda. **Letramento: Um Tema em Três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
3. MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência Fonológica e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2019

Complementar:

4. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2011.
5. KLEIMAN, Ângela B. **Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola.**
6. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
7. TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a Escrever em uma Cultura Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
8. MORAIS, José. **A Arte de Ler: O Cérebro e o Dom da Leitura**. São Paulo: UNESP, 2016

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular obrigatório: Planejamento Educacional

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Pressupostos históricos e epistemológicos do Planejamento Educacional. Contexto histórico do planejamento educacional no Brasil. O Movimento Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros da Educação. As reformas da educação brasileira e seus reflexos no Planejamento Educacional. Histórico do planejamento participativo no Brasil. Planejamento participativo na escola. Fundamentos do Planejamento Educacional Características do planejamento educacional. Planejamento como processo político, administrativo e técnico. Níveis do planejamento educacional. Processos e Instrumentos de Planejamento na Educação. Plano Estadual de Educação (PEE). Plano Municipal de Educação (PME). Plano de Aula. Plano de Ensino. Projeto Pedagógico de Curso. Plano de Desenvolvimento Institucional. Projeto Político Pedagógico (PPP).

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Pressupostos históricos e epistemológicos do Planejamento Educacional** 1.1 Contexto histórico do planejamento educacional no Brasil; 1.2 O Movimento Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros da Educação; 1.3 As reformas da educação brasileira e seus reflexos no Planejamento Educacional; 1.4 Histórico do planejamento participativo no Brasil; 1.5 Planejamento participativo na escola; 1.6 Fundamentos do Planejamento Educacional; 1.7 Características do planejamento educacional; 1.8 Planejamento como processo político, administrativo e técnico; 1.9 Níveis do planejamento educacional.

UNIDADE II	**Processos e Instrumentos de Planejamento na Educação** 2.1 Plano Estadual de Educação (PEE); 2.2 Plano Municipal de Educação (PME); 2.3 Projeto Pedagógico de Curso; 2.4 Plano de Desenvolvimento Institucional; 2.5 Projeto Político Pedagógico (PPP); 2.6 Plano de Ensino; 2.7 Plano de Ação/ Intervenção; 2.8 Plano de Aula.

4 Bibliografia

Básica:

1. KUENZER, Acácia et al. **Planejamento e educação no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7ª ed. São Paulo: 2008.
2. VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico:** uma construção possível. 2ª. ed. Campinas- SP: Papirus, 1996.

Complementar:

3. GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
4. SHIROMA, E. O.et.all. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
5. PADILHA, Paulo R. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001 (Guia da Escola Cidadã; vol. 7).
6. VEIGA, Ilma P. A(org). **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.
7. VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico:** uma construção possível. 2ª . ed. Campinas-
8. SP: Papirus, 1996.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão III- Ambientes Não Escolares

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
3° Semestre	2	40	33	13,33	20	-	33

2 Ementa

Estudo e vivência de práticas educativas em ambientes não escolares, considerando os espaços formais e informais de aprendizagem, como museus, ONGs, hospitais, centros comunitários, empresas e espaços culturais. Análise das dimensões sociais, culturais e educativas desses contextos e do papel do pedagogo na promoção da cidadania, inclusão e transformação social. Planejamento, execução e avaliação de ações de extensão voltadas ao desenvolvimento humano e à formação integral dos sujeitos.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Educação em Ambientes Não Escolares: Fundamentos e Conceitos** 1.1 Educação formal, não formal e informal: distinções e complementaridades; 1.2 Ambientes não escolares como espaços educativos; 1.3 A função social da educação em contextos comunitários e institucionais; 1.4 O pedagogo e os novos campos de atuação profissional; 1.5 Ações Educativas em Espaços Não Escolares; 1.6 Diagnóstico e mapeamento de espaços educativos alternativos no território; 1.7 Planejamento de ações de extensão voltadas à cidadania e inclusão social.
UNIDADE II	**Práticas de Extensão e Intervenção Educativa** 2.1 Parcerias interinstitucionais e práticas colaborativas; 2.2 Princípios éticos e metodológicos da atuação extensionista; 2.3 Elaboração, execução e avaliação de projetos de extensão; 2.4 Metodologias participativas e problematizadoras; 2.5 Reflexão crítica sobre as experiências vivenciadas em campo; 2.6 Socialização dos resultados e impactos formativos da extensão universitária.

4 Bibliografia

Básica:

1. FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
2. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** São Paulo: Cortez, 2017.
3. HADDAD, Sérgio (org.). **Educação não formal e o educador social.** São Paulo: Cortez, 2019.

Complementar:

4. ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre:** imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2013. BRANDÃO, Carlos Rodrigues**. O que é Educação Popular.** 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.
5. CANÁRIO, Rui. **A Escola e a Educação Não Escolar.** Lisboa: Educa, 2005.
6. SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.
TASSARA, Eda T. de Oliveira et al. **Extensão Universitária**: práticas e fundamentos. São Paulo: Cortez, 2012.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Currículo e Educação

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Breve histórico das teorias e concepções curriculares: tradicionais, críticas e pós-críticas. Características do planejamento escolar e curricular. Organização do currículo escolar: Currículo Prescrito (Formal), Currículo Real (em ação), Currículo Oculto (implícito). Currículo e Poder. Formas de organização do currículo (Modular, Alternância e Multissérie). Currículo por competências: debates contemporâneos no campo do currículo e da avaliação. Currículo e avaliação na perspectiva da BNCC e LDBEN. As políticas curriculares. Currículo e avaliação na perspectiva no Referencial Curricular Amapaense (RCA). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Currículo multicultural.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Breve histórico das teorias e concepções curriculares: tradicionais, críticas e pós críticas** 1.1 Características do planejamento escolar e curricular; 1.2 Organização do currículo escolar: Currículo Prescrito (Formal), Currículo Real em ação), Currículo Oculto (implícito); 1.3 Currículo e Poder; 1.4 Formas de organização do currículo (Modular, Alternância e Multissérie); 1.5 Avaliação e currículo escolar e suas implicações pedagógicas no ensino e na prática docente; 1.6 Currículo por competências: debates contemporâneos no campo do currículo e da avaliação.
UNIDADE II	**As políticas curriculares** 2.1 Currículo e avaliação na perspectiva da BNCC e LDBEN; 2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; 2.3 Currículo e avaliação na perspectiva no Referencial Curricular Amapaense (RCA); 2.4 Currículo multicultural; 2.5 Currículo intercultural.

4 Bibliografia

Básica:

1. SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
2. ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.
3. PEREIRA, Maria. Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. **Globalização, Interculturalidade e Currículo na cena escolar.** Campinas: Alínea, 2009.

Complementar:

4. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M**. A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
5. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.
6. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo:** Políticas e práticas. 13 ed. Campinas: Papirus, 2013.
7. SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
8. SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade, conteúdo,
9. método no processo pedagógico. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Avaliação Educacional

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Concepções e Práticas de Avaliação da Aprendizagem. Pressupostos históricos, filosóficos e pedagógicos da avaliação da aprendizagem. Concepções teóricas e metodológicas da avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação e modalidades avaliativas: Diagnóstica, Formativa e Somativa. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas no ensino e na prática docente. A prática da avaliação no contexto educacional: instrumentos e critérios para a construção do conhecimento. Avaliação e mecanismos escolares: recuperação, reprovação, repetência e evasão. A avaliação e a construção do conhecimento. A avaliação no contexto da LDB 9394/96. As políticas de avaliação internas e externas na Educação Básica e superior: SAEB, ENEM, IDEB e ENADE.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Concepções e Práticas de Avaliação da Aprendizagem.** 1.1 Pressupostos históricos, filosóficos e pedagógicos da avaliação da aprendizagem; 1.2 Concepções teóricas e metodológicas da avaliação da aprendizagem; 1.3 Funções da avaliação e modalidades avaliativas: Diagnóstica, Formativa e Somativa; 1.4 Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas no ensino e na prática docente; 1.5 A prática da avaliação no contexto educacional: instrumentos e critérios para a construção do conhecimento; 1.6 Avaliação e mecanismos escolares: recuperação, reprovação, repetência e evasão; 1.7 A avaliação e a construção do conhecimento; 1.8 A avaliação no contexto da LDB 9394/96.
UNIDADE II	**As políticas de avaliação interna e externa na Educação Básica e superior.** 2.1 SAEB 2.2 ENEM 2.3 IDEB 2.4 ENADE. 2.5 SISPAEAP – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Amapá.

4 Bibliografia

Básica:

1. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação, concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2005.
2. HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora:** uma prática na construção da pré-escola à universidade. PortoAlegre: Educação e Realidade, 2001.
3. LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.

Complementar:

4. DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. Campinas: Autores Associados, 2002.
5. ESTEBAN, Maria Teresa. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez. 2003.
6. HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
7. LUCKESI, Carlos Cipriano. **Planejamento e Avaliação da Aprendizagem Escolar:** Estudos e Proposições. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
8. RABELO, Edemar Henrique. **Avaliação:** novos tempos, novas práticas. Petrópolis: Vozes. 2004.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Proposta Curricular de Educação Infantil

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e do Referencial Curricular Amapaense para a Educação Infantil (RCA, 2019) como fundamentos orientadores das práticas pedagógicas. Análise crítica dos princípios, direitos de aprendizagem e campos de experiência que estruturam o currículo da Educação Infantil. A organização do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 5 anos: planejamento, avaliação e documentação pedagógica. A ludicidade, as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da ação docente. Reflexões sobre o papel do professor, a gestão do currículo e as práticas contextualizadas na realidade amazônica e Amapaense.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Diretrizes da Educação Infantil** 1.1 Princípios, objetivos e fundamentos legais da Educação Infantil. 1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009): princípios éticos, políticos e estéticos; 1.3 Concepções de criança, infância, educação e currículo; 1.4 A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral; 1.5 A BNCC e a Organização Curricular da Educação Infantil; 1.6 Estrutura e fundamentos da BNCC (2018) para a Educação Infantil; 1.7 Direitos de aprendizagem e desenvolvimento; 1.8 Campos de experiência: princípios, objetivos e práticas integradoras; 1.9 Planejamento pedagógico, avaliação e documentação na BNCC.
UNIDADE II	**O Referencial Curricular Amapaense e as Práticas Pedagógicas Contextualizadas** 2.1 Referencial Curricular Amapaense para a Educação Infantil (2019): especificidades regionais e culturais; 2.2 Currículo e territorialidade: a criança amazônica e as práticas pedagógicas significativas; 2.3 Planejamento de experiências e projetos que valorizem saberes locais e diversidade cultural; 2.4 O papel do professor como mediador do conhecimento e gestor do currículo na Educação Infantil.

4 Bibliografia

Básica:

1. AMAPÁ. **Secretaria de Estado da Educação.** Referencial Curricular Amapaense para a Educação Infantil. Macapá: SEED/AP, 2019.
2. BRASIL. **Ministério da Educação.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.
3. BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2018.

Complementar:

4. ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org.). **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?** Campinas: Alínea, 2007.
5. BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2008.
6. CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à educação.**
7. São Paulo: Cortez, 2009.
8. KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
9. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico- Metodológico de Alfabetização

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Abordagens sobre o analfabetismo no contexto da Educação Brasileira e os processos de alfabetização e letramento. Métodos de alfabetização. Contribuições de pesquisadores interacionistas como Lev Vygotsky, Jean Piaget, Emília Ferreiro, Paulo Freire, Celso Antunes e outros. Níveis de evolução da escrita: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Contextos da Alfabetização no Brasil** 1.1 Analfabetismo e suas implicações sociais, culturais e educacionais; 1.2 Histórico e políticas públicas de alfabetização no Brasil; 1.3 Concepções de alfabetização e letramento: diferenças, relações e complementaridade; 1.4 A importância do letramento na formação cidadã e na prática pedagógica; 1.5 Teorias e Métodos de Alfabetização; 1.6 Métodos tradicionais e métodos construtivistas de alfabetização; 1.7 As contribuições teóricas de Vygotsky, Piaget, Emília Ferreiro, Paulo Freire e Celso Antunes; 1.8 A alfabetização sob a perspectiva interacionista: aprendizagem como construção do conhecimento; 1.9 O papel da mediação pedagógica e das práticas significativas de leitura e escrita.

UNIDADE II	**Processos de Escrita e Práticas Pedagógicas** 2.1 Níveis de evolução da escrita: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético; 2.2 Planejamento e avaliação de práticas alfabetizadoras; 2.3 O uso de jogos, dinâmicas e atividades lúdicas na alfabetização; 2.4 Estratégias de intervenção e acompanhamento das dificuldades de aprendizagem.

4 Bibliografia

Básica:

1. ANTUNES, Celso. **Alfabetização emocional**. São Paulo: Terra, 1996.
2. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1993. Com todas as letras. São Paulo: Cortez, 1993.
3. MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

Complementar:

4. ANTUNES, Celso. **Manual de técnicas de dinâmicas de grupo, ludo-pedagógicas e de sensibilização.**19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
5. CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2007. OLIVEIRA, Maria Helena Cozzolino de. et al. **Didática da linguagem**: como ensinar, como aprender. São Paulo: Saraiva, 1985.
6. SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
7. MILITÃO, Albigenor e Rose. **Dinâmica de grupo**. Rio de Janeiro: DUNYA, 1999.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico- Metodológico do Ensino de Arte

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Estudo dos fundamentos históricos, filosóficos, socioculturais e pedagógicos do ensino da Arte na Educação Básica. Reflexão sobre as principais abordagens teórico-metodológicas do ensino da Arte no Brasil, com ênfase na formação do pedagogo como mediador da experiência estética e do desenvolvimento criativo. Discussão das contribuições da Arte para a formação integral do sujeito através exploração, de experiências e projetos de ensino de Artes. Análise crítica dos documentos oficiais que norteiam o ensino da Arte (LDB, PCNs, BNCC). Estudo das linguagens artísticas (artes visuais, música, teatro e dança) e suas possibilidades de integração no currículo escolar. Planejamento e elaboração de práticas pedagógicas em Arte, considerando metodologias ativas, recursos tecnológicos e contextos multiculturais.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos do ensino de Arte: concepções históricas, filosóficas e socioculturais** 1.1 A Arte na Educação Básica: da educação tradicional às propostas contemporâneas; 1.2 Documentos oficiais: LDB, PCNs, BNCC e suas orientações para o ensino de Arte; 1.3 Teorias e metodologias; 1.4 Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa e outros referenciais.
UNIDADE II	**Arte, infância e desenvolvimento humano**: **criatividade, expressão e imaginação.** 2.1 Linguagens artísticas no contexto escolar: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança 2.2 Metodologias ativas e práticas pedagógicas em Arte: projetos interdisciplinares, uso de tecnologias digitais, jogos e experimentações.

	2.3 Arte e diversidade cultural: educação inclusiva, multiculturalismo e cultura popular.

4 Bibliografia

Básica:

1. BARBOSA, A. M., org. **Arte-Educação**: leitura no subsolo. São Paulo, Cortez Editora, 1997.
   FERRAZ, M & FUSARI, M. H. **A arte na Educação Escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.
2. FERREIRA, S., org. **O Ensino das Artes** – construindo caminhos. Campinas: Papirus Editora, 2004.

Complementar:

3. OSTETTO, L. e LEITE, M.I. **Arte, Infância e Formação de Professores**. Campinas: Papirus Editora, 2004.
4. PAREYSON, L. **Os Problemas da Estética**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.
5. PERONDI, J. D. et al. **Processo de Alfabetização e Desenvolvimento do Grafismo Infantil**. Caxias do Sul: EDUSC, 2001.
6. SILVA, S. **A Constituição Social do Desenho da Criança**. Campinas: Mercado de Letras Ed., 2002.
7. VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes Ed, 2000.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Corporeidade e Ludicidade na Educação Infantil e Anos Iniciais

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

O brincar para as crianças. Ludicidade e educação. Conceitos, funções e diferenças entre jogo, brinquedo e brincadeira. Brinquedos, brincadeiras e jogos infantis ao longo da história. Jogos eletrônicos. A brinquedoteca como espaço lúdico de educação e lazer. Músicas infantis e movimento. Estudo e vivência de práticas corporais nas suas diferentes manifestações e dimensões. O recreio dirigido como prática pedagógica e educativa.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Corporeidade e da Ludicidade na Educação** 1.1 Corporeidade, ludicidade e aprendizagem na infância. 1.2 O corpo como expressão, comunicação e linguagem; 1.3 O brincar como dimensão essencial do desenvolvimento humano; 1.4 Perspectivas teóricas sobre o jogo e a ludicidade: Piaget, Vygotsky, Wallon e Kishimoto; 1.5 Funções educativas e sociais do brincar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais; 1.6 Brinquedos, Jogos e Brincadeiras na Formação Infantil; 1.7 Conceitos e distinções entre jogo, brinquedo e brincadeira; 1.8 Brinquedos e brincadeiras tradicionais, regionais e contemporâneos; 1.9 A história social das brincadeiras e dos jogos infantis.

UNIDADE II	**Corporeidade, Movimento e Práticas Pedagógicas Lúdicas** 2.1 Jogos eletrônicos e suas implicações educacionais e culturais. 2.2 A brinquedoteca como espaço de aprendizagem, imaginação e convivência. 2.3 O movimento corporal na infância: expressão, ritmo e musicalidade. 2.4 Músicas, danças e jogos corporais na prática docente. 2.5 O recreio dirigido como proposta pedagógica e educativa. 2.6 Planejamento e mediação de atividades corporais e lúdicas na escola. 2.7 A ludicidade como princípio metodológico na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.

4 Bibliografia

Básica:

1. BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Tradução: Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
2. FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil:** observação, reflexão e planejamento. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012.
3. KISHIMOTO, Tizuco M. (Org.). **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2002.

Complementar:

4. ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
5. CATUNDA, Ricardo. **Brincar**. Criar, vivenciar na escolar. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. CURTIS, Sandra R. **A alegria do movimento na Pré-Escola**. Tradução: Laura Crespo Rangel. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
6. GONZAVEZ RODRIGUEZ, Catalina. **Educação Física Infantil**: motricidade de 1 a 6 anos. Tradução: Roberto Júnior; 3. ed. São Paulo: Phone, 2008.
7. SANTIN, Silvio. **Educação corporal**: fundamentos filosóficos da motricidade humana. 6. ed.
8. Ijuí: Unijuí, 2014.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado II - Ambiente não Escolares

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	3	60	50	20	30	-	-

2 Ementa

Vivência e análise de práticas educativas desenvolvidas em ambientes não escolares, como organizações não governamentais, hospitais, museus, centros comunitários, empresas, espaços culturais e projetos sociais. Estudo e reflexão sobre a função social e educativa desses contextos, bem como o papel do pedagogo como mediador de processos formativos voltados à cidadania, à inclusão e à transformação social. Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de ações pedagógicas em espaços educativos ampliados, articulando teoria e prática.
Elaboração de relatórios e socialização das experiências de estágio como instrumentos de formação docente e de intervenção social.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Concepções de Educação Não Escolar** 1.1 Conceitos e tipologias de espaços educativos: formais, não formais e informais; 1.2 Fundamentos teóricos e legais da educação não escolar no Brasil; 1.3 O papel social do pedagogo em espaços educativos diversos; 1.4 A extensão e o estágio como práticas formativas; 1.5 Instituições, projetos e políticas públicas voltadas à educação não escolar; 1.6 Planejamento e Intervenção Pedagógica em Ambientes Não Escolares; 1.7 Diagnóstico e reconhecimento dos contextos de atuação: ONGs, museus, hospitais, centros comunitários, empresas e projetos sociais; 1.8 Planejamento de ações pedagógicas e educativas voltadas à cidadania, cultura e inclusão social; 1.9 Mediação, comunicação e metodologias participativas em contextos não escolares; 1.10 Ética, responsabilidade social e compromisso político do educador em espaços educativos ampliados.
UNIDADE II	**Ação, Avaliação e Sistematização das Experiências de Estágio** 2.1 Desenvolvimento e acompanhamento das atividades de estágio supervisionado. 2.2 Elaboração de relatórios, registros e reflexões sobre a prática educativa. 2.3 Avaliação de processos e resultados das ações pedagógicas. 2.4 Socialização de experiências e integração entre teoria e prática 2.5 Formação docente e identidade profissional do pedagogo em múltiplos contextos.

4 Bibliografia

Básica:

1. GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 6. ed. São Paulo:
2. Cortez, 2005.
3. GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2019.
4. LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos:** para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Complementar:

5. ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
6. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.
CAVALCANTI, Lana de Souza. **Educação não formal**: espaços e práticas de formação. Campinas: Papirus, 2012.
7. FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
8. TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão IV– Práticas Inclusivas

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
4° Semestre	2	40	33	13,33	20	-	-

2 Ementa

Estudo e aplicação de práticas inclusivas no contexto educacional, com ênfase na diversidade, nos direitos humanos e na educação especial. Análise das políticas públicas de inclusão e da legislação vigente. Reflexão sobre práticas inovadoras e colaborativas que favoreçam a permanência e o sucesso de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Estudo das políticas públicas e fundamentos teóricos da educação inclusiva. Discussão sobre acessibilidade, diversidade e equidade no espaço escolar. Análise crítica de práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional, com ênfase em estratégias de ensino, recursos didáticos e tecnologias assistivas. Desenvolvimento de projetos e experiências voltadas à inclusão, promovendo o respeito às diferenças e o direito à aprendizagem significativa.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Legislação da Inclusão Escolar** 1.1 Histórico da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo; 1.2 Princípios de equidade, diversidade e acessibilidade; 1.3 Marcos legais: LDB, PNE, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; 1.4 Estratégias e Recursos Inclusivos Práticas pedagógicas diferenciadas e adaptações curriculares.
UNIDADE II	**Experiências e Intervenções Pedagógicas** 2.1 Tecnologias assistivas, materiais adaptados e metodologias ativas; 2.2 Papel do professor, do AEE (Atendimento Educacional Especializado). 2.3 Projetos e práticas extensionistas de inclusão; 2.4 Avaliação inclusiva e flexibilização de instrumentos avaliativos; 2.5 Relatos de experiências e análise de casos.

4 Bibliografia

Básica:

1. BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.
2. LACERDA, Lucelmo. **Educação inclusiva: o que todo professor precisa saber.** São Paulo: Contexto, 2017.
3. MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Complementar:

4. CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
5. CONCEIÇÃO, C. A. da. **Educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2023.
6. GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Rio de Janeiro: Wak, 2013.
7. SILUK, A. C. P. **Educação inclusiva e formação de professores**. Santa Maria: UFSM, 2014.
8. UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do ODS 4**. Brasília: UNESCO, 2016.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Libras

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

A história da educação dos surdos. A história da educação de surdos no mundo e no Brasil; e língua, identidade e cultura surda. Abordagens educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Legislação para surdos e Libras, e o papel do tradutor intérprete de libras em sala de aula. Linguística da Libras: fonética, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Aprendizagem de Libras. Aprendizado de sinais básicos e específicos da formação: alfabeto manual, números, cumprimentos, calendário, advérbios, família, animais, alimentos, meios de transporte e comunicação, adjetivos e verbos. Uso do corpo e do espaço. Tipo de frases em libras, expressão facial e corporal. Classificadores em libras. Variedades regionais e variantes sociais em libras. Conversação em Libras. Tecnologia Assistiva para a educação de surdos. Aquisição da segunda língua para surdos: letramento e alfabetização em língua portuguesa, leitura e escrita. Formação de professores para a educação de surdos, aspectos históricos, pedagógicos e políticos, teoria e prática no ensino de libras.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**A história da educação dos surdos.** 1.1 A história da educação de surdos no mundo e no Brasil; e língua, identidade e cultura surda; 1.2 Abordagens educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo; 1.3 Legislação para surdos e Libras, e o papel do tradutor intérprete de libras em sala de aula; 1.4 Linguística da Libras: fonética, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática; 1.5 Aprendizagem de Libras; 1.6 Aprendizado de sinais básicos e específicos da formação: alfabeto manual, números, cumprimentos, calendário, advérbios, família, animais, alimentos, meios de transporte e comunicação, adjetivos e verbos; 1.7 Uso do corpo e do espaço.
UNIDADE II	**Conversação em Libras** 2.1 Tipo de frases em libras, expressão facial e corporal; 2.2 Classificadores em libras; 2.3 Variedades regionais e variantes sociais em libras; 2.4 Tecnologia Assistiva para a educação de surdos; 2.5 Aquisição da segunda língua para surdos: letramento e alfabetização em língua portuguesa, leitura e escrita; 2.6 Formação de professores para a educação de surdos, aspectos históricos, pedagógicos e políticos, teoria e prática no ensino de libras.

4 Bibliografia

Básica:

1. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira, Vol. I: Sinais de A a L e vol.II sinais de M a Z**. São Paulo: Edusp, 2001.
2. GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 5.ed. São Paulo: Plexus, 2002.
3. QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Complementar:

4. ALBRES, Neiva de Aquino. **Ensino de Libras:** aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.
5. BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta curricular para ensino de português escrito como segunda língua para surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno Introdutório DIPEBS/SEMESP. Brasília, DF: MEC, 2008.
6. GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; GIROTO,Claudia Regina Mosca (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** Marília: Oficina Universitária; São

Paulo: Cultura acadêmica, 2012.
7. QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:**
8. estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
9. SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** uma jornada pelo mundo dos surdos. 4. ed. São Paulo: Companhia de bolso. 2010.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de Geografia

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Concepções de Geografia escolar e sua evolução histórica. Relações entre espaço, lugar, território, paisagem e região no processo de ensino-aprendizagem. Princípios e práticas pedagógicas para a construção do conhecimento geográfico na escola. O papel da cartografia escolar, dos recursos didáticos e tecnológicos.
Interdisciplinaridade, cidadania e educação ambiental no ensino de Geografia.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Geografia** 1.1 Origem e evolução da ciência geográfica: principais pensadores, correntes e paradigmas; 1.2 A Geografia escolar: da descrição do espaço à construção do pensamento espacial crítico; 1.3 Epistemologia da Geografia e sua relação com o ensino nos anos iniciais; 1.4 Os conceitos basilares da Geografia: O espaço geográfico como categoria central; Paisagem como retrato da produção do espaço; Região; Território e Lugar; 1.5 Os princípios fundamentais da Geografia: Conexidade, Extensão, Causalidade, Atividade, Analogia, Ordem, Diferenciação e Localização; 1.6 A Escala Geográfica: As múltiplas dimensões dos fenômenos naturais e humanos, e do espaço geográfico. 1.7 Princípios da Cartografia: Elementos do mapa; projeções cartográficas: orientação e localização; escala cartográfica; 1.8 A cartografia escolar: leitura, interpretação e produção de mapas; 1.9 Tecnologias digitais aplicadas ao ensino de Geografia (mapas digitais, SIGs educativos, geotecnologias acessíveis); 1.10 Fundamentos da Geografia Física: Estrutura da Terra; Rochas e Minerais; Tipos de relevo; Atmosfera e Clima; Hidrografia e Ciclo da Água; Biomas e Ecossistemas.

UNIDADE II	**Concepções teórico-metodológicas, práticas pedagógicas e recursos didáticos no ensino de Geografia** 2.1 Fundamentos da Geografia Humana: População; Campo; Indústria; Cidades; Transporte; Diversidade Cultural; 2.2 Uso de TICs no processo de ensino-aprendizagem na Geografia (plataformas online, jogos digitais, sites institucionais, aplicativos etc.); 2.3 O uso de recursos lúdicos (jogos, experimentotecas, aulas práticas fora da sala de aula) no ensino de Geografia; 2.4 Geografia, interdisciplinaridade e cidadania; 2.5 Geografia e Educação Ambiental: questões socioambientais na sala de aula; 2.6 A dimensão cidadã no ensino da Geografia: direitos, deveres e consciência socioespacial; 2.7 A Geografia e a interdisciplinaridade no currículo da Educação Básica; 2.8 Projetos de ensino-aprendizagem em Geografia: práticas investigativas e interativas.

4 Bibliografia

Básica:

1. CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Geografia na sala de aula**. Editora Contexto, 2024.
2. SOUZA CAVALCANTI de, Lana. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Papirus Editora, 2016.
3. SELBACH, Simone et al. **Geografia e Didática**. Editora Vozes, 2014.

Complementar:

4. ANTUNES, Celso. **Sala de Aula de Geografia e História (a)**. Papirus Editora, 2001. CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. Coleção Ideias em Ação. 2010.
5. CASTELLAR, Sonia Vanzella. **Geografia Escolar: contextualizando a sala de aula**. Editora CRV, 2023.
6. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Ensino da geografia: caminhos e encantos**. EdiPUCRS, 2007.
7. VESENTINI, José William. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. JW, 2021.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de História

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Compreensão crítica dos fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de História. Planejamento, mediação e avaliação dos processos de aprendizagem histórica na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à formação de cidadãos conscientes e críticos. Compreensão da evolução do ensino de História no Brasil e suas relações com os projetos de sociedade. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de História. Superação das abordagens tradicionais (como a "história cronológica e factual") que ainda permeiam a prática escolar. Conceitos históricos fundamentais como tempo, fonte, sujeito histórico, trabalho, cultura e memória. metodologias e recursos didáticos (fontes históricas, literatura, música, imagens, tecnologia) para o ensino de História. Desenvolvimento de estratégias para trabalhar a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e social na perspectiva histórica. Elaboração de planos de aula e sequências didáticas que promovam o pensamento histórico crítico nos alunos.

3 Bases Científica e Tecnológica	
Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	**Fundamentos do Ensino de História** 1.1 A História como disciplina escolar: trajetória e funções sociais: papel do ensino de História na formação da cidadania e da consciência histórica. 1.2 A evolução do ensino de História no Brasil: do período colonial à BNCC. 1.3 Análise crítica dos PCNs e da BNCC para a História nos Anos Iniciais. 1.4 O ensino de História, a Lei 10.639/03 (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana) e a Lei 11.645/08 (História e Cultura Indígena). 1.5 História local e regional: conectando o global e o local. 1.6 Conceitos Históricos Fundamentais para a Prática Docente 1.7 Tempo Histórico: cronologia, duração, simultaneidade e ritmos diferentes do tempo. 1.8 Sujeito Histórico: quem faz a história? Indivíduos, grupos sociais, classes, minorias. 1.9 Fontes Históricas: documento, monumento, vestígio. A crítica e a interpretação de diferentes fontes (escritas, orais, iconográficas, materiais). 1.10 Memória e História: a relação entre lembrança, esquecimento e a construção da narrativa histórica. 1.11 Cultura, Trabalho e Poder: conceitos-chave para a análise das sociedades.
UNIDADE II	**Metodologias e Abordagens para o Ensino de História** 2.1 Da história narrada à história problematizadora: superando a aula expositiva tradicional e incentivando a prática investigativa (o aluno como pesquisador) 2.2 Metodologias ativas: aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida. 2.3 O uso de literatura infantil, música, cinema e jogos no ensino de História. 2.4 Análise e uso do livro didático de forma crítica. 2.5 O trabalho com imagens (pinturas, fotografias, charges); com Fontes orais (a história de vida e a história local); com Museus, arquivos e patrimônio cultural como espaços de aprendizagem.

4 Bibliografia

Básica:

1. BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.
2. KARNAL, Leandro (Org.). **História na Sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2014.
3. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2009.

Complementar:

4. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. MEC, 2018.
5. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
6. CAIMI, Flávia Eloisa. O Livro Didático de História e as Possibilidades de Consciência Histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). **Apreensão do Tempo e Consciência Histórica**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.
7. FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.
8. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de Língua Portuguesa

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Fundamentos históricos, filosóficos, linguísticos e pedagógicos do ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Concepções de linguagem, letramento e alfabetização. Relação entre oralidade, leitura e produção escrita. Gêneros textuais e práticas discursivas no processo de ensino-aprendizagem. Abordagens teórico-metodológicas para o ensino da língua materna. Planejamento, seleção e uso de materiais didáticos e literários.
Avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos teóricos e conceituais do ensino da língua** 1.1 Concepções de linguagem: estruturalista, interacionista e sociointeracionista; 1.2 Alfabetização e letramento: diferenças, inter-relações e implicações pedagógicas; 1.3 Multiletramentos e letramento digital: desafios para o ensino da língua na contemporaneidade; 1.4 A BNCC e as competências específicas de Língua Portuguesa para os anos iniciais.
	Processos de ensino e aprendizagem da língua portuguesa 1.5 Oralidade: práticas sociais e estratégias didáticas. 1.6 O ensino da leitura: compreensão, interpretação e análise crítica de textos. 1.7 Produção textual: gêneros discursivos, coesão, coerência e reescrita. 1.8 Literatura infantil como prática de letramento literário. 1.9 O papel dos materiais didáticos e das tecnologias no ensino da língua.
UNIDADE II	**Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa** 2.1 Planejamento de práticas pedagógicas em Língua Portuguesa: objetivos, conteúdos, metodologias. 2.2 Sequências didáticas e projetos de letramento. 2.3 Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa. 2.4 Perspectivas inclusivas no ensino da Língua Portuguesa: diversidade linguística e respeito às variações. 2.5 O papel do professor-pesquisador na construção de práticas inovadoras.

4 Bibliografia

Básica:

1. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
2. KLEIMAN, Ângela B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.**
3. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
4. SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

Complementar:

5. ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2019.
6. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1997. GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2018.
7. MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2019.
8. TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Pré-requisito: -

1 Identificação							
Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de Ciências							
Período	**C.H Semanal**	**C.H hora-aula (50 min)**	**C.H hora-aula (60 min)**	**C.H Teórica (60 min)**	**C.H Prática (60 min)**	**C.H EaD (60 min)**	**C.H Práticas de Extensão (60 min)**
5° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Análise dos pressupostos epistemológicos, históricos e sociológicos da Ciência e suas implicações para o ensino. Estudo das principais tendências pedagógicas no ensino de Ciências e da Alfabetização Científica como finalidade educativa. Planejamento, aplicação e avaliação de estratégias didáticas inovadoras, como experimentação, sequências didáticas, ensino por projetos e abordagem CTS, para a promoção de uma aprendizagem significativa.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos Epistemológicos e Tendências no Ensino de Ciências** 1.1 Natureza da Ciência e a construção do conhecimento científico. 1.2 Breve histórico e funções sociais do ensino de Ciências no Brasil. 1.3 Análise das principais tendências: Abordagem Tradicional, Tecnicista, Construtivista e a perspectiva CTS/CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente). 1.4 O movimento de Alfabetização Científica e Tecnológica. 1.5 Estratégias e Recursos Metodológicos para a Alfabetização Científica 1.6 A experimentação no ensino de Ciências: das demonstrações às atividades investigativas. 1.7 Metodologia de resolução de problemas e ensino por projetos. 1.8 Elaboração e análise de Sequências Didáticas e Situações de Estudo. 1.9 O uso de modelos, simulações, tecnologias digitais e outros recursos didáticos.
UNIDADE II	**Planejamento e Prática Docente no Ensino de Ciências** 2.1 Articulação entre teoria e prática: do planejamento à ação em sala de aula. 2.2 Elementos constitutivos do planejamento (objetivos, conteúdos, metodologias) e sua relação com a avaliação. 2.3 A avaliação como processo contínuo, diagnóstico e formativo. 2.4 Análise crítica de materiais didáticos (livros, kits experimentais, recursos audiovisuais) e curriculares.

4 Bibliografia

Básica:

1. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). **Ensino de Ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
2. CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica**: questões e desafios para a educação. 5. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
3. KRASILCHIK, Myriam. **Prática de ensino de biologia**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

Complementar:

4. AUSUBEL, David P.; NOVAK, Joseph D.; HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
5. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências:** fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
6. SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Alfabetização científica**: uma revisão bibliográfica. Investigações em Ensino de Ciências, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011. SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MORTIMER, Eduardo Fleury (Org.). Abordagens de pesquisa em ensino de Ciências: sobre a metodologia semiótica na sala de aula. In: _____. **Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência-Tecnologia- Sociedade)** no contexto da educação brasileira. Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências, v. 2, n. 2, 2000.
7. ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de Matemática

Período	C.H Semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Estudo dos fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e pedagógicos do ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Concepções de Matemática e de seu ensino-aprendizagem. Tendências metodológicas para o ensino da Matemática. Relação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. Planejamento, seleção e utilização de recursos didáticos, jogos, tecnologias e materiais concretos no ensino da Matemática.
Avaliação da aprendizagem em Matemática.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos Teóricos e Epistemológicos.** 1.1 Análise das concepções históricas e teóricas da Educação Matemática; 1.2 Estudo das principais teorias de aprendizagem (Piaget, Vygotsky, Vergnaud) e sua aplicação na construção do conhecimento matemático; 1.3 Introdução à neurociência do aprendizado, com foco em como o cérebro processa e armazena o conhecimento; 1.4 O papel da matemática na sociedade, na cultura e no desenvolvimento do raciocínio lógico na infância; 1.5 Estratégias de ensino focadas na resolução de problemas; 1.6 Abordagem didática dos conteúdos matemáticos essenciais para a educação infantil e anos iniciais, incluindo o conceito de número, o Sistema de Numeração Decimal e os sistemas de medidas.

UNIDADE II	**Planejamento, Avaliação e Inclusão** 2.1 Uso de jogos, materiais concretos e recursos tecnológicos como ferramentas didáticas. 2.2 Análise da Etnomatemática como princípio pedagógico para contextualização do ensino. 2.3 Estudo das diretrizes curriculares nacionais, com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2.4 Elaboração de planos de aula e sequências didáticas. 2.5 Discussão sobre os diferentes tipos de avaliação no ensino de matemática. 2.6 Reflexão sobre a inclusão e o atendimento à diversidade na sala de aula.

4 Bibliografia

Básica:

1. D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática-elo entre as tradições e a modernidade**. São Paulo: Autêntica, 2007.
2. PIAZZI, Pierluigi. **Aprendendo Inteligência:** Manual de Instruções do Cérebro para Estudantes em Geral. São Paulo: Aleph, 2011.
3. SMOLE, Kátia Siqueira; DINIZ, Maria Ignez (Org.). **O professor e a matemática na primeira infância.** São Paulo: Penso, 2013.

Complementar:

4. DANTE, Luiz Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 2005. (Foca em um dos principais pilares da ementa).
5. KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. **O jogo de matemática na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1991. (Livro clássico que discute o papel do jogo no desenvolvimento do pensamento matemático).
6. BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). **Educação matemática**. São Paulo: Centauro, 2001. (Oferece uma visão ampla e teórica sobre o campo da Educação Matemática).
7. LOPES, Maria Celi de Carvalho. **A criança e o número**. São Paulo: Cortez, 2006. (Excelente para trabalhar a construção do conceito de número com os alunos).
8. POLYA, George. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1995.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado III – Educação Infantil

Período	C.H Semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora- aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	6	120	100	40	60	-	-

2 Ementa

O lugar do estágio na formação docente. Iniciação profissional orientada e supervisionada de acadêmicos em unidades educacionais de Educação Infantil, com foco em creches. O lugar do estágio na formação docente. Análise Crítico-Reflexiva da Prática Docente. O campo como espaço de produção de saberes e fazeres. A Inserção no Campo de Estágio. Observação, acompanhamento, participação orientada e registro em atividades docentes. Interações e metodologias pedagógicas empregadas no contexto da creche. Investigação sobre os processos de ensino e aprendizagem. O cuidado e o desenvolvimento integral de bebês e crianças pequenas. Elaboração e implementação de um Projeto de Intervenção Pedagógica. Intervenção

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**O Papel do Estágio na Formação Docente para a Educação Infantil** 1.1 O lugar do estágio na formação docente; 1.2 Iniciação profissional orientada e supervisionada de acadêmicos em unidades educacionais de Educação Infantil, com foco em creches; 1.3 Análise Crítico-Reflexiva da Prática Docente; 1.4 O campo como espaço de produção de saberes e fazeres; 1.5 Observação, acompanhamento, participação orientada e registro em atividades docentes; 1.6 Interações e metodologias pedagógicas empregadas no contexto da creche.
UNIDADE II	**Investigação sobre os processos de ensino e aprendizagem**. 2.1 O cuidado e o desenvolvimento integral de bebês e crianças pequenas; 2.2 Elaboração e implementação de um Projeto de Intervenção Pedagógica; 2.3 Intervenção.

4 Bibliografia

Básica:

1. BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola:** o que é e como se faz.. 13. Loyola. 2003 PIMENTA, S. LIMA, M. **Estágio e Docência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
2. OLIVEIRA, Zilma de M. R. de (org.). **A Criança e Seu Desenvolvimento**: perspectivas para
3. se discutir educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Complementar:

4. AROEIRA, K. P. Estágio supervisionado e possibilidades para a formação com vínculos colaborativos entre a universidade e a escola. In: ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Estágios supervisionados na formação docente.** São Paulo: Cortez, 2014.
5. KRAMER, S. **Profissionais de Educação Infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.
6. OLIVEIRA, Zilma de M. R. de (org.). **A Criança e Seu Desenvolvimento:** perspectivas para se discutir educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
7. PIMENTA, S. LIMA, M. **Estágio e Docência.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.
8. PIMENTA, S. **O Estágio na Formação de Professores:** Unidade Teoria e Prática? 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Práticas de Extensão V - Creche e Pré-escola

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
5° Semestre	3	60	50	20	30	-	50

2 Ementa

Vivência e análise de práticas pedagógicas na Educação Infantil, com ênfase nos contextos de creche e pré-escola. Estudo das especificidades do desenvolvimento infantil e das interações que ocorrem nesses espaços. Planejamento, execução e avaliação de atividades educativas articuladas aos campos de experiências da BNCC (2018) e ao Referencial Curricular Amapaense (2019), considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). Ações extensionistas voltadas à integração entre teoria e prática, à promoção de experiências significativas e à valorização da criança como sujeito histórico, social e cultural.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Políticas da Educação Infantil** 1.1 Princípios legais e pedagógicos da Educação Infantil: DCNEI, BNCC e Referencial Curricular Amapaense; 1.2 Concepções de infância, criança e desenvolvimento infantil; 1.3 A creche e a pré-escola como espaços de cuidado, educação e socialização; 1.4 Organização dos tempos, espaços e materiais na Educação Infantil; 1.5 Campos de experiências e direitos de aprendizagem; 1.6 A ludicidade e as interações como eixos estruturantes das práticas educativas; 1.7 Planejamento e mediação docente nos diferentes grupos etários.
UNIDADE II	2.1 **Extensão, Reflexão e Intervenção Pedagógica** 2.2 A extensão universitária como prática formativa e transformadora. 2.3 Elaboração e execução de projetos de intervenção pedagógica em contextos de Educação Infantil. 2.4 Observação, registro e avaliação das práticas. 2.5 Relato reflexivo e socialização das experiências extensionistas.

4 Bibliografia

Básica:

1. CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEB, 2009.
2. KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
3. OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

Complementar:

4. AMAPÁ. **Referencial Curricular Amapaense: Educação Infantil.** Macapá: SEED/AP, 2019.
5. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.
6. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.
7. RCNEI – **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF,
8. 1998.
9. SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.). **O brincar na educação infantil**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Sistema Braille e suas Tecnologias

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Sistema Braille: contexto histórico. A origem do Sistema Braille. O Sistema Braille no Brasil e sua relação na educação. Legislação de acessibilidade. A importância das relações interpessoais das pessoas com deficiência visual no âmbito educacional. Dispositivos utilizados para a escrita e impressão em Braille: reglete, punção, máquina de datilografia Braille e impressora Braille. Aspectos metodológicos para o ensino do Sistema Braille como apoio pedagógico docente. O Sistema Braille. O Sistema Braille: alfabeto, letras acentuadas, sinais auxiliares da escrita, maiúscula, caixa alta, grifo, sinal de número e pontuação. Transcrição do sistema comum para o Braille e vice-versa: palavras, frases e pequenos textos; parágrafo, centralização de títulos; leitura de textos. Normas técnicas do código Braille.
Simbologia Matemática: numerais indo-arábicos, romanos e ordinais; representação das operações fundamentais; representação de figuras geométricas; representação de datas. Braille e suas tecnologias. Tecnologia na educação do aluno com deficiência visual. Utilização da Grafia Braille para a Informática. Noções de maquetes táteis e recursos pedagógicos táteis.
Dinâmica de orientação e mobilidade. Noções de audiodescrição.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Sistema Braille: contexto histórico** 1.1 A origem do Sistema Braille; 1.2 O Sistema Braille no Brasil e sua relação na educação; 1.3 Legislação de acessibilidade; 1.4 A importância das relações interpessoais das pessoas com deficiência visual no âmbito educacional; 1.5 Dispositivos utilizados para a escrita e impressão em Braille: reglete, punção, máquina de datilografia Braille e impressora Braille; 1.6 Aspectos metodológicos para o ensino do Sistema Braille como apoio pedagógico docente. O Sistema Braille: alfabeto, letras acentuadas, sinais auxiliares da escrita, maiúscula, caixa alta, grifo, sinal de número e pontuação; 1.7 Transcrição do sistema comum para o Braille e vice-versa: palavras, frases e pequenos textos; parágrafo, centralização de títulos; leitura de textos;
UNIDADE II	**Normas técnicas do código Braille** 2.1 Simbologia Matemática: numerais indo-arábicos, romanos e ordinais; representação das operações fundamentais; representação de figuras geométricas; representação de datas. 2.2 Tecnologia na educação do aluno com deficiência visual; 2.3 Utilização da Grafia Braille para a Informática; 2.4 Noções de maquetes táteis e recursos pedagógicos táteis; 2.5 Dinâmica de orientação e mobilidade; 2.6 Noções de audiodescrição.

4 Bibliografia

Básica:

1. MACHADO, Rosane do Carmo; MERINO, Eugenio Andrés Díaz. **Descomplicando a escrita Braille**: considerações a respeito da deficiência visual. Curitiba: Juruá, 2009.
2. MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Bonsucesso: Nau, 2010.
3. MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Complementar:

4. AMORIM, Célia Maria de; NASSIF, Maria Christina; ALVES, Maria Glicélia. **Escola e deficiência visual:** como auxiliar o seu filho. São Paulo: Dorina Nowill, 2009.
5. FERREIRA, Elise de Melo Borba. **Sistema Braille:** Simbologia aplicada à língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/ibc/pt- br/centrais-deconteudos/publicacoes/revista-cientifica-2014-benjamin- constant/copy_of_livros/materiais-didaticos-1/simbologia-braille_2019_public.pdf. Acesso em: 18 set 2025.
6. GEPA. **Manual de adaptação de textos para o Sistema Braille.** Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de- conteudos/publicacoes/revista-

cientifica-2014-benjamin-constant/copy_of_livros/materiais-didaticos-1/manual_de_adaptao_de_textos_para_o_sistema_braille.pdf. Acesso em: 18 set. 2025 MIRANDA, Theresinha Guimarães.
7. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
8. RAIÇA, Darcy (Org.). **Tecnologias para a Educação Inclusiva.** São Paulo: Avercamp, 2008.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação Profissional e Tecnológica

Período	C.H Semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das bases conceituais, legais e pedagógicas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Reflexão sobre os fundamentos históricos, filosóficos e políticos da EPT e suas interfaces com a educação básica e o mundo do trabalho. A formação integrada e o papel social da escola técnica e do Instituto Federal. As relações entre ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Abordagem das práticas educativas voltadas à formação humana integral, emancipatória e crítica.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos Históricos e Legais da EPT** 1.1 Evolução histórica da Educação Profissional no Brasil. 1.2 Marcos legais: LDB, Decreto nº 5.154/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2021 e documentos orientadores. 1.3 A EPT e as políticas públicas de formação para o trabalho. 1.4 O papel dos Institutos Federais e das redes estaduais na consolidação da EPT. 1.5 Concepções de trabalho e suas implicações na educação. 1.6 A integração entre ciência, tecnologia e cultura na formação humana.
UNIDADE II	**Educação e Formação Integral** 2.1 Currículo integrado e interdisciplinaridade na EPT; 2.2 Desafios da formação docente para a atuação na Educação Profissional; 2.3 A EPT como espaço de inclusão, cidadania e transformação social; 2.4 Práticas pedagógicas e metodologias no contexto da EPT; 2.5 Relações entre teoria e prática: projetos, estágios e vivências profissionais; 2.6 Reflexões sobre a função social e emancipatória da educação tecnológica.

4 Bibliografia

Básica:

1. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
2. CIAVATTA, Maria. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Campinas: Autores Associados, 2009.
3. KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação profissional: desafios para a construção de um projeto democrático.** São Paulo: Cortez, 2005.

Complementar:

4. ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e trabalho: bases para a educação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

5. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
6. BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2021.
7. BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília: MEC/Setec, 2023.
8. SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamento Teórico-Metodológico de Jovens e Adultos

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Histórico da Educação de Jovens e Adultos. Perfil e características dos sujeitos da EJA. Princípios e os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. A EJA na contemporaneidade a partir dos temas de educação ambiental, tecnologias e mundo do trabalho. O fenômeno da juvenilização na EJA. Políticas e marcos legais da EJA. Políticas públicas e legislação que regulamenta a EJA. A EJA na Educação Profissional e o PROEJA. Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: fundamentos teóricos e metodológicos. A pedagogia da Andragogia: práticas e estratégias para ajudar adultos no processo de aprendizagem. Aspectos teórico-metodológicos na EJA. A especificidade do trabalho pedagógico com Jovens e Adultos. Relação entre as propostas curriculares e as práticas educativas para a EJA. Planejamento e Avaliação na EJA. Elaboração e análise de material didático adequado para a aprendizagem de jovens e adultos.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** 1.1 Histórico da Educação de Jovens e Adultos; 1.2 Perfil e características dos sujeitos da EJA; 1.3 Princípios e os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos; 1.4 A EJA na contemporaneidade a partir dos temas de educação ambiental, tecnologias e mundo do trabalho; 1.5 O fenômeno da juvenilização na EJA; 1.6 Políticas públicas e legislação que regulamenta a EJA; 1.7 A EJA na Educação Profissional e o PROEJA; 1.8 Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: fundamentos teóricos e metodológicos; 1.9 A pedagogia da Andragogia: práticas e estratégias para ajudar adultos no processo de aprendizagem.
UNIDADE II	**Aspectos teórico-metodológicos na EJA;** 2.1 A especificidade do trabalho pedagógico com Jovens e Adultos. 2.2 Relação entre as propostas curriculares e as práticas educativas para a EJA; 2.3 Planejamento e Avaliação na EJA; 2.4 Elaboração e análise de material didático adequado para a aprendizagem de jovens e adultos.

4 Bibliografia

Básica:

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2013. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 73.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
2. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2018.

Complementar:

3. ARROYO, Miguel Arroyo. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**: Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.
4. BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
5. BARCELOS, Valdo. **Avaliação na Educação de Jovens e Adultos:** uma proposta solidária e cooperativa. Petrópolis: Vozes, 2014.
6. CARREIRA, Denise et al. **A EJA em Xeque:** Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2014.
7. SOUSA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Prática Pedagógica no Ens. Fund. Anos Iniciais e EJA nos Anos Iniciais do Fundamental

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Estudo e vivência das práticas pedagógicas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Planejamento, mediação e avaliação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos escolares. Reflexão crítica sobre o papel social da escola, o currículo, as metodologias ativas e a avaliação da aprendizagem. Relações entre alfabetização, letramento, diversidade cultural e inclusão. Análise das especificidades da EJA e dos sujeitos jovens e adultos, suas trajetórias escolares e experiências de vida. Elaboração de planos de aula, projetos e relatórios de práticas integradas ao cotidiano escolar.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Prática Pedagógica no Ensino Fundamental** 1.1 Concepções de ensino, aprendizagem e currículo nos Anos Iniciais. 1.2 Organização do trabalho pedagógico: planejamento, metodologias e avaliação. 1.3 O papel do professor e a formação da identidade docente. 1.4 Interdisciplinaridade e integração de saberes escolares. 1.5 Processos de alfabetização e letramento nos Anos Iniciais. 1.6 Práticas de leitura, escrita e oralidade no cotidiano escolar
UNIDADE II	**Prática Pedagógica na EJA** 2.1 Abordagens didáticas e metodologias participativas. 2.2 A diversidade cultural e a inclusão como princípios da prática 2.3 pedagógica 2.4 Fundamentos históricos, legais e pedagógicos da EJA. 2.5 Características dos sujeitos da EJA: trajetórias, saberes e experiências. 2.6 Metodologias e práticas de ensino para jovens e adultos. 2.7 Avaliação e reconstrução das práticas educativas na EJA.

4 Bibliografia

Básica:

1. ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
3. GADOTTI, Moacir. ROMÂO, José E. (Org). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Complementar:

4. ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.
5. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**
6. Brasília: MEC, 2000.
7. HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artmed, 2001. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
8. SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Organização do Trabalho Pedagógico

Período	C.H Semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo das concepções, dimensões e princípios que orientam a organização do trabalho pedagógico na escola. O planejamento, a gestão e a avaliação como instrumentos de mediação e construção coletiva do projeto educativo. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) como expressão da identidade institucional e espaço de gestão democrática. Reflexão sobre a função social da escola, a divisão e integração das tarefas pedagógicas, o trabalho docente e a coordenação pedagógica. As práticas de organização curricular e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no contexto escolar.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Concepções do Trabalho Pedagógico** 1.1 A escola como organização social e espaço de formação humana; 1.2 Concepções de trabalho pedagógico e suas dimensões (política, administrativa e didático-pedagógica); 1.3 A função social e política da escola pública; 1.4 O papel do professor e da equipe pedagógica na organização do trabalho escolar; 1.5 Planejamento educacional: níveis, tipos e funções; 1.6 O Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração e implementação; 1.7 Gestão democrática, participação e colegialidade; 1.8 Avaliação institucional e práticas de acompanhamento pedagógico.
UNIDADE II	**Organização Curricular e Práticas Pedagógicas** 2.1 Organização curricular e interdisciplinaridade. 2.2 Relação entre currículo, avaliação e planejamento. 2.3 O trabalho coletivo e a integração entre ensino, pesquisa e extensão. 2.4 Desafios contemporâneos da organização do trabalho pedagógico nas escolas

4 Bibliografia

Básica:

1. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2020.
2. LUCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
3. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

Complementar:

4. ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
5. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996.** Brasília: MEC, 1996.
6. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2011.
7. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
8. PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado IV - Anos iniciais do Ensino Fundamental

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	6	120	100	40	60	-	-

2 Ementa

Vivência, observação, regência e análise de práticas pedagógicas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, execução e avaliação de atividades de ensino e aprendizagem em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Reflexão crítica sobre os desafios da docência, o papel do professor e o trabalho coletivo na escola. Desenvolvimento de planos de aula e projetos interdisciplinares voltados à formação integral do aluno.
Elaboração de relatórios reflexivos e sistematização das experiências pedagógicas, articulando teoria e prática na construção da identidade docente.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Planejamento do Estágio** 1.1 Fundamentos legais e pedagógicos do estágio supervisionado; 1.2 O papel do estágio na formação docente; 1.3 Observação e diagnóstico do contexto escolar e da turma; 1.4 Planejamento de atividades pedagógicas alinhadas à BNCC e ao Projeto Político-Pedagógico da escola; 1.5 Desenvolvimento e execução de planos de aula e projetos de ensino; 1.6 Estratégias metodológicas para os componentes curriculares dos Anos Iniciais.
UNIDADE II	**Avaliação, Sistematização e Socialização das Experiências** 2.1 Avaliação da aprendizagem e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. 2.2 Práticas de ensino voltadas à diversidade, inclusão e interdisciplinaridade. 2.3 Análise crítica das práticas vivenciadas durante o estágio. 2.4 Elaboração de relatórios e portfólios reflexivos. 2.5 Socialização das experiências pedagógicas em seminários de estágio. 2.6 A construção da identidade profissional docente e os desafios contemporâneos da prática educativa.

4 Bibliografia

Básica:

1. CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 24 ed. Campinas: Papirus, 2012.
2. PICONEZ, Stella C. B (Org). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24 ed. Campinas: Papirus, 2012.
3. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

Complementar:

4. FREITAS. Helena C. L de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e**
5. **nos estágios.9 ed.** Campinas: Papirus, 2012.
6. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa**.** 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
7. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
8. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2014.
9. ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão VI - Educação Profissional e Tecnológica

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
6° Semestre	3	60	50	20	30	-	50

2 Ementa

Estudo e vivência de práticas extensionistas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Compreensão das políticas públicas, legislações e diretrizes que orientam a EPT no Brasil. Discussão sobre o papel social da educação profissional na formação humana integral e na promoção da cidadania e do trabalho como princípio educativo. Planejamento, execução e avaliação de ações de extensão junto a instituições e comunidades, visando à integração entre ensino, pesquisa e extensão no campo da EPT.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica** 1.1 Histórico da EPT no Brasil; 1.2 Concepções de trabalho, educação e politecnia; 1.3 Marcos legais e documentos orientadores (LDB/1996, PNE, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos); 1.4 O papel do pedagogo na EPT e as interfaces com a educação básica e Superior; 1.5 Políticas públicas e programas de educação profissional; 1.6 Formação integral e o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática; 1.7 Metodologias e práticas inovadoras na EPT; 1.8 Educação profissional como estratégia de inclusão e desenvolvimento social.
UNIDADE II	**Extensão e Intervenção na Educação Profissional e Tecnológica** 1.1 Diagnóstico de demandas locais e regionais para a EPT. 1.2 Planejamento e execução de projetos extensionistas em espaços da educação profissional. 1.3 Intervenção pedagógica e mediação formativa. 1.4 Avaliação das ações de extensão e socialização dos resultados.

4 Bibliografia

Básica:

1. CIAVATTA, Maria. **Formação Integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. São Paulo: Cortez, 2014.
2. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.
3. SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Campinas: Autores Associados, 2017.

Complementar:

4. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006. KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio e Educação Profissional**: a reforma do ensino técnico. São Paulo: Cortez, 2017.
5. CIAVATTA, Maria. **Formação Integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e
6. identidade. São Paulo: Cortez, 2014.
7. MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e Trabalho**: desafios da educação profissional. Campinas: Papirus, 2011.
8. RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional e Tecnológica**: origens, concepções e desafios. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: TCC I

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	40	10	-	-

2 Ementa

Trabalho de Conclusão de Curso: conceitos e definições. Elementos Pré-Textuais. Elementos Textuais: Tema a ser pesquisado na área do curso. Objeto de pesquisa. Título. Introdução (delimitação do tema). Componente do projeto de pesquisa. Problema de pesquisa. Objetivo geral. Objetivos específicos. Justificativa. Referencial teórico. Referencial metodológico.
Cronograma. Elementos Pós-textuais. Qualificação de Projeto.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Trabalho de Conclusão de Curso: conceitos e definições** 1.1 Noções Gerais sobre tipos de TCC: Artigo e Monografia; 1.2 Elementos Pré-Textuais do projeto; 1.3 Elementos Textuais: Tema a ser pesquisado na área do curso. Objeto de pesquisa. Título. Introdução (delimitação do tema) 1.4 Problema de pesquisa; 1.5 Objetivo geral; 1.6 Objetivos específicos; 1.7 Justificativa

UNIDADE II	2.1 Referencial teórico; 2.2 Referencial metodológico; 2.3 Cronograma; 2.4 Elementos Pós-textuais; 2.5 Qualificação de Projeto

4 Bibliografia

Básica:

1. ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias: tcc, dissertações e teses**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
2. COSTA, Eduard Montgomery Meira. **Escrevendo Trabalhos de Conclusão de Cursos**: guia para escrever teses, monografias, artigos e outros textos. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2012.
3. SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Trabalho de conclusão de curso (TCC):** guia de elaboração passo a passo. São Paulo, 2010.

Complementar:

4. DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011. COSTA, Eduard Montgomery Meira. **Escrevendo trabalhos de conclusão de cursos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna. 2012.
5. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
6. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
7. MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumo, resenhas.12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação e Relações Étnico Raciais

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Conceitos Históricos e Sociais de Negro, Negritude, Raça, Racismo (estrutural, recreativo e cibernético) e Etnia. Conceitos e epistemologias da Cultura Negra no Brasil, na Amazônia e no Amapá. História do Negro na Educação Brasileira. Representatividade e Identidade do Negro na educação básica e superior. Religiosidade Afro-brasileira, Afro-amapaense. Igualdade, Equidade e Justiça Social na perspectiva educacional. Diversidade e inclusão no contexto escolar. Educação e Diversidade: um novo conceito de educação. Preconceito, Racismo e Discriminação no ambiente escolar. Tipos de Preconceito: sexual, gênero, religioso, por idade e corporal. Lei 10.639/03 – História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações da Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

	Conceitos Históricos e Sociais de Negro 1.1 Negritude, Raça, Racismo (estrutural, recreativo e cibernético) e Etnia. 1.2 Conceitos e epistemologias da Cultura Negra no Brasil, na Amazônia e no Amapá. 1.3 História do Negro na Educação Brasileira.

UNIDADE I	1.4 Representatividade e Identidade do Negro na educação básica e superior. 1.5 Religiosidade Afro-brasileira, Afro-amapaense. 1.6 Igualdade, Equidade e Justiça Social na perspectiva educacional. 1.7 Diversidade e inclusão no contexto escolar.
UNIDADE II	**Educação e Diversidade: um novo conceito de educação** 2.1 Preconceito, Racismo e Discriminação no ambiente escolar; 2.2 Tipos de Preconceito: sexual, gênero, religioso, por idade e corporal; 2.3 Lei 10.639/03 – História e Cultura Afro-brasileira e Africana; 2.4 Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial; 2.5 Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações; 2.6 Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira; 2.7 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

4 Bibliografia

Básica:

1. ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo:Pólen, 2019.
2. GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador**: saberes construidos nas lutas de emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
3. VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, Danças Afrodescendentes:** ressignificando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Complementar:

4. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Brasília:MEC, 2004.
5. CARVALHO, Herli de Sousa. No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola da comunidade Cajueiro em Alcântara/MA. Tese (Doutorado em Educação) –Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2016.
6. CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo** na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. 213 p.1
7. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva SA, 2020. MUNAMA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação do Campo

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Histórico e Conceitos da Educação do Campo. A trajetória histórica e social da Educação do Campo. Concepções e conceitos de Educação do Campo. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas, religiosa e culturais das populações do campo. Marcos Institucionais e políticas públicas da Educação do campo. Análise dos marcos legais que fundamentam a Educação do Campo no Brasil. Elementos fundamentais nas diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo. Educação do campo e projeto político pedagógico. O espaço organizacional do campo e da escola do campo. As especificidades da educação do campo na Amazônia: Classes Multisseriadas, Pedagogia da Alternância nas Escolas Famílias Rurais, Ensino Modular, Educação Popular. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no campo. Formação de educadores dos povos do campo;

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	**Histórico do acesso à educação das populações do campo, das águas e das florestas.** 1.1 A histórica e social da Educação do Campo; 1.2 Concepções e conceitos de Educação do Campo; 1.3 Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas, religiosa e culturais das populações do campo, das águas e das florestas. 1.4 Marcos Institucionais e políticas públicas da educação do campo, das águas e das florestas. 1.5 Análise dos marcos legais que fundamentam a Educação do Campo no Brasil; 1.6 Elementos fundamentais nas diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo; 1.7 Educação do campo e projeto político pedagógico.
UNIDADE II	**O espaço organizacional das escolas do campo** 2.1 As especificidades da educação dos povos do campo, das águas e das florestas na Amazônia: Classes Multisseriadas, Pedagogia da Alternância nas Escolas Famílias Rurais, Ensino Modular, Educação Popular; 2.2 Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no campo; 2.3 Formação de educadores dos povos do campo, das águas e das florestas

4 Bibliografia

Básica:

1. ARROYO, Miguel. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 3).
2. KOLLING, E. J.; CERIO-LI, P. R., OSFS; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 4).

Complementar:

3. HAGE, S. M. (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda., 2005.
4. FILHO, Armando Alves; JÚNIOR, José Alves, NETO, José Maia. Pontos de História Amazônia. v. II. Belém: Paka-Tatu, 2000.
5. MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.
6. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
SOUSA, Romier et al. Educação do campo na Amazônia: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil [IEB], 2016.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação Escolar Indígena

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7 ° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Povos Indígenas no Brasil e no Amapá. Demografia/Etnias/Línguas Indígenas/Terras Indígenas no Amapá. A Construção do Imaginário sobre os Povos Indígenas. Interculturalidade, língua materna, bilinguismo. Legislação da Educação Indígena. Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. Legislações em vigor sobre Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) /Ênfase para as séries iniciais. Educação e povos indígenas. Políticas Afirmativas sobre a temática indígena. A formação de professores indígenas para a Educação Básica. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. Especificidade da docência na Educação Indígena e Educação Escolar Indígena.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Povos Indígenas no Brasil e no Amapá** 1.1 Demografia/Etnias/Línguas Indígenas/Terras Indígenas no Amapá; 1.2 A Construção do Imaginário sobre os Povos Indígenas; 1.3 Interculturalidade, língua materna, bilinguismo; 1.4 Legislação da Educação Indígena; 1.5 Educação Indígena e Educação Escolar Indígena; 1.6 Legislações em vigor sobre Educação Indígena e Educação Escolar Indígena; 1.7 Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)/ Ênfase para as séries iniciais
UNIDADE II	**Educação e povos indígenas** 2.1 Políticas Afirmativas sobre a temática indígena; 2.2 A formação de professores indígenas para a Educação Básica; 2.3 Concepções Indígenas de Infância no Brasil; 2.4 Especificidade da docência na Educação Indígena e Educação Escolar Indígena.

4 Bibliografia

Básica:

1. KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis; MEDEIROS, Heitor Queiroz de Medeiros (Org.) **Educação Indígena nas Escolas e em Outros Espaços**: Experiências Interculturais. Mercado de Letras, 2018.
2. PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça:** sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.

Complementar:

3. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel Habckost ; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (org.). **Povos indígenas e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012. 199 p. ISBN 978-85-7706-030-6.
4. FERREIRA, Mariana Kawall Leal, SILVA, Aracy Lopes (org). **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. São Paulo: Global, 2001.
5. MATTOS Sandra Maria Nascimento de, MATTOS, José Roberto Linhares de, SILVA, Romaro Antonio (org.). **Interfaces educativas e cotidianas:** povos indígenas. EDIFAP: Macapá, 2021.
6. SANTOS, Augusto Ventura dos; LEWKOWICZ, Rita Becker (Org.). **Para cuidar da terra indígena**: memórias e reflexões de Domingos Santa Rosa. São Paulo: Iepé, 2020.
7. VIDAL, Luz Boelitz. **Povos indígenas do Baixo Oiapoque:** o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. Rio de Janeiro: Museu do índio/Iepé, 2009.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Gestão Educacional

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	50		-	-

2 Ementa

Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. Concepções das Teorias das Organizações e de Administração Escolar. A gestão da educação brasileira: Plano Nacional da Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação e Planejamento Municipal de Educação. O perfil do gestor escolar. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do gestor escolar. Levantamento e análise da realidade escolar. Projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção. Planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos.** 1.1 Concepções das Teorias das Organizações e de Administração Escolar; 1.2 A gestão da educação brasileira: Plano Nacional da Educação; 1.3 Plano de Desenvolvimento da Educação e Planejamento Municipal de Educação. 1.4 O perfil do gestor escolar; 1.5 A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do gestor escolar.
UNIDADE II	**Levantamento e análise da realidade escolar**. 2.1 Projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção. 2.2 Planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

4 Bibliografia

Básica:

1. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.
2. DOURADO, Luís Fernando. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil:** limites e perspectivas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.
3. LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

Complementar:

4. BRASIL. **Lei n°9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.
5. FELIX, Maria de Fátima Costa. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?**. São Paulo: Cortez, 1984.
6. OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.): Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
7. PARO, Vitor Henrique. **Elección de directores escolares en Brasil: un instrumento democrático**. Docência, Santiago de Chile, v. 14, n. 39, p. 90-100, dez. 2009.
SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

Pré-requisito:

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Gestão Democrática

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	50		-	-

2 Ementa

Estudo dos fundamentos teóricos, históricos e legais da gestão democrática na educação básica. A escola como espaço de participação, diálogo e construção coletiva. O papel do gestor, do coordenador pedagógico e dos demais segmentos da comunidade escolar na consolidação de práticas democráticas e inclusivas. Planejamento, execução e avaliação de ações colegiadas voltadas à melhoria da qualidade social da educação. A importância do Projeto Político- Pedagógico (PPP), dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis na efetivação da gestão democrática.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos Teóricos e Legais da Gestão Democrática** 1.1 Evolução histórica da gestão escolar no Brasil. 1.2 Concepções de gestão: autoritária, tecnocrática e democrática. 1.3 Fundamentos legais da gestão democrática: Constituição Federal, LDB, PNE e normativas complementares. 1.4 A gestão democrática como princípio da educação pública. 1.5 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento de gestão democrática. 1.6 Colegiados escolares: conselho escolar, grêmio estudantil e associação de pais e mestres. 1.7 Participação da comunidade e autonomia escolar. 1.8 Cultura organizacional e comunicação no ambiente escolar
UNIDADE II	**Práticas e Desafios Contemporâneos da Gestão Democrática** 2.1 O papel do gestor e da equipe pedagógica na mediação dos processos democráticos. 2.2 A gestão democrática como promotora da equidade e da inclusão. 2.3 Conflitos, negociação e tomada de decisão coletiva. 2.4 Políticas públicas e desafios da gestão democrática na educação brasileira.

4 Bibliografia

Básica:

1. LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2020.
3. PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Complementar:

4. ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
5. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
6. FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2011.
7. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
8. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 21. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Optativo: Literatura Amapaense

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)

7° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudo da literatura amapaense e amazônica voltada à infância, considerando sua dimensão simbólica, cultural e educativa. Discussão sobre o papel da literatura infantil na formação do imaginário amazônico e na construção das identidades regionais. Análise crítica de textos literários produzidos no Amapá e na Amazônia sob a ótica da infância, dos mitos, das tradições orais e das representações da natureza. Reflexão sobre práticas pedagógicas de mediação literária que valorizem a cultura e o imaginário amazônico na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**A Literatura Infantil e o Imaginário na Educação Amazônica** 1.16A literatura infantil como instrumento de formação estética, ética e cultural; 1.17O conceito de imaginário e sua importância na construção simbólica da infância; 1.18O papel da escola na valorização da cultura e da memória amazônica; 1.19Panorama da literatura infantil produzida no Amapá e na Amazônia; 1.20Análise de autores e obras representativos da literatura amapaense para a infância.
UNIDADE II	**Mediação Literária e Práticas Pedagógicas na Perspectiva Amazônica** 2.12O espaço amazônico, a natureza e os seres míticos como personagens do imaginário infantil; 2.13As vozes da diversidade: literatura indígena, ribeirinha e afro-amazônica; 2.14Leitura e contação de histórias no contexto amazônico; 2.15Estratégias de mediação literária e formação de leitores críticos e sensíveis; 2.16A literatura infantil como prática decolonial e de valorização da cultura local; 2.17Projetos de leitura e extensão com base na literatura amapaense e amazônica.

4 Bibliografia

Básica:

1. SOUZA, Diógenes de. **Literatura Amapaense e Formação do Leitor.** Macapá: Editora UNIFAP, 2018.
2. **COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
3. LIMA, Jaci Tavares de. **Amazônia, Infância e Imaginário:** entre rios, florestas e palavras. Manaus: EDUA, 2019

Complementar:

4. ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 2014. MORAES, José Capela. **Cultura e Identidade na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2010. SILVA, Cláudio Roberto. **Amapá: Memória, Cultura e Literatura**. Macapá: SEED/AP, 2015.
5. MACHADO, Ana Maria. **Texturas da Infância:** literatura, imaginação e leitura. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
6. SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização**: as muitas facetas. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Optativo: Educação e Saberes Amazônicos

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Educação, território e diversidade sociocultural na Amazônia. Formação histórica, social e educacional da região amazônica. Saberes, modos de vida, epistemologias e práticas educativas de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e demais povos e comunidades tradicionais. Oralidade, memória, ancestralidade, identidade e territorialidade. Relações entre conhecimentos científicos, conhecimentos escolares e saberes tradicionais. Educação intercultural e decolonial. Educação para as relações étnico-raciais no contexto amazônico. Práticas pedagógicas contextualizadas e valorização da diversidade amazônica. Desafios contemporâneos da educação na Amazônia, com atenção às realidades do Amapá e da Amazônia brasileira.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Educação, Territórios e Diversidade na Amazônia** 1.1 Formação histórica, social e educacional da Amazônia. 1.2 Território, territorialidade e diversidade sociocultural. 1.3 Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas. 1.4 Identidade, memória, oralidade e ancestralidade. 1.5 Educação do campo, escolar indígena e escolar quilombola. 1.6 Realidades educacionais do Amapá e da Amazônia brasileira.
UNIDADE II	**Saberes Amazônicos, Interculturalidade e Práticas Pedagógicas** 2.1 Saberes tradicionais e epistemologias amazônicas. 2.2 Relações entre conhecimentos científicos, escolares e comunitários. 2.3 Educação intercultural, decolonial e para as relações étnico-raciais. 2.4 Práticas pedagógicas contextualizadas nos territórios amazônicos. 2.5 Sustentabilidade, bem viver e preservação dos saberes tradicionais. 2.6 Desafios contemporâneos e elaboração de propostas educativas para a Amazônia.

4 Bibliografia

Básica:

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
3. LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura amazônica: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

Complementar:

4. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF, 2003.
5. BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF, 2008.
6. CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.**). Educação intercultural e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
7. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
8. WALSH, Catherine**. Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado V - EJA

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	20	30	-	-

2 Ementa

Vivência e análise crítica do processo educativo na Educação de Jovens e Adultos, com foco nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão, equidade e respeito à diversidade. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades de ensino que contemplem a especificidade dos sujeitos da EJA. Integração entre teoria e prática, considerando os princípios da educação emancipatória, da gestão democrática e da formação cidadã.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Políticas da EJA** 1.1 História e fundamentos legais da Educação de Jovens e Adultos. 1.2 A EJA como política pública e direito à educação. 1.3 O perfil dos sujeitos da EJA e seus contextos socioculturais. 1.4 A relação entre trabalho, cultura e educação na EJA. 1.5 Planejamento e organização do ensino na EJA. 1.6 Estratégias metodológicas e recursos didáticos adequados aos sujeitos jovens e adultos.
UNIDADE II	**Estágio e Intervenção Pedagógica** 2.1 Alfabetização e letramento de adultos. 2.2 Avaliação da aprendizagem na EJA. 2.3 Observação e análise do ambiente escolar e das práticas docentes na EJA. 2.4 Elaboração e execução do plano de estágio e de intervenção pedagógica. 2.5 Relato reflexivo e avaliação do processo de estágio. 2.6 Construção de portfólio e sistematização das experiências vivenciadas.

4 Bibliografia

Básica:

1. CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 24 ed. Campinas: Papirus, 2012. PICONEZ, Stella C. B (Org). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24 ed. Campinas: Papirus, 2012.
2. SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos:** o direito negado. São Paulo: Cortez, 2017.

Complementar:

3. FREITAS. Helena C. L de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.9 ed.** Campinas: Papirus, 2012.
4. HADDAD, Sérgio (org.). **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** São Paulo: Autêntica, 2019.
5. OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Educação de Jovens e Adultos:** sujeitos, saberes e práticas. Petrópolis: Vozes, 2016.
6. PAIVA, Jane Soares de. **EJA e políticas públicas**: desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2020.
7. SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão VII - EJA

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
7° Semestre	3	60	50	20	30	-	50

2 Ementa

Estudo e desenvolvimento de ações extensionistas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando teoria e prática pedagógica. Planejamento, execução e avaliação de projetos educativos que promovam inclusão, cidadania e valorização dos saberes dos sujeitos da EJA. Reflexão crítica sobre o papel social da escola e do educador na formação de jovens e adultos trabalhadores, com foco na transformação social e na equidade educacional.

3 Bases Científica e Tecnológica	
Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	**Fundamentos e Contexto da EJA** 1.1 Histórico e políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; 1.2 Legislação e diretrizes curriculares da EJA; 1.3 Perfil dos educandos: diversidade, identidades e trajetórias escolares interrompidas; 1.4 A EJA como direito humano e política de inclusão; 1.5 Planejamento e elaboração de projetos de extensão voltados à EJA; 1.6 Metodologias participativas e dialógicas no trabalho com jovens e adultos. 1.7 Planejamento e elaboração de projetos de extensão voltados à EJA; 1.8 Metodologias participativas e dialógicas no trabalho com jovens e adultos; 1.9 A importância dos saberes prévios e das experiências de vida dos educandos.
UNIDADE II	**Intervenção e Reflexão sobre a Prática** 2.1 Alfabetização, letramento e formação cidadã na EJA; 2.2 A importância dos saberes prévios e das experiências de vida dos educandos; 2.3 Alfabetização, letramento e formação cidadã na EJA; 2.4 Implementação e acompanhamento de atividades extensionistas em contextos da EJA; 2.5 Registro, análise e socialização das experiências vivenciadas; 2.6 Reflexão crítica sobre os resultados das ações e sua contribuição à comunidade. 2.7 Construção de relatórios, portfólios e sínteses reflexivas.

4 Bibliografia

Básica:

1. FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. HADDAD, Sérgio (org.). **Educação de Jovens e Adultos:** políticas e práticas. São Paulo: Autêntica, 2020.
2. SOARES, Leôncio. **A Educação de Jovens e Adultos e a Formação de Educadores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Complementar:

3. ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre:** imagens e autoimagens. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
4. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2013.
5. OLIVEIRA, Inês Barbosa de; HADDAD, Sérgio (org.). **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos, saberes e práticas. Petrópolis: Vozes, 2016.
6. PAIVA, Jane Soares de. EJA e **Políticas Públicas:** desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2021.
7. SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização**: as muitas facetas. São Paulo: Contexto, 2019.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: TCC II

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	30	20	-	-

2 Ementa

Revisão da literatura. Coleta e análise dos dados coletados. Produção escrita do trabalho de Conclusão de Curso. Defesa oral do trabalho finalizado.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	**Revisão da Literatura** 1.1 Coleta e análise dos dados coletados; 1.2 Produção escrita do trabalho de Conclusão de Curso;
UNIDADE II	2.1 **Defesa oral do trabalho finalizado.**

4 Bibliografia

Básica:

1. ANDRÉ, M. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2005.
2. FRANCO. Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.
3. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. rev. e ampl. São Paulo: 70, 1997.

Complementar:

4. BAUER, Martin; GASKELL, George (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
5. BOGDAN, R.; BIKLEN, K. S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1999. DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2002.
6. HERIVELTO, M.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
7. SANCHEZ GAMBOA, S. A. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: Práxis, 2002.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação em Direitos Humanos

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Estudos teórico-metodológicos da Educação em Direitos Humanos e sua inserção nas políticas públicas educacionais brasileiras. Compreensão da escola como espaço de promoção da cidadania, da diversidade, da equidade e da cultura de paz. Reflexão sobre o papel do educador na construção de práticas pedagógicas voltadas à inclusão, ao respeito às diferenças e à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Princípios da Educação em Direitos Humanos** 1.1 Conceito, história e marcos legais dos Direitos Humanos; 1.2 Educação em Direitos Humanos: fundamentos filosóficos, políticos e pedagógicos; 1.3 Políticas públicas e marcos normativos: PNDH-3, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) e BNCC (2018); 1.4 A cultura dos direitos humanos e o papel social da educação; Educação, diversidade e relações étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual; 1.5 Direitos das crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; 1.6 Enfrentamento da violência, discriminação e intolerância no ambiente escolar; 1.7 A ética e a empatia como princípios da convivência democrática.
UNIDADE II	**Práticas Pedagógicas e Projetos em Direitos Humanos** 2.1 Metodologias ativas e dialógicas para o ensino dos direitos humanos. 2.2 Projetos e ações educativas para a promoção da cultura de paz e da solidariedade. 2.3 Educação para a cidadania global e sustentabilidade. 2.4 Avaliação e reflexão sobre práticas pedagógicas transformadoras.

4 Bibliografia

Básica:

1. CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos:** desafios atuais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.
3. GADOTTI, Moacir. **Educação e Direitos Humanos:** aprendendo com a vida, aprendendo com a história. São Paulo: Cortez, 2018.

Complementar:

4. BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/SECAD, 2012.
5. BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **Educação, Democracia e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2019.
6. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis:Vozes, 2017.
7. ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação Escolar Quilombola

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Educação e Currículo. Conceitos, concepções e fundamentações curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Processo de ensino-aprendizagem em escolas quilombolas. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A Educação Escolar Quilombola, a Base Nacional Comum Curricular, BNCC e RCA. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Educação e ações afirmativas. Processos de transposição didática na Educação Escolar Quilombola. Materiais didático-pedagógicos para a Educação Escolar Quilombola.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas	
UNIDADE I	**Educação e Currículo**. 1.1 Conceitos, concepções e fundamentações curriculares para a Educação Escolar Quilombola; 1.2 Processo de ensino-aprendizagem em escolas quilombolas; 1.3 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; 1.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; 1.5 A Educação Escolar Quilombola, a Base Nacional Comum Curricular, BNCC e RCA.
UNIDADE II	**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** 2.1 Educação e ações afirmativas; 2.2 Processos de transposição didática na Educação Escolar Quilombola. Materiais didático pedagógicos para a Educação Escolar Quilombola.

4 Bibliografia

Básica:

1. CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Educação escolar quilombola no Brasil:** um olhar a partir de referenciais curriculares e materiais didáticos estaduais. São Paulo: Dialética, 2023.
2. GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre Currículo**. Diversidade e Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
3. LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas. Textos e Debates. Florianópolis: NUER/UFSC, n° 7, 2000.

Complementar:

4. AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação do Amapá. Resolução n° 26/2016-CEE/AP de 02 de dezembro de 2015. Estabelece normas para criação e funcionamento das Instituições de Educação Escolar Quilombola, no âmbito da Educação Básica no Estado do Amapá e dá outras providências.
5. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Brasília: CNE, 2012.
6. GOMES, Nilma; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Experiências étnicos-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica 2007
7. OLIVEIRA, Suely Noronha de. **Educação Escolar Quilombola:** uma narrativa do processo de produção das diretrizes curriculares no estado da Bahia e em nível nacional". O Social em Questão, ano XVII, nº 32, 2014. p. 127-150.
SOUZA, Shirley P. **Educação escolar quilombola:** as pedagogias quilombolas na construção curricular. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Educação Ambiental

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Discussão teórico-prática dos principais conceitos e paradigmas de meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade, articulados à Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estudo da evolução histórica da Educação Ambiental (EA), suas tendências e abordagens no Brasil e no mundo. Análise crítica dos compromissos internacionais e nacionais, como a Carta da Terra, a Agenda 21, a Política Nacional de Educação Ambiental e a Agenda 2030, relacionando-os ao cotidiano escolar e comunitário. Abordagem ética, interdisciplinar e crítica da relação ser humano-natureza, considerando a realidade socioambiental brasileira e amazônica, com ênfase nos ecossistemas e comunidades do Amapá. Formação de educadores capazes de promover a cidadania, a sustentabilidade e a integração dos ODS às práticas pedagógicas nos anos iniciais da Educação Básica.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Educação Ambiental** 1.1 Meio ambiente, desenvolvimento e educação. 1.2 Paradigmas do ambiente. 1.3 Paradigmas do desenvolvimento. 1.4 Paradigmas da educação. 1.5 Ética e Educação Ambiental. 1.6 Perspectivas globais, nacionais e amazônicas.
UNIDADE II	**Abordagens e Tendências da Educação Ambiental** 2.1 Relações disciplinares: multi, pluri, inter e transdisciplinaridade. 2.2 Tendências e paradigmas da Educação Ambiental. 2.3 Histórico, evolução e perspectivas. 2.4 Educação Ambiental nos anos iniciais da Educação Básica.

4 Bibliografia

Básica:

1. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental**. Brasília: MEC, 2012.
2. LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
3. ALVES, R. et al. A importância da inserção da educação ambiental nas escolas: uma revisão de literatura, p. 37-46, 2022.

Complementar:

4. IANNI, Otávio**. A sociedade global**. 2a.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
5. MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma Construção Participativa**. 2ª ed. São Paulo, 2005.
6. PEDRINI, Alexandre Gusmão**. Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** 5ª ed. Petrópolis Vozes, 1997.
7. PRONEA. **Programa Nacional De Educação Ambiental. Educação Ambiental: por um Brasil sustentável - ProNEA**, Marcos Legais & Normativos. 4. ed. Brasília; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014. Disponível em: file:///E:/Downloads/pronea4.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.
8. REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** Cortez, São Paulo, 1994.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Fundamentos da Educação a Distância

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	40	20	-	-

2 Ementa

Estudo dos fundamentos históricos, filosóficos, legais e pedagógicos da Educação a Distância (EaD). Análise das concepções teóricas e metodológicas que sustentam os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Compreensão dos papéis do professor, do tutor e do estudante na EaD. Planejamento, mediação e avaliação de práticas educativas em ambientes virtuais de aprendizagem.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos e Evolução da Educação a Distância** 1.1 História da Educação a Distância no Brasil e no mundo; 1.2 Marcos legais e políticas públicas para EaD (Decreto nº 9.057/2017 e normativas do MEC); 1.3 Princípios filosóficos e pedagógicos da EaD; 1.4 Modalidades, potencialidades e desafios da educação mediada por tecnologias; Ambientes virtuais e ferramentas colaborativas de ensino-aprendizagem; 1.5 Comunicação e interação na EaD: síncrona e assíncrona.
UNIDADE II	**Planejamento, Mediação e Avaliação na EaD** 2.1 O papel do tutor e do professor formador; 2.2 Recursos educacionais digitais e acessibilidade na EaD; 2.3 Planejamento de cursos e materiais didáticos para EaD; 2.4 Estratégias pedagógicas e metodologias ativas na EaD; 2.5 Avaliação da aprendizagem em ambientes virtuais; 2.6 Ética, inclusão e cidadania digital na prática docente online.

4 Bibliografia

Básica:

1. ALVES, Lynn. **Educação a Distância:** fundamentos, práticas e desafios contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2015.
2. LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (org.). **Educação a Distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.
3. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância:** uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Complementar:

4. BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância.** 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2020. MORAN, José Manuel. **Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologias**. Campinas: Papirus, 2018.
5. KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias:** o novo ritmo da informação. 9. ed. Campinas: Papirus, 2021.
6. PETERS, Otto. **Didática do Ensino a Distância.** São Leopoldo: Unisinos, 2003.
PRETI, Oreste. Educação a Distância: fundamentos e práticas. Cuiabá: NEAD/UFMT, 2000.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Optativo: Culturas Digitais, Mídias e Educação

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Culturas Digitais e suas articulações com a Educação. Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (NTDICs). Os impactos sociais, culturais e educacionais decorrentes das novas tecnologias. Tecnologias na formação do professor. Ensino presencial, híbrido e educação à distância: princípios educativos e tecnológicos. As tecnologias e a educação: Materiais impressos, rádio, TV, vídeo. O computador como tecnologia educacional. Política Brasileira de Educação e Informática. Programas governamentais brasileiros – Proinfo; Programa um computador por aluno - PROUCA; Utilização da informática em sala de aula; TV Escola; Rádio Escola; Mídia Escola. Recurso Educacional Aberto (REA): Objetos de aprendizagem. Metodologias ativas aplicadas à educação: aplicações e possibilidades.
Vídeos. Simuladores. Jogos. Games, Ambientes virtuais imersivos: realidade virtual e aumentada. Inteligência Artificial aplicada à educação. Conjunto prático: Uso do computador: hardware e softwares. Uso das redes: navegação e comunicação por e-mail, listas de discussão, chats, fóruns e blogs. Uso dos ambientes virtuais: moodle. Produção multimídia. Propriedade intelectual de programa de computador - Lei de Software - Lei 9.609/98; Direito autoral - Lei nº 9.610/98; Propriedade industrial - Lei 9279/96; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Licenças do movimento de Software Livre e Licenças Creative Commons.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Culturas Digitais e suas articulações com a Educação** 1.1 Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (NTDICs); 1.2 Os impactos sociais, culturais e educacionais decorrentes das novas tecnologias; 1.3 Tecnologias na formação do professor; 1.4 Ensino presencial, híbrido e Educação à distância: princípios educativos e tecnológicos; 1.5 As tecnologias e a educação: Materiais impressos, rádio, TV, vídeo. 1.6 O computador como tecnologia educacional; 1.7 Política Brasileira de Educação e Informática; 1.8 Programas governamentais brasileiros – Proinfo; Programa um computador por aluno - PROUCA; 1.9 TV Escola; Rádio Escola, Mídia Escola; 1.10 Recurso Educacional Aberto (REA): Objetos de aprendizagem; 1.11 Metodologias ativas aplicadas a educação: aplicações e possibilidades; 1.12 Videos; Simuladores; Jogos e games, Ambientes virtuais imersivos: realidade virtual e aumentada; Inteligência Artificial aplicada à educação.
UNIDADE II	**Conjunto prático: uso do computador: hardware e softwares** 2.1 Uso das redes: navegação e comunicação por e-mail, listas de discussão, chats, fóruns e blogs; 2.2 Uso dos ambientes virtuais: moodle; 2.3 Produção multimídia – editor de texto, imagem, apresentação, páginas, vídeos; 2.4 Propriedade intelectual de programa de computador; 2.5 Lei de Software - Lei 9.609/98 e Direito autoral - Lei nº 9.610/98; 2.6 Propriedade industrial - Lei 9279/96 e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); 2.7 Licenças do movimento de Software Livre e Licenças Creative Commons.

4 Bibliografia

Básica:

1. BELLONI, Maria Luiza. **O que é Mídia educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001. CARVALHO, F. C. A de; IVANOFF, G. B. **Tecnologias que Educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação**. 1ª ed., S. Paulo, Pearson, 2010.
2. CORTELAZZO, A. L. et al. **Metodologias ativas e personalizadas de aprendizagem**: para refinar seu cardápio metodológico. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Complementar:

3. BELLONI, Maria Luiza. **O que é Mídia educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001. CARVALHO, F. C. A de; IVANOFF, G. B. **Tecnologias que Educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação**. 1ª ed., S. Paulo, Pearson, 2010.
4. CORTELAZZO, A. L. et al. **Metodologias ativas e personalizadas de aprendizagem**: para refinar seu cardápio metodológico. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Optativo: Infâncias e Educação na Amazônia

Período	C.H semanal	C.H hora aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	50	-	-	-

2 Ementa

Concepções históricas, sociais e culturais de infância. Infâncias plurais nos contextos amazônicos urbanos, rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas e fronteiriços. Crianças como sujeitos históricos, sociais, culturais e de direitos. Modos de viver, brincar, aprender, produzir cultura e relacionar-se com a natureza e o território. Diversidade étnico-racial, linguística, territorial, geracional e socioambiental. Educação infantil e anos iniciais na Amazônia. Oralidade, memória, ancestralidade, ludicidade e culturas infantis. Políticas públicas, direitos das crianças e práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas, interculturais e antirracistas, com atenção às realidades do Amapá e da Amazônia brasileira.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Infâncias Plurais, Culturas e Territórios Amazônicos** 1.1 Construção histórica e social dos conceitos de infância e criança; 1.2 Sociologia da infância e crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura; 1.3 Infâncias urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, extrativistas e fronteiriças; 1.4 Território, identidade, pertencimento, oralidade, memória e ancestralidade; 1.5 Brincadeiras, ludicidade, linguagens e culturas infantis amazônicas; 1.6 Diversidades étnico-raciais, linguísticas, socioambientais e culturais.
UNIDADE II	**Direitos, Educação e Práticas Pedagógicas na Amazônia** 2.1 Direitos das crianças e políticas públicas para as infâncias. 2.2 Educação infantil e anos iniciais em contextos amazônicos. 2.3 Relações entre criança, natureza, comunidade e território. 2.4 Práticas pedagógicas contextualizadas, interculturais, inclusivas e antirracistas. 2.5 Participação e escuta das crianças no planejamento educativo. 2.6 Desafios educacionais contemporâneos nas realidades do Amapá e da Amazônia brasileira.

4 Bibliografia

Básica:

1. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.
2. COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
3. CORSARO, William A. Sociologia da infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Complementar:

4. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF, 1990.
5. BRASIL. Ministério da Educação**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC, 2010.
6. KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos.** Brasília, DF: MEC, 2007.
7. SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da infância:** educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.
8. SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Angela (org.). **Crianças indígenas:** ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Estágio Supervisionado VI - Gestão e Coordenação Pedagógica

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	6	60	50	40	60	-	-

2 Ementa

Conhecimento sobre gestão democrática, por resultado e autogestão escolar, educacional e comunitária. A coordenação pedagógica e o projeto de desenvolvimento da escola. Pesquisa e prática dos organismos colegiados, dos mecanismos de participação direta e das dimensões da gestão educacional, escolar e comunitária: administrativa, financeira, patrimonial (material e imaterial), de pessoal e pedagógica. Atividades orientadas e desenvolvimento do relatório final.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Conhecimento sobre gestão democrática, por resultado e autogestão escolar, educacional e comunitária.** 1.1 A coordenação pedagógica e o projeto de desenvolvimento da escola. 1.2 Pesquisa e prática dos organismos colegiados, dos mecanismos de participação direta e das dimensões da gestão educacional, escolar e comunitária, administrativa, financeira, patrimonial (material e imaterial), de pessoal e pedagógica.
UNIDADE II	**2. Atividades orientadas e desenvolvimento do relatório final.**

4 Bibliografia

Básica:

1. DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. 14.ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.
3. PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, M. I. de. **Estágios Supervisionados na Formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

Complementar:

4. LIMA, Licínio. **A Escola como Organização Educativa**. São Paulo: Cortez, 2008. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional:** novos olhares, novas abordagens. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
5. SILVA, Mônica Caetano; URBANETZ, Sandra (Org.). **O Estágio no curso de Pedagogia**: Volume 1. Curitiba: Editora: Intersaberes, 2012.
6. VASCONCELLOS, Celso. **Construção do Conhecimento em sala de aula.** SP: Libertad, 2014. 141 p
7. VIEIRA, Sofia. **Gestão da Escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Pré-requisito: -

1 Identificação

Componente Curricular Obrigatório: Práticas de Extensão VIII - Gestão e Coordenação pedagógica

Período	C.H semanal	C.H hora-aula (50 min)	C.H hora-aula (60 min)	C.H Teórica (60 min)	C.H Prática (60 min)	C.H EaD (60 min)	C.H Práticas de Extensão (60 min)
8° Semestre	3	60	50	20	30	-	50

2 Ementa

Estudo e vivência de práticas extensionistas voltadas à gestão e coordenação pedagógica no contexto escolar e não escolar. Análise das dimensões administrativas, pedagógicas e humanas da gestão educacional. Compreensão do papel do coordenador pedagógico como articulador do projeto político-pedagógico e mediador das práticas docentes. Planejamento e execução de ações extensionistas que promovam a integração entre teoria e prática na gestão democrática e participativa da escola.

3 Bases Científica e Tecnológica

Unidades e Discriminação dos Temas

UNIDADE I	**Fundamentos da Gestão e Coordenação Pedagógica** 1.1 Concepções de gestão escolar: administrativa, pedagógica e democrática; 1.2 O papel social e político do coordenador pedagógico; 1.3 Legislação e políticas públicas da gestão educacional no Brasil; 1.4 Relações interpessoais e liderança educacional; 1.5 Planejamento, acompanhamento e avaliação do Projeto Político- Pedagógico (PPP); 1.6 Formação continuada de professores e o trabalho coletivo na escola.
UNIDADE II	**Extensão e Intervenção na Gestão e Coordenação Pedagógica** 2.1 Avaliação institucional e autoavaliação como instrumentos de gestão. 2.2 Gestão de conflitos e construção de um ambiente escolar colaborativo**.** 2.3 Diagnóstico das demandas pedagógicas e administrativas da escola. 2.4 Planejamento e execução de projetos de extensão voltados à gestão escolar. 2.5 Ações integradoras entre gestão, docência e comunidade escolar. 2.6 Socialização dos resultados das práticas extensionistas.

4 Bibliografia

Básica:

1. LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2010.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2015.
3. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 2012.

Complementar:

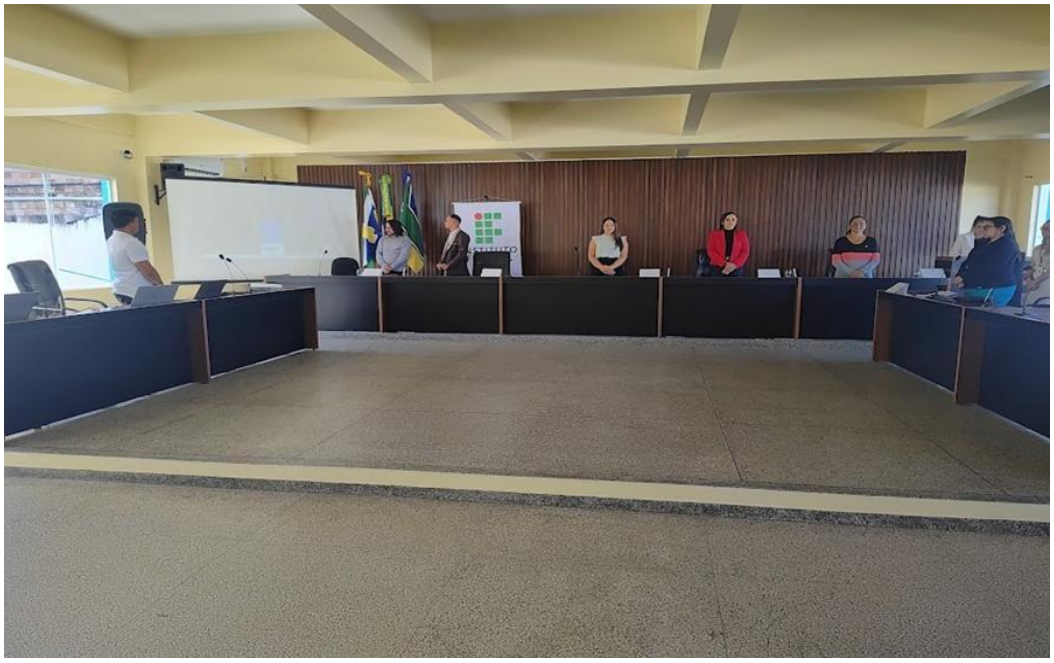
4. GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade Social da Educação.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.
5. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.
6. LUCK, Heloísa. **Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar**. Petrópolis: Vozes, 2018. PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 2012. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2014.

Pré-requisito: -

ANEXO A – REGISTRO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nesta parte se encontra o registro fotográfico da audiência pública realizada na Câmara de Vereadores do município de Laranjal do Jari.

Figura 1 - Álbum de Fotos Audiência Pública de Implantação do Curso de Pedagogia - Audiência Pública 26.06.2024.



Fonte: Acervo Institucional do IFAP – Campus Laranjal do Jari (2024).

Figura 2 - Álbum de Fotos Audiência Pública de Implantação do Curso de Pedagogia - Audiência Pública 26.06.2024.



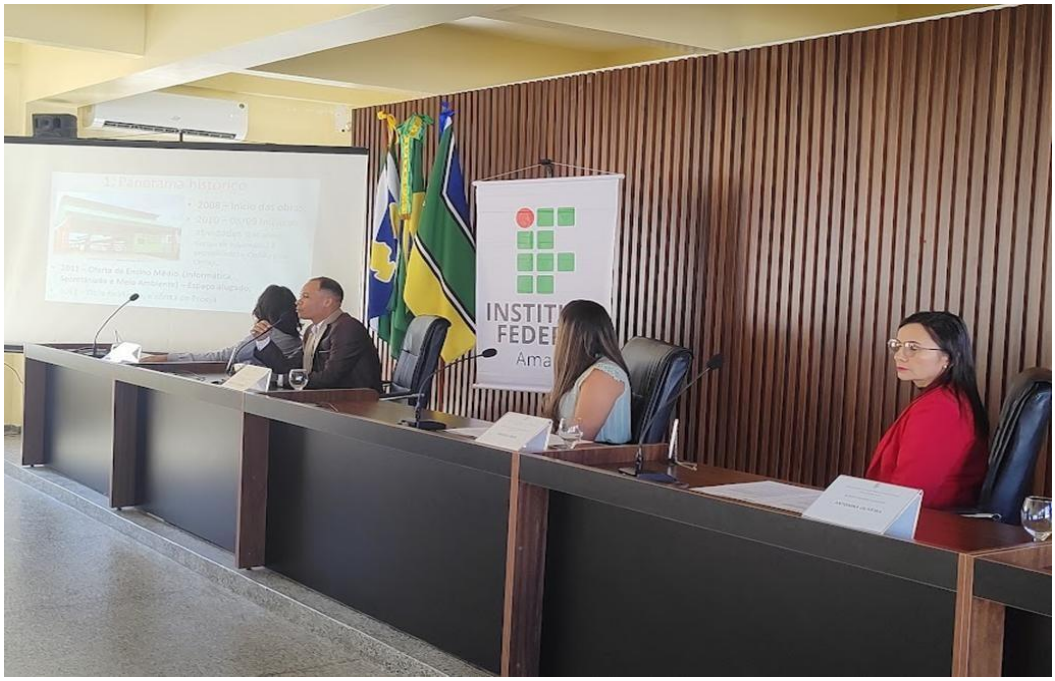
Fonte: Acervo Institucional do IFAP – Campus Laranjal do Jari (2024).

Figura 3 - Álbum de Fotos Audiência Pública de Implantação do Curso de Pedagogia - Audiência Pública 26.06.2024.



Fonte: Acervo Institucional do IFAP – Campus Laranjal do Jari (2024).

Figura 4 - Álbum de Fotos Audiência Pública de Implantação do Curso de Pedagogia - Audiência Pública 26.06.2024.



Fonte: Acervo Institucional do IFAP – Campus Laranjal do Jari (2024).

Figura 5 - Álbum de Fotos Audiência Pública de Implantação do Curso de Pedagogia - Audiência Pública 26.06.2024.



Fonte: Acervo Institucional do IFAP – Campus Laranjal do Jari (2024).

Figura 6 - Álbum de Fotos Audiência Pública de Implantação do Curso de Pedagogia - Audiência Pública 26.06.2024.



Fonte: Acervo Institucional do IFAP – Campus Laranjal do Jari (2024).

Cópia de documento digital impresso por Fabiana Silva (3051203) em 1 de Novembro de 2026 às 11:56.

Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico de Curso 5ª VERSÃO..

Assunto: Projeto Pedagógico de Curso 5ª VERSÃO..
Assinado por: Reinaldo Sacramento
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Reinaldo da Costa Sacramento**, **COORDENADOR - FG0001 - COGEN-LRJ** , em 01/10/2026 18:23:57.

Este documento foi armazenado no SUAP em 01/10/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 196926
Código de Autenticação: bf2093639c